



Luís Paulo Rocha Rodrigues

O Serviço Público e a Informação da Componente Desportiva

A disparidade no tratamento das modalidades desportivas em Portugal:
O caso da secção de Desporto da *Antena 1*

Relatório de estágio em Comunicação e Jornalismo, orientado pelo
Professor Doutor Sílvio Santos, apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2013

AGRADECIMENTOS

A realização de um estudo desta natureza conta, necessariamente, com a colaboração de outros, sem a qual não seria conseguido. Uma palavra de apreço especial:

À família, especialmente aos pais e irmãos, por tudo.

Ao Professor Doutor Sílvio Correia Santos, pelo precioso aconselhamento, pelo constante incentivo e pelo brio.

Ao Fernando Eurico, pelos conselhos profissionais exemplares, pela paixão pela profissão, por ser uma referência e pela amizade.

Ao Diogo e ao Fernando, pelos cinco anos.

RESUMO

Num país que “devora” futebol de todas as formas possíveis, desde o jogo propriamente dito à azáfama do defeso de transferências ou aos pormenores de bastidores, o seguimento da modalidade assume proporções enormes no que ao interesse dos portugueses diz respeito. Até alguns pormenores de circunstância, como a marca do equipamento, a cor da chuteira ou a dimensão da bola, são escalpelizados na sua forma e no seu feitio, para além da exploração de todo o tipo de discurso e dos *mind-games* que são usados no seio futebolístico, não esquecendo a análise exaustiva às *nuances* táticas ou aos lances polémicos de arbitragem.

Neste seguimento, os órgãos de comunicação social têm o seu papel de divulgação de toda essa pormenorização verificada dia-a-dia. Num país com dez milhões de habitantes, depararmo-nos com três jornais desportivos de tiragem diária onde, a olho nu, se verifica que três quartos do seu conteúdo é sobre futebol, o que diz muito sobre o fascínio e o interesse dos portugueses na modalidade.

A *Antena 1* tem a particularidade de ser a única rádio nacional de âmbito generalista que ainda mantém os relatos de futebol nas tradicionais tardes de domingo sem que seja necessária a presença dos designados «grandes» - Benfica, Sporting ou FC Porto. Esta estação procura assegurar a presença em todos os jogos do campeonato primodivisionário (o que acontece, salvo situações excecionais) e está também na maioria dos jogos do segundo escalão de futebol profissional. Também nas tardes de domingo ou em situações que o motivem, a *Antena 1* está presente nos principais eventos nacionais ou internacionais das várias modalidades.

Assim, e tendo conhecimento como ouvinte do tipo de informação de âmbito desportivo que costuma ser tratado no órgão, interessava perceber mais detalhadamente qual o tratamento informativo que a *Antena 1* dá a essa informação.

O objetivo assumido para a elaboração deste relatório foi, portanto, o de abordar o papel que a rádio pública tem na informação desportiva, o que é sua obrigação e o que deve reger a sua conduta. Da mesma forma, procuramos perceber, através de uma ação empírica, se a teoria é transportada para a prática, objetivando também a compreensão de qual a forma de trabalho da secção de desporto da *Antena 1*, rádio pública portuguesa.

Palavras-chave: Rádio, Serviço Público, Jornalismo, Desporto, Futebol

ABSTRACT

In a country which 'breathes' football in every possible way, from the game itself, the busy transfer market and its repercussions, to the background happenings, football is a sports hugely followed by the Portuguese fans. The supporters pay attention and give importance even to some details such as the outfit brands, the colour of the players' boots or the dimension of the ball itself.

With all this in mind, the role of the sports media is to publish and explore all those happenings daily. In a country with ten million inhabitants, there are three main sports newspapers which come out daily, and about three quarters of their content report about football. This demonstrates the dimension of the fascination and interest of the Portuguese football fans.

Antena 1 Radio is the only national public radio station which traditionally broadcasts live football commentary on Sunday afternoons, and not necessarily about the three greatest clubs - Benfica, Sporting or FC Porto. Thus, the radio station has the objective of guaranteeing the presence of all of the top flight championship teams (apart from casual exceptions) every weekend, and it is also present in the main national and international events of other various sports.

The mind-games' conversations and comments, talks and discourses are all explored to the most by the fans, as well as an exhaustive analysis of the game tactics, the polemical events and the refereeing decisions.

Therefore, as a sports radio listener, I found the need to understand with more precision how the information was treated at *Antena 1*, and how they broadcast that information.

So, my objective for the elaboration of this report was to come to a conclusion about the sports radio station in regards to their role, methods and conduct. Therefore, we tried to understand, in an empirical way, if the theory is transported to the practice. We also tried to comprehend the methods and the way the sports are treated by the public Portuguese radio station *Antena 1*.

Key words: Radio, Public service, Journalism, Sports, Football.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
PARTE I - COMPONENTE TEÓRICA	
1.História do desporto no meio radiofónico.....	10
1.1. Os primórdios do desporto.....	10
1.2. A rádio em Portugal.....	10
2. A rádio pública e os seus contornos históricos – avanços e recuos	14
2.1. Origem e progresso do serviço público	14
2.2. História do serviço público em Portugal.....	14
2.2.1. Dos primeiros anos à maturidade da emissora nacional	15
2.2.2. A instabilidade, a revolução e a adiada reestruturação	17
2.2.3. A rádio nacionalizada e as rádios piratas	24
2.2.4. A caminho da autossuficiência da rádio.....	28
2.2.5. Novo milénio - fusão da comunicação pública	31
2.3. O serviço público de hoje	32
3. O desporto nos média e os média no desporto em Portugal	35
3.1. Os órgãos de comunicação social e a inserção do desporto.....	35
3.2. Jornalismo generalista e jornalismo desportivo	37
3.3. Os valores-notícia	39
3.4. O domínio do futebol.....	40
3.5. A hegemonia dos “três grandes”	42
3.6. A comunicação no futebol português	43
3.7. A imparcialidade ou o jornalista como adepto	45
4. O desporto na rádio pública	46
4.1. Abordagem histórica.....	47
4.2. O figurino atual do desporto na rádio, com base na experiência de estágio	50
4.2.1. Potenciais e limitações na Antena 1	55
PARTE II –ABORDAGEM EMPÍRICA	
1.Da experiência de estágio à temática do relatório	59
2. Metodologia e itinerários de pesquisa.....	61
3. Apresentação e análise dos dados.....	63
3.1. Modalidades.....	63

3.2. A especificidade técnica utilizada.....	65
3.3. Dimensão geográfica	66
3.3.1. Relação da dimensão com as modalidades	67
3.3.2. Relação da dimensão com a especificidade técnica.....	73
3.4. Intervenientes	76
CONCLUSÃO	81
BIBLIOGRAFIA.....	84
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

Rádio e desporto são dois conceitos díspares mas que se unem numa paixão apenas.

Em pleno século XXI, numa era preenchida por novos tipos de comunicação, por novas formas de convívio e de relação interpessoal, são também várias as vertentes que perduram ao longo do tempo e que se mantêm em vigor neste panorama atual.

O jornalismo, uma das profissões que lida diretamente com a comunicação, faz-se ao ritmo de novos interesses, de novas cadeias e de novas assimetrias incontornáveis, às quais uma das personagens intermediárias – o jornalista – tem necessariamente que se adaptar. Além disso, o poder económico, um dos expoentes máximos que rege a conduta quotidiana, tem cada vez maior influência na ação jornalística.

Falar de entraves a essa ação, no sentido ‘tradicional’ da palavra, poderá ser muito pesado, contudo, existem condicionantes de várias ordens, inquestionáveis e inevitáveis, que interferem na ação do jornalista.

No âmbito do Mestrado em Jornalismo e Comunicação na Universidade de Coimbra, o segundo dos seus dois anos oferecia a possibilidade de elaborar uma tese de investigação ou a possibilidade de realizar um estágio curricular. A minha escolha recaiu na segunda opção, objetivando um contacto mais próximo do mundo profissional que espera um mestrando após a conclusão do seu percurso académico. Sobre essa escolha para o estágio curricular, além da abertura de portas para o futuro, era importante que o mesmo proporcionasse alguma satisfação e realização pessoal.

Como tal, e por escolha própria, como primeira opção, o estágio decorreu na *Antena 1* – Porto. Os propósitos eram simples: paixão pela rádio, necessidade de conhecimento mais aprofundado de uma rádio de dimensão nacional, após algumas experiências em rádios locais e poder conviver com a maior referência radiofónica a nível pessoal, Fernando Eurico – jornalista e coordenador do desporto na redação do Porto. O desejo de trabalhar na informação de desporto foi atendido o que trouxe logo à partida, grande satisfação.

Numa época de descrença generalizada, o espírito incutido nos jovens não podia ser outro. O panorama económico do país e a conseqüente falta de perspetivas profissionais atuais, provoca nos jovens a revolta interior e a ideia pré-anunciada de que os horizontes terão que ultrapassar as fronteiras ou, no caso da permanência no país, que a inevitabilidade da exploração sobre quem entra no mundo do trabalho é automaticamente imposta.

Desta forma, de partida para o estágio, o espírito era o de motivação máxima por ir fazer aquilo por que me apaixonei, sabendo de antemão que aquela até poderia ser uma experiência única no patamar mais elevado das aspirações pessoais.

Optando pela temática da avaliação do tratamento diferenciado que é dado no serviço público de radiodifusão às diferentes modalidades desportivas, o ponto de partida para o estágio e para a elaboração do relatório proporcionou uma maior conceção e sensibilidade sobre esse assunto.

A intenção para este relatório foca-se em perceber se a teoria apresentada sobre a primazia do futebol se transpõe para a prática. De outra forma, também é objetivo perceber se aquilo que consta nas obrigações legais do serviço público é transportado para a prática.

O presente relatório comporta duas partes: uma abordagem teórica e uma análise empírica.

Na primeira parte, será apresentado um enquadramento histórico ao desporto e à rádio, com especial incidência sobre o serviço público de radiodifusão. Importa tocar vários aspetos históricos, que comportam diversas reformulações ocorridas na história da rádio pública, sobretudo atendendo ao figurino atual, em que a RTP, no seu todo, vive dias de incerteza, perspetivando-se, ainda para breve, nova reformulação. A alusão a questões financeiras, técnicas ou humanas (de forma quantitativa) será uma realidade ao longo desse ponto, já que existem aspetos do passado que surgem como pertinentes para compreender o presente.

Também nessa primeira parte, a atualidade do panorama dos órgãos de comunicação social em Portugal será alvo de análise, com incidência na atenção dada ao desporto – quer por parte dos órgãos desportivos, quer nos generalistas. Serão utilizadas várias entrevistas de cariz não académico (devidamente identificadas) com jornalistas da área e que possuem conhecimento de causa, com vista ao encontro de pontos de equilíbrio entre a teoria – legislativa, moral, histórica, económica – e a prática.

Ainda na primeira parte será abordada a realidade atual da Antena 1, em concreto da informação de Desporto. Neste parâmetro, será tida em conta a vivência no período de estágio e as perceções que foram absorvidas durante a experiência de três meses, tal como o papel desempenhado, para além de uma entrevista com o coordenador do Desporto da Antena 1 – Porto, Fernando Eurico. Pretende-se fazer uma avaliação ao tipo de linhas que regem a conduta no meio e conhecer a sensibilidade que existe para diferenciar ou para conjugar a teoria e a prática.

A segunda parte englobará a abordagem empírica resultante dos dados recolhidos num determinado período de tempo no estágio. Será feita a apresentação dos dados relativos à temática deste relatório e a sua relação com os dados teóricos, tentando encontrar alguns aspetos de relação entre si.

PARTE I – COMPONENTE TEÓRICA

1.História do desporto no meio radiofónico

1.1. Os primórdios do desporto

Descobrir as raízes do desporto é tarefa árdua e complexa, mas a história diz-nos que foi na Grécia Antiga que foram criados os Jogos Olímpicos, numa aglomeração de atividades realizadas de quatro em quatro anos. Por entre lendas e mitos, não é possível especificar os anos pioneiros dos Jogos, mas a sua distância é de quase três mil anos.

Após vários séculos de Jogos, o declínio grego, a favor do domínio romano, trouxe também o fim das atividades da Olímpia, que só voltaram a ser reatadas na Era Moderna. Com referência apenas a esse acontecimento em particular, já que desporto foi algo que cresceu com a evolução do Homem e das civilizações, a transição é aqui feita entre séculos muito distantes. Após alguns ensaios pela Grécia e um pouco por toda a Europa, e depois de, em 1884, Pierre de Coubertin ter criado o Comité Olímpico Internacional, foi a 1896 que Atenas recebeu, no Estádio Panathinaiko, os primeiros Jogos Olímpicos depois do interregno. Desde essa data, com exceção de três edições que não se realizaram devido à Primeira e à Segunda Guerra Mundial, de quatro em quatro anos as olimpíadas têm acontecido em determinado país – os XXXI Jogos Olímpicos vão ter lugar no Rio de Janeiro, em 2016.

Os Jogos podem até ser considerados o baluarte principal do desporto mundial, mas a abrangência do próprio desporto é muito mais ampla, quer em termos de exercício físico, quer em termos competitivos. Nesta última vertente, surge um novo desígnio associado: a paixão. Não que ela não exista na prática física individual e de lazer, mas, neste caso, diz respeito a uma paixão do âmbito da vitória e da derrota, do ganhar e do perder. Um aspeto que pode, à partida, não parecer muito pertinente para o presente trabalho, mas é-o, sobretudo quando tentamos perceber os motivos da escolha criteriosa das notícias.

No desporto de competição, que se espalha um pouco por todo o mundo, a movimentação de massas é uma realidade incontornável e, em estádios, pistas ou pavilhões, a curiosidade, a afinidade ou o gosto permitem, regra geral, molduras humanas assinaláveis. De todas as idades, de todos os géneros e feitios, o desporto é um ato universal.

1.2. A rádio em Portugal

Descobrir os primórdios da rádio, apesar de menos vago em relação aos do desporto, também não é concreto ou, pelo menos, existem várias versões de autores e de historiadores relativas ao assunto.

Sílvio Santos conta que «as experiências mais antigas com a Telefonia Sem Fios aconteceram no âmbito militar, em 1901» (Santos, 2013a, p. 18).

No que respeita a experiências radiofónicas em termos particulares, Fernando Cardelho de Medeiros foi o autor da primeira emissão experimental de rádio em Portugal, no ano de 1914, uma inovação privada e ouvida por três pessoas, segundo Jorge Pedro Sousa (2008: 67). Esta ação teve o condão de espavitar outros interessados no estranho fenómeno que era fazer uso da voz para atingir a divulgação. As experimentações amadoras prolongaram-se no passar dos primeiros anos do século e também na fase da Primeira Guerra Mundial.

Em 1924 surgem as primeiras emissões regulares, sendo que «um dos pioneiros foi Abílio Nunes dos Santos Júnior, filho e sobrinho dos proprietários dos Grandes Armazéns do Chiado, em Lisboa, que instalou o emissor *CTIAA*, primeiro em ondas médias e depois em ondas curtas» (Santos, cit. in Santos, 2005, p. 138).

No ano seguinte, um novo passo foi dado. A 1 de Março de 1925, a *Rádio Portugal* fez a primeira transmissão de um concerto, uma transmissão com «tremendo sucesso», através de «altifalantes espalhados por diversas ruas ou colocados nas janelas dos felizes proprietários de recetores de rádio», uma iniciativa seguida por «centenas de pessoas» e acompanhada por «fortes aplausos» (Maia, cit. in Santos, 2013a, p. 20).

O mesmo ano contou com a primeira associação política ao mundo radiofónico, relacionando esta inovação como um dos principais responsáveis pela tentativa de um golpe militar em maio, tendo mesmo o governo mandado selar os postos emissores, algo que foi restabelecido dois meses depois (Sousa, 2008, p. 67).

As emissões de rádio foram marcadas por um inevitável amadorismo inicial, por parte dos inovadores que tentavam dar uso e forma a este novo veículo comunicacional em Portugal. Porém, com o passar dos anos e com a implementação da rádio no quotidiano local (sobretudo Lisboa), a vertente radiofónica passou a ser vista com uma importância diferente.

Esta mudança do paradigma radiofónico obrigou a uma nova visão legislativa sobre o assunto. Como tal, o decreto de 1930, que teve como intenção monopolizar as rádios por parte do Estado (Santos, 2013a, p. 23), foi criado no sentido de regulamentar o ramo. Ainda assim, mesmo estando perante um cenário ditatorial, a abertura do documento foi grande e permitiu «a concessão de licenças a operadores privados» (Sousa, 2008, p. 67).

Toda esta mutação no ramo radiofónico trouxe novas tendências, novas preocupações e novos passos. O amadorismo deu lugar à profissionalização dos intervenientes, a que se seguiu a programação em toda a sua amplitude (Santos, 2013a: 23, 24).

É precisamente na década de 30 que «nascem as três grandes estações que irão dominar a rádio em Portugal durante o período do Estado Novo, até à nacionalização, em dezembro de 1975: a *Emissora Nacional*, a *Rádio Renascença* e o *Rádio Clube Português*» (Santos, 2013a: 24).

Foi exatamente o *Rádio Clube Português* que, durante a Guerra Civil de Espanha - para onde conseguia uma boa cobertura -,

«organizou um serviço de escuta permanente das rádios espanholas e procurou, com a conivência do Governo corporativista português, ajudar os rebeldes de Franco, desmentindo as notícias emitidas pelas rádios afectas ao Governo republicano espanhol e dando conta dos êxitos das forças nacionalistas» (Sousa, 2008: 68).

As três rádios de referência, situadas num âmbito de maior abrangência, continham estilos próprios e, sendo diferenciados, confluíam na identidade que se atribuía à rádio no seu todo. Jorge Pedro Sousa explica que o estilo radiofónico utilizado em Portugal até aos anos 70 «era formal, direccionado para uma audiência coletiva (...), por vezes cheia de imprecisões» (Sousa, 2008, p. 68), assumindo um papel primordial na família portuguesa, onde ainda rareava o uso do aparelho televisivo.

Mesmo com esse nível de importância e de influência no quotidiano dos portugueses, a rádio funcionava mais como meio de entretenimento do que como meio de informação, um cenário que teve que mudar (Sousa, 2008, pp. 71-73). Os jornalistas na rádio não o eram na verdadeira ascensão da palavra, pois acumulavam funções de índole publicitária e de entretenimento. Desta forma, a ação de divulgação noticiosa baseava-se numa transposição vocal das edições da imprensa escrita, o que, por si só, acabava por minimizar o poder informativo do ramo radiofónico.

A mudança tornou-se importante para vincar o papel jornalístico no meio radiofónico, situação verificada no final dos anos 50, altura em que

«se foi abandonando a leitura direta ao microfone de *takes* das agências ou mesmo dos textos dos jornais sem prévia adaptação das mesmas ao meio radiofónico, o que significou tornar as frases mais curtas e incisivas, a informação mais sintética e redundante (proporcionando uma melhor apreensão da mensagem pelo receptor). Aumentou, igualmente, o número e frequência diária de noticiários, o que permitia uma maior actualização da informação, e começaram a fazer-se interrupções da emissão quando notícias urgentes surgiam. O sequestro do paquete Santa Maria, em 1961, foi o primeiro dos acontecimentos para os quais as rádios mobilizaram meios técnicos e humanos sem precedentes, de

maneira a assegurar uma cobertura permanentemente actualizada do que se passava, incluindo o envio de repórteres ao estrangeiro» (Sousa, 2008, p. 72).

Mesmo com a transformação da rádio, o surgimento da televisão – a *RTP* foi lançada em março de 1957 – fez com que as tendências da população se virassem para esse novo órgão de comunicação, o que, por sua vez, incentivou o meio radiofónico a enveredar pela «flexibilidade que lhe permitia uma rapidez impossível de obter pelos outros meios de comunicação» (Cristo, cit. in Sousa, 2008, p. 73).

O 25 de Abril, para além de uma revolução de índole política e social, terminando com o fim do regime ditatorial em Portugal, foi também um acontecimento que marcou a história radiofónica portuguesa, devido à forte ação do meio no desenrolar dos acontecimentos. A rádio foi utilizada pelo Movimento das Forças Armadas para senhas de avanços e recuos, como a transmissão da canção “Grândola, Vila Morena”, de José Afonso, às 00h20 do dia revolucionário, no programa *Limite da Rádio Renascença*, que significou a confirmação de que as operações militares estariam em marcha e que era irreversível a ação programada. Aliás, esse acontecimento – previamente divulgado no jornal *República* do dia 24, em notícia breve onde se dava conta de um apelo atento à emissão do mesmo programa – desenrolou-se com muita relação com as rádios, sendo estas um veículo de relato de acontecimentos e a melhor forma de alertar ou pontuar situações.

Sílvio Santos conta que «a revolução é posta em marcha após a transmissão das senhas da rádio. A partir da madrugada do dia 25, seguiram-se os comunicados do Movimento das Forças Armadas aos microfones do RCP, que havia sido ocupado e transformado em posto de comando» (Santos, 2013a, p. 91).

Desde esse marco histórico, toda uma nova vaga foi surgindo no mundo radiofónico, que viu o seu espaço encurtar – fruto da criação de canais televisivos privados e produzidos em sinal aberto e do surgimento do jornalismo *online* como quarta força comunicativa.

Desta forma, e mesmo com a mudança de figurino de algumas rádios e com a criação de muitas outras, quer na vertente informativa, quer na vertente do entretenimento, a rádio no seu todo tem estado sujeita a novas e constantes reformulações no sentido de não se esvaziar face aos outros meios comunicacionais.

A criação da *TSF*, em 1989, lançou uma nova visão no tratamento noticioso e o desenvolvimento de rádios como a *RFM* ou a *Rádio Comercial* têm tido também efeitos inovadores na forma e no conteúdo radiofónico.

2. A rádio pública e os seus contornos históricos – avanços e recuos

2.1. Origem e progresso do serviço público

As origens do conceito de serviço público surgem a partir de França, com Leon Duguit a assumir uma importância assinalável nesse processo.

Esta mudança no paradigma francês surge na transformação do papel estatal, «quando este passa a assumir que a necessidade do bem comum tem na sua origem os cidadãos e não o natural exercício do seu poder estatal», segundo a avaliação de Gugliemi e Koubi (cit. *in* Santos, 2013a, p. 9).

Mesmo com algumas crises ao longo do tempo e uma constante mutação em virtude do poder económico, o serviço público mantém-se ativo, ainda que as suas premissas se vão moldando às necessidades e às realidades de cenários em concreto.

Sílvio Santos destaca o Tratado de Amesterdão, assinado em 1999, onde está já refletido, no que ao nível comunitário europeu diz respeito, «o reconhecimento da importância dos valores subjacentes à existência destes serviços na construção social da Europa» (Santos, 2013a, p. 10).

2.2. História do serviço público em Portugal

Depois da fase experimental que regeu os primeiros anos de rádio em Portugal, numa vertente embrionária e de cariz amador, como foi abordado no ponto 1.2, a necessidade de um progresso no ramo que acompanhasse a evolução europeia tornou-se importante e natural. Aliás, a diferenciação entre o tipo de serviço público da Europa e o dos Estados Unidos da América (a outra potência de desenvolvimento tecnológico à entrada para o século XX) é bastante vincada por um rumo diferenciado, pois «na Europa, a rádio irá tornar-se estatal e o seu potencial político e ideológico nunca será esquecido», enquanto, «nos EUA, existia o mercado em vez do Estado» (Santos, 2013b, p. 19).

Regressando ao figurino português, não foi fácil, por parte do poder político, o entrosamento da ideia de utilidade que a rádio poderia acarretar, tendo sido necessárias várias

«chamadas de atenção» e um «trabalho prévio de sensibilização do poder acerca das potencialidades da radiodifusão» (Santos, 2013a, pp. 24- 25).

Todo esse processo faz com que a chegada da Emissora Nacional se inicie «com uma fase organizativa, na qual se inclui o enquadramento legislativo, logo no início da década de 30» (Santos, 2013a, p. 24).

É no Decreto-Lei nº 22:783/33, de 29 de junho que o assunto radiofónico é abordado pela primeira vez em termos legislativos, apresentando a ação do Estado, não apenas na aquisição de linhas e de emissores que permitissem a cobertura «a nível nacional, no Brasil e na América do Norte», como também na fixação de taxas (Santos, 2013a, pp. 25-26).

Foi este um primeiro esboço para as primeiras experiências da rádio oficial, a partir de agosto de 1933. O primeiro ano foi de recruta e experimentação, resultando numa subida significativa de interesse público e de audiências, sendo que, em julho, «a rádio estava praticamente pronta e uma primeira sedimentação técnica tinha sido conseguida» (Santos, 2013a, p. 28).

2.2.1. Dos primeiros anos à maturidade da emissora nacional

A Emissora Nacional «é inaugurada em 1935, no dia 4 de agosto» (*idem*), só que os primeiros tempos, confluentes com a entrada em cena do regime ditatorial de Salazar, foram de algum afastamento teórico do poder político, sem que o mítico António Ferro, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, conseguisse ter sob a sua alçada a emissora nacional, mesmo com o posicionamento estratégico de alguns elementos afetos ao regime nos cargos de chefia e de decisão da estação.

No fundo, a ação acabava por se considerar estatal, numa rádio com o funcionamento «de nove horas diárias, distribuídas pelos períodos do almoço, do final da tarde e da noite» (Ribeiro, 2005, cit. *in* Santos, 2013, p. 31).

Todo o progresso seguinte foi natural, com o aumento da importância da música, a inclusão do teatro, a adaptação e o trabalho de sedução vocal a serem alvo de constantes melhoramentos. Além disso, também a vertente técnica foi sendo aperfeiçoada e ampliada, levando a rádio a um número cada vez maior de casas portuguesas.

O crescimento e afluência do público também foram bastante assinaláveis. A fase do «fascínio» fazia com que o interesse fosse cada vez maior e os números são reveladores disso mesmo, pois, «entre 1933 e 1939, o número de ouvintes passaria de 15973 para 89300» (Santos, 2013a, p. 36).

Além disso, evolução natural da forma de fazer rádio e da escolha dos seus conteúdos fez com que,

«Em 1968, já existiam noticiários de hora a hora na EN, sérios, abrangentes (do internacional ao local) e cheios de registos áudio que os tornavam mais vivos, embora as contingências de ser uma rádio pública implicassem o enfeudamento discursivo às posições do regime.» (Sousa, 2008, p. 72)

O estilo narrativo da rádio apresentava, nos anos 60, características muito particulares e diferenciadas. Jorge Pedro Sousa (2008, pp. 68-71) apresenta uma redação de uma intervenção da Emissora Nacional, esmiuçando o trabalho do enviado especial da rádio pública a Agadir, no terramoto de 1960. Trata-se de uma reportagem que

«evidencia, de facto, o formalismo da rádio portuguesa de sessenta, patente no estilo, na compaixão exacerbada, na híper-adjetivação, e híper-adverbiação, nos lugares-comuns, nos tempos verbais escolhidos, e mesmo em algumas palavras (como “incumbência” e o estrangeirismo “*laisser-passer*”); mostra, também, a debilidade técnica dos radiojornalistas, evidenciada, por exemplo, no excerto em que o *pivot* nos lembra que o embaixador e o cônsul “fizeram algumas declarações”, mas em que não evoca o conteúdo dessas mesmas declarações. Também não é revelado o número concreto de vítimas do sismo» (Sousa, 2008, p. 71).

A ação profissional do jornalista era, nesta fase, muito mais abrangente do que a simples vertente noticiosa, devido à ação «locutora» do ator jornalístico, como já referido no presente trabalho. Mesmo assim, a «maturidade da rádio» (Santos, 2013a, p. 44) já era outra na emissora nacional, verificada a partir da década de 50, com a música a assumir um «lugar central na rádio dos anos 50» (Santos, 2013a, p. 45).

Contudo, ao contrário do que se verificava na Europa, que se ia refazendo da Segunda Guerra Mundial e que afastava todos os resquícios das políticas ditatoriais e controladoras – inclusivamente, na vertente radiofónica, que procurava uma nova independência para a sua linha editorial –, em Portugal a emissora nacional assumia um modelo de «uma radio estatal, ao serviço do governo, e não o de uma rádio pública, ao serviço das pessoas» (*idem*).

Sílvio Santos refere-se a esta fase como «o período áureo da rádio» e dá conta de que é este o meio comunicacional «que ocupa o lugar central no lazer familiar» das casas portuguesas, acrescentando que

«os locutores mais populares são Artur Agostinho, João da Câmara ou Pedro Moutinho. Os artistas que travavam a luta pela vitória no Concurso de Popularidade Radiofónica promovido pela revista Rádio Nacional, durante o ano de 1950, eram José António, Maria de Lourdes ou Amália Rodrigues» (*ibidem*).

Este facto atesta a importância da rádio no figurino nacional e, mais do que isso, deixa bem explícita a relevância que as figuras mais em evidência no ramo tinham para a sociedade.

Um dado que não desapareceu, mas que perdeu fulgor com a entrada em cena da televisão, em 1957, também ela uma corrente comunicacional sob a batuta do Estado português, liderado por Salazar.

2.2.2. A instabilidade, a revolução e a adiada reestruturação

É exatamente o regime que, no final da década em questão, começou a aperceber-se de que o controlo da Emissora Nacional era suficiente a nível interno, mas que não chegava além-fronteiras. Naquele que seria o período antecessor da Guerra Colonial, as colónias portuguesas, que também recebiam o sinal da emissora nacional, tinham acesso a outros conteúdos radiofónicos, de índole política diferente (democrática), o que se tornava perigoso para o controlo do espaço português:

«logo depois da Índia, a outros fogos havia que acorrer. Ainda em 1959 é enviada uma missão a África para tentar encontrar soluções para os noticiários de carácter nitidamente tendencioso em língua portuguesa, transmitidos por Rádio Brazzaville que têm largos auditórios em Angola e Moçambique, e que seriam, também, ouvidos pelos portugueses do Congo Belga. O relatório desta missão referia que o carácter sistematicamente desagradável [dos noticiários] para o País, seus dirigentes e suas instituições, torna-os absolutamente inconvenientes e altamente nocivos, demonstrando tratar-se de um ato hostil praticado ostensivamente pela França contra Portugal. Verificou-se que, na sua grande maioria, para não dizer na totalidade, as notícias são textualmente da France Presse» (Santos, 2013a, p. 51).

Com o regime salazarista posto à prova na década de 60, a emissora nacional continuou como veículo estatal e acompanhou os eventos de maior nomeada, como o assalto ao Santa Maria, «o Mundial de Futebol de 1966, as celebrações dos 40 anos do regime ou a inauguração da ponte sobre o Tejo» (Santos, 2013a, p. 59).

Politicamente falando, a emissora nacional manteve a sua conduta, uma ação espelhada pelo discurso de tomada de posse de Jaime Ferreira, responsável pelo órgão após a saída de António Eça de Queirós, no final de 1959. O dirigente valorizou o poder social que aquela rádio continha, espelhado numa «poderosa arma de infiltração e propaganda política, especialmente propícia à fácil aglutinação da opinião geral» (Ferreira, cit. *in* Santos, 2013a, p. 59).

O objetivo na década de 60 era, muitas das vezes com a rádio como intermediária, controlar os revoltosos das colónias portuguesas, amenizando o discurso e transportando para aí uma ideia positiva sobre Portugal e o regime, ao mesmo tempo que, dentro de fronteiras, a

tentativa era que «a guerra não existia, ou se havia alguns focos de conflito, estes eram relatados em casos de excepcionais êxitos» (Cristo, cit. in Santos, 2013a, p. 61).

Aliás, os próprios profissionais da emissora nacional, apesar de transmitirem «a versão oficial, não significava que, dentro da estação, não se soubesse o que realmente acontecia» (Santos, 2013a, p. 61), já que os atores radiofónicos estavam, no fundo, familiarizados e com conhecimento de causa em relação a tudo o que se ia desenrolando no ramo político, mesmo não tendo autorização para o transportar para o exterior. De resto, muita informação ficou retida e só foi conhecida em dias democráticos.

Nem mesmo com a chegada de Marcelo Caetano ao poder – ele que substituiu Oliveira Salazar – alterou o rumo da situação da emissora nacional no que diz respeito à ação jornalística, refém de todo um rebaixamento perante o sistema político, apesar de o discurso do novo líder ser de promessa de maior abertura política, isto numa altura em que a qualidade auditiva da via radiofónica melhorava claramente com a introdução do FM estéreo (Santos, 2013a, p. 67-71). Rogério Santos (2005, p. 139) explica, sucintamente, que esta inovação permitiu «a transmissão em simultâneo de ondas médias e por modulação de frequência, já nos anos de 1960, significando muito maior qualidade na receção».

Esta questão técnica trouxe, de facto, outra vitalidade à rádio e proporcionou uma certa renovação da programação, segregada a várias décadas de estagnação, que resultava em monotonia – e que se agravava com o surgimento da televisão, novo e renovado meio comunicacional (*idem*). Até mesmo a programação radiofónica da rádio pública conseguiu ter uma ligeira mudança. Mesmo atendendo ao que se disse anteriormente – o regime não permitia a divulgação de informação propagandista a favor da oposição (camuflada) –, a conjugação da inovação técnica à branda abertura do regime fez com que a situação tivesse uma ligeira mudança de cenário, segundo indica Fernando Serejo,

«já na transição da governação de Salazar para a de Marcelo Caetano, a leve abertura política permitiu que a Emissora Nacional lançasse programas que fugiam aos cânones habituais de informação, caso do *Jornal de Actualidades*» (Serejo, cit. in Santos, 2005, p. 139).

A linguagem era, também ela, uma vertente em mutação ao longo da década de 60, ainda que a emissora nacional tivesse muitas dificuldades em progredir, em relação às outras rádios nacionais, na visão de Sílvio Santos,

«a EN foi, ao longo da década, dando mais atenção aos seus noticiários (...). No entanto, a informação mais destacada era a do RCP, dirigida por Luís Filipe Costa desde o início dos anos 60. O ex-chefe de redação da Agência de Publicidade Artística desenvolveria no Rádio Clube uma nova linguagem para os noticiários (...). A rádio afastava-se da até então incontornável leitura de jornais e incorporava a

velocidade como valor essencial para a informação que transmitia. O próprio mercado funcionou como um incentivo à mudança. O RCP precisava de publicidade. E, para ter audiências, precisava de ter um produto reconhecido. Algo que se distanciasse do cinzentismo da EN e das propostas da RR.

O Rádio Clube e a EN estavam em polos opostos, relativamente à forma de encarar a informação. Claramente, o RCP tinha conseguido mudar, ficando por isso na história. A EN, pelo contrário, tardava em modernizar o estilo, agarrada à linguagem escrita e aos extensos noticiários» (Santos, 2013a, p. 77).

Fora desta disputa estava a Rádio Renascença, no que ao tratamento da informação diz respeito, conforme conta Jorge Pedro Sousa, citando Dina Cristo para quem

«a Rádio Renascença atrasou-se a adoptar essa nova dinâmica, pois os seus noticiários eram pouco frequentes e quase limitados à leitura de notícias dos jornais. Só a partir de 1972 é que a RR se lançou verdadeiramente na informação radiofónica, incluindo na produção própria de conteúdos informativos, embora por falta de profissionais qualificados tivesse refreado os seus ímpetos um ano mais tarde» (Sousa, 2008, pp. 72-73).

Era, portanto, uma urgência prioritária a reformulação na emissora nacional, quando já a década seguinte estava à porta e, com ela, a queda (física) de Oliveira Salazar. A mudança de figura no regime trouxe, como já foi referido, um Marcelo Caetano com a firme intenção de querer ser (ou parecer) mais liberal e, logo por aí, foi possível ver que os novos líderes da estação apresentavam outra mentalidade em relação à emissora nacional. Exemplo disso foi Clemente Rogeiro, que voltou à emissora para ser o diretor, ele que chegou com a plena consciência de que as linhas que regiam aquela rádio teriam que ser repensadas, isto numa altura em que «a informação tinha ganho espaço na emissão oficial» (Santos, 2013a, p. 84), mas na qual «era uma rádio virada para o entretenimento» (Santos, 2013a, p. 85). Contudo, a repressão continuava a impedir que novos horizontes fossem abertos e as audiências iam, progressivamente, sendo transportadas para outras emissoras, não por estarem mais cientes das mudanças necessárias devido à evolução dos tempos (porque isso também estava consciencializado no seio da emissora nacional), mas porque essa concorrência as colocava, de facto, em prática. Tudo isto mesmo tendo em conta a evolução técnica da emissora estatal, com maior abrangência e maior amplitude geográfico-demográfica e numa altura em que o fim do regime estava cada vez mais próximo.

Precisamente o 25 de Abril de 1974, que resultou na queda da política ditatorial de Marcelo Caetano (mas com Salazar como grande rosto ao longo de várias décadas, falecido em junho de 1970), foi o tema de maior relevo na década – talvez até do século XX – para Portugal. A Revolução dos Cravos teve grande participação da rádio no decorrer do processo desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas, que se apoderaram de algumas

emissoras, nomeadamente o *RCP* e a *RR*, como anteriormente foi referido. Contudo, a Emissora Nacional não foi parte ativa do movimento revolucionário, já que o MFA não quis correr riscos perante um órgão que estava claramente interligado ao poder político em queda.

Os estúdios foram controlados sem grandes sobressaltos e, ao fim do dia, o Movimento revolucionário leu, finalmente, o comunicado de proclamação, tudo dentro de pacificidade física¹.

Jorge Pedro Sousa declara que

«a revolução de 25 de Abril de 1974, ela própria uma revolução da rádio (...), pôs fim à censura e foi o primeiro passo para o radiojornalismo português se desprender da formalidade exacerbada e ir aprendendo as regras do jogo que regulam o exercício do jornalismo num Estado de Direito democrático» (Sousa, 2008, p. 73).

O período que se segue à Revolução, denominado de Período Revolucionário em Curso (PREC) foi, como é perceptível até pela designação, de grande agitação. Toda esta fase conturbada foi uma envolvência de uma crise política (onde extremismos de esquerda e de direita confluíam com partidos mais moderados e centralizados) com uma crise financeira – a Guerra Colonial arrastava-se há mais de uma década e o país estava cada vez mais atrasado e isolado em relação ao que se verificava na restante Europa – e a vertente social não estava em melhor estado, já que estava a sair de quase meio século de ditadura e de isolamento novamente em relação ao *mundo* europeu. A pobreza era incontornável, o país estava cada vez mais atrasado em todos os setores, a população dedicava-se, na sua grande parte, à agricultura e ao mundo rural, o desenvolvimento dos serviços era precário, o desenvolvimento tecnológico muito deficitário e o progresso generalizado uma miragem.

A acrescentar a tudo isso, a desordem política que se desenrolou no PREC não beneficiou em nada o encarreiramento de Portugal pois

¹ «A EN é ocupada na madrugada do dia 25, cerca das três horas. Um grupo, que havia sido formado por Oliveira Pimentel e Fernando Morais, no Campo de Tiro da Serra da Carregueira, toma a estação oficial. “Daqui maior de Lima Dezoito. Informo que ocupámos Tóquio sem qualquer incidente”, comunicaria Morais para o Posto de Comando, a partir das instalações do Quelhas. A estação é ocupada, mas não se verifica qualquer alteração na programação. É que, entretanto, a emissão tinha passado dos estúdios de Quelhas para os de S. Marçal e os próprios militares, que ocupavam o edifício de Quelhas, não terão prontamente percebido a origem e a forma de interromper a emissão. O corte do programa só será feito ao início da manhã. Mas, antes do corte da emissão foi ainda lido um comunicado do MFA pelo locutor de serviço, Eduardo Fidalgo, que entretanto, entrara no serviço. A estação é, finalmente, silenciada pelos militares. É bastante credível a hipótese de ter existido, ainda, um segundo corte, originado pelo lado afeto ao regime que soçobrava. Uma ordem terá sido dada, de dentro da emissora, no sentido de cortar o cabo subterrâneo que levava a emissão do Quelhas para os emissores, numa das estações que o permitiam, na Avenida D. Carlos. E essa terá sido a razão da (nem sempre explicada) demora na retoma da emissão, que sucedeu ao final do dia. À noite, seria lida a proclamação do Movimento. Durante este período, a emissão para fora da metrópole continuou sempre o seu normal curso, uma vez que era transmitida a partir de S. Marçal» (Santos, 2013a: 91-92).

«foi mais de um ano e meio de permanente crise, em que os ideais de liberdade anunciados pela Revolução dos Cravos ameaçaram dissolver-se numa mera substituição de uma ditadura decadente por uma outra de sinal contrário, mas de contornos mais rígidos» (Serejo, cit. in Santos, 2013a, p. 93).

O rebuliço posterior ao evento da proclamação da liberdade em Portugal foi sendo pautado, também na Emissora Nacional, por constantes mudanças, por jogos de interesse e por influências ideológicas das mais variadas fações, à semelhança do que se verificava no resto do país.

Por entre ocupações, comunicados e gestores fugazes, a emissora balanceava ao sabor da instabilidade política, num período onde se foram sucedendo os governos provisórios sem que a estabilidade fosse alcançada. Vive-se a fase da liberdade como novidade, altura em que os extremos eram alcançados e ultrapassados – afinal, depois de meio século de regime ditatorial, a sociedade e a vida política encontrava-se mergulhada no polo oposto de todos os pressupostos de liberdade. No caso concreto, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa eram, repentinamente, transpostos para a face do possível e alcançável.

Com isto, a emissora nacional, sempre sob a alçada de fações políticas, alcançou porém, pontos positivos. Sílvio Santos explica que se vivia,

«para além da grande efervescência interna, um momento de enorme criatividade de conteúdos e de grande atenção noticiosa. Aliás, o PREC terá sido o período de maior dinâmica na EN e isso terá resultado das melhores condições técnicas que a estação já tinha, dos profissionais (que tinha e dos que, entretanto recebeu) e da enorme liberdade e abertura para a experiência que se vivia na época. Exemplo disso eram os jornais das 13.00 horas e das 20.00 horas que, na emissora, passaram a ter a duração de uma hora, com uma dinâmica absolutamente nova, cheios de reportagens e elementos sonoros. Os grandes jornais passavam, aliás, a ter equipas estruturadas com diversos elementos, incluindo um realizador» (Santos, 2012, p. 100).

Percebe-se, portanto, que a realidade da emissora nacional é agora outra, totalmente oposta e agora muito mais desprovida de controlo. Em suma, a liberdade que a rege nada tem que ver com o que se verificava na altura do Estado Novo e a sua importância e preponderância é bem mais evidente.

Apesar de se tratar de uma fase em que a televisão já tinha o seu papel consolidado – o *Canal 1* estava devidamente implementado e o *Canal 2* dava os primeiros passos – a rádio era ainda um veículo de importância capital na vida comunicacional portuguesa. Além disso, se a televisão pertencia apenas à *RTP*, na esfera radiofónica a abrangência concorrencial era completamente diferente e superior, o que obrigava a um maior cuidado no progresso e no acompanhamento das novas tendências.

Com o 25 de novembro de 1975, o cenário de caos político que assolava o país e que teve no verão desse ano, denominado de «Verão Quente», o ponto mais alto de tensão, finalmente acalmou, deu tréguas e permitiu à ala moderada/central restabelecer a ordem política e social no país.

O passo seguinte foi a nacionalização radiofónica (Santos, 2013a, pp. 106-110). O ramo radiofónico, sob a batuta de Estado e Igreja, fica quase todo homogeneizado, com exceções pontuais, como a Rádio Renascença, de âmbito nacional, ou como a Rádio Altitude, entre (poucas) outras, de âmbito local.

A intenção era tornar a rádio «serena e isenta, abandonando, definitivamente, o comportamento apaixonado e panfletário que tivera no último ano e meio» (Santos, 2013a, p. 107), ao mesmo tempo que o governo justificava também a nacionalização com «a sujeição às limitações internacionais, a racionalização da gestão e a condução da rádio ao serviço da revolução» (Santos, 2013a, p. 108). A aglomeração das rádios nacionalizadas, que, ainda assim, mantiveram muitos dos seus anteriores recursos – humanos, espaciais ou tecnológicos –, passou a definir-se como Empresa Pública de Radiodifusão (EPR), mas por pouco tempo, passando depois a Radiodifusão Portuguesa (RDP).

Uma mudança radical e extrema, no sentido em que se aglomerou um conjunto de milhares de funcionários com diferentes situações contratuais, um conjunto de bens móveis ou imóveis que acabavam por confluir geograficamente, e um conjunto de gestões muito diferenciadas, já que esta nacionalização significava o agrupamento do público e do privado do setor, como explica Jaime Fernandes, nas palavras de Sílvio Santos:

«os funcionários da EN eram funcionários públicos (...). O RCP era a antítese de tudo isto, mesmo antes do 25 de Abril. (...). E esta integração entre o espírito do Rádio Clube e o espírito do funcionalismo público da EN foi a princípio claramente chocante, mas ainda assim (...) o governo da época teve pelo menos um cuidado que foi o de não juntar todos: nós mantivemos as instalações do velho RCP, a EN (...) manteve as suas instalações e o governo da altura criou um setor autónomo» (Fernandes, cit. in Santos, 2013a, p. 109).

Urgia, nesta fase de grandes dificuldades de gestão com tudo o que era açambarcado, portanto, uma transformação e remodelação para que todas as necessidades fossem atendidas, sobretudo numa fase em que era importante uma demonstração de transparência e de autonomia, no período de adaptação à democracia.

Foi nesse sentido que se procedeu à criação dos estatutos da RDP a 12 de abril de 1976, logo depois da implementação da nova Constituição da República Portuguesa – 10 de abril do mesmo ano – «na qual são consagrados os direitos à liberdade de expressão,

informação e de imprensa» (Santos, 2013a, p. 111). Esses estatutos pretendiam consolidar a democracia dentro da empresa e transportá-la para o exterior, acudindo à «pluralidade ideológica» (Santos, 2013a, p. 112) de forma positiva e natural, seguindo-se uma fase de dificuldades financeiras que obrigou o Estado a injetar dinheiro para cobrir despesas bastante superiores às receitas.

A RDP começou por ter, em 1976, quatro canais radiofónicos: o primeiro e o segundo seguiam muito na linha de continuação do que se verificava na Emissora Nacional, um com uma linha de informação e de recreação (que foi, inicialmente, o mais ouvido pelo público) e outro numa vertente mais cultural, com música clássica ou teatro, tendo apenas «um quinto da sua programação (...) constituída por conteúdos falados, o resto era música»; o terceiro enveredava pelo comercialismo, quer em termos musicais e de programação, mais leviana, ligeira e próxima do interesse de massas, quer em termos publicitários, já que incluía publicidade nacional ou local – tinha momentos em que a emissão era coordenada localmente em vários pontos, embora a emissão nacional fosse a que prevalecia; por fim, o quarto canal, que «tinha origem nos estúdios do ex-RCP e servia-se da sua rede de FM», acabava por ter um figurino «moderadamente comercial, que apostava em conteúdos musicais (...) de qualidade» (Santos, 2013a, pp. 116-119).

Além desses quatro canais principais, a RDP contava também com um de âmbito internacional, cinco regionais e três locais.

Contudo, faltava ainda a esta entidade a concretização da tão anunciada remodelação, no sentido de fazer evoluir os diferentes ramos que compunham a rádio – nomeadamente o lado informativo, que precisava de se renovar com a evolução dos tempos. Assim, Humberto Lopes, que esteve à frente da comissão administrativa durante os primeiros nove meses de 1979, «consegue levar a cabo uma reestruturação orgânica da empresa, canalizando meios para as emissões de rádio» (Santos, 2013a, p. 120). Mais concretamente, «é extinta a direção do serviço de programas e são criados, ao mesmo nível, quatro centros de produção: programas comerciais, não comerciais, informação e exploração» (*idem*), surgindo finalmente a autonomia do setor informativo.

O próprio sucessor de Humberto Lopes, Amílcar Cabral, teve também uma atenção particular no que diz respeito à informação, deliberando «o reforço da posição da informação na estrutura» (Santos, 2013a, p. 124), apesar do escasso tempo em que também esteve em funções.

2.2.3. A rádio nacionalizada e as rádios piratas

Após um novo período instável a nível nacional, registado com a morte de Francisco Sá Carneiro, a RDP passou a ser alvo de várias reformulações, sobretudo em termos de emagrecimento do número de funcionários, numa política de contenção na hora de contratar e de antecipação em casos de reformas dos ativos, por exemplo. Ao longo de grande parte da década de 80, as palavras de ordem eram «contenção de custos, maior produtividade e racionalização de processos» (Santos, 2013a, p. 128).

Noutra vertente, os ajustamentos abrangeram também os bens imobiliários da empresa, dispersos desde a nacionalização do ramo. Conforme explica o mesmo autor, os obstáculos a essa gestão eram grandes devido à «dispersão dos serviços por vários edifícios na cidade» de Lisboa, surgindo, pela primeira vez, a idealização da possibilidade de criação da «casa da rádio» (Santos, 2013, p. 127), sem dúvida um ponto confluyente para as diversas ramificações existentes e que se justificava no panorama da época.

A regência legislativa era a que ainda apresentava um atraso mais significativo, devido à ausência de normas que regessem a rádio, sendo necessária a adoção dos pressupostos legislativos que estavam inerentes à televisão pública. Essa situação só começa a encontrar um novo rumo com a aprovação do estatuto da RDP, datada de maio de 1984, depois do estado provisório em que vivia a empresa até então. Sílvio Santos faz uma espécie de resumo ao que o documento pretende transmitir e implementar de novo na empresa, em comparação àquilo que vinha acontecendo até então,

«o estatuto da RDP veio enquadrar a empresa ao nível normativo e orgânico. É ressalvada a sua autonomia de gestão e administração, assim como a independência em relação aos poderes político e económico. É definida a atribuição principal da RDP, como sendo a prestação do serviço público. Quanto aos canais, a tutela estabelece a existência mínima de três programas nacionais e define linhas gerais de programação, ao contrário do que acontecia no primeiro estatuto [revogado em 1979]. A RDP deveria, então, ter informação pluralista e rigorosa; promover a liberdade de acesso às diferentes correntes de pensamento; incentivar a participação do público e do debate público; respeitar e divulgar a cultura do passado, com particular destaque para os temas ou autores nacionais; ser didática e divulgadora, revelando artistas ainda não conhecidos; desenvolver uma programação transversal e adaptá-la de acordo com os resultados de consultas periódicas aos públicos; lutar contra o analfabetismo; cuidar da integração social de crianças e adolescentes; estimular o desporto, o civismo e o patriotismo, lutando contra a degradação social» (Santos, 2013a, p. 156-157).

Vive-se, por esta altura, uma fase de maior pacificação a nível europeu e na qual os estados democráticos se iam consolidando em termos políticos. Com eles, o capitalismo

crescia a olhos vistos e era um inegável elemento de influência nos mais variados ramos. Essa influência chegava também ao mundo radiofónico, que via cada vez mais como uma inevitabilidade a publicidade – chegou a estar presente na própria rádio pública. Aliás, sobre esse aspeto era curioso verificar que chegou a existir, sobretudo na década 90, uma espécie de lista de espera nas rádios para contratos publicitários pedidos pelas empresas mas que não cabiam no espaço temporal da rádio. Uma questão que, comparada com a realidade atual das rádios locais, é completamente antagónica.

Ora, toda esta mudança da vertente político-financeira, exponenciada ao nível interno com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, obrigou a que a rádio pública se moldasse aos novos tempos, onde o setor privado recomeça a sua ação de preponderância um pouco por toda a Europa. Mais do que aquilo que se verificava efetivamente, Sílvio Santos conta, relativamente aos primeiros anos da década de 80, que

«o serviço público tinha como linhas mestras a variedade de programas e a complementaridade nacional, regional e local. As emissões deviam responder a necessidades sociais, democráticas e manter uma dimensão educativa ou, simplesmente, de entretenimento de qualidade. Através do serviço público de rádio, o maior número possível de ouvintes deveria ter acesso às mais variadas formas de cultura. A difusão da cultura e dos valores nacionais, principalmente através da OC, era outra das funções mais relevantes da rádio pública. A programação devia assentar em pilares como diversidade, pluralismo ideológico, qualidade, equilíbrio, rigor, objectividade, imparcialidade, não perturbando, de alguma forma, a paz e a sensibilidade sociais. A igualdade ao acesso de diferentes pensamentos à rádio devia ser garantida pelo direito de antena (cuja implementação havia sido desenvolvida ao longo do ano de 1982). A missão da rádio pública era baseada numa independência face aos poderes político e económico. A Antena 1 e a emissão em OC poderiam ter publicidade num máximo de seis minutos por hora: o objetivo não seria o lucro, mas sim o benefício social, tal como estava regulamentado. O controlo do serviço seria feito pelo público, através de um órgão a institucionalizar» (Santos, 2013a, pp. 129-130).

Ou seja, a rádio pública em Portugal atuava, nesta altura, como uma mescla entre o setor público e o setor privado, retirando proveito financeiro de ambos, mas perdendo essência e identidade, para além de não conseguir o desafogo e a autonomia financeira que seriam desejáveis.

Desta forma, a publicidade foi-se acentuando na RDP em 1980 e 1981, chegando a todos os canais da rádio pública, sendo considerada «um mal necessário», embora a medida não continuasse a progredir durante muito mais tempo, já que não era bem aceite pelo público – por se verificar publicidade num meio em que já se pagava uma taxa, além do tempo

excessivo que era ocupado pela publicidade na programação dos canais (Santos, 2013a, p. 133).

O passo tomado para, finalmente, conferir saúde financeira à RDP é a cobrança de taxas aos contribuintes (Santos, 2013a, pp. 134-137), através da faturação da eletricidade, como já foi referido. Neste âmbito, a totalidade da população passou a ser obrigada ao pagamento das taxas, ao mesmo tempo que eram exigidos os pagamentos em atraso. Deste modo, «em 1986, 98% do território continental está coberto» (Santos, 2013a, p. 136) e, apesar de algumas dificuldades pontuais, o facto de muitas das empresas fornecedoras de eletricidade serem anexadas à EDP os dois anos seguintes acabaram por ser decisivos para que a «crónica deficiência da empresa» fosse «finalmente, resolvida em 1988, altura em que, pela primeira vez, a RDP tem um valor positivo no seu fundo de Maneio Líquido» (Santos, 2013a, p. 137).

Para além da questão financeira, que foi evoluindo positivamente ao longo dos anos, a década de 80 fica invariavelmente marcada por outro aspeto de realce, no que ao mundo radiofónico diz respeito. Na visão de Paula Cordeiro,

«no pós 25 de Abril, encontramos três fases evolutivas: depois da libertação do fascismo, com a queda da censura e a conquista da liberdade de expressão, a rádio mostrou que o mecanismo analógico da sua comunicação poderia integrar outro, de carácter dialógico. Seguiu-se então uma primeira fase: a da nacionalização das rádios em Portugal, que resultou numa perda da vitalidade do sector, pois o panorama dividia-se entre a RDP e RR. A segunda fase: resultado da falta de legislação sobre radiodifusão e da impossibilidade de entidades privadas poderem abrir as suas próprias estações emissoras, apareceram por todo o país as rádios livres, ou rádios piratas. Estas rádios inovaram e experimentaram novos formatos, preenchendo espaços de criatividade que tinham sido deixados em aberto pelas rádios nacionais. O conteúdo programático não tinha grande definição, ou preocupação com as expectativas dos ouvintes. No campo da informação, concretizaram habilmente uma tendência de carácter local, dando notícias aos ouvintes da zona onde os retransmissores escondidos emitiam ilegalmente. Se por um lado a rádio perdeu muito do que a havia caracterizado, por outro, veio ganhar novas ideias, um novo dinamismo e futuros profissionais. Esta é então a terceira fase, de regulamentação do sector que procurou dar resposta à necessidade de criação de uma lei que regulamentasse e pusesse uma certa ordem no panorama radiofónico num processo que terminou em 1989 com a legalização. Muitas rádios piratas desapareceram, em favor das mais fortes e organizadas, numa tentativa para adequar a quantidade de rádios ao mercado nacional» (Cordeiro, p.4).

As rádios piratas² marcam definitivamente este período «favorável», como lhe chama Luís Bonixe (2012a, p. 315). A nacionalização a isso “obrigava”, pois quer o meio radiofónico, quer a comunicação no seu todo continuavam em progresso e, quando isso se

² «As rádios locais, ou livres como chegaram a ser conhecidas na Europa, representaram, e nalguns casos ainda representam, importantes veículos de expressão do sentir das populações locais, ora tratando os assuntos mais próximos ora abrindo os microfones para a participação direta dos ouvintes» (Bonixe, 2012b: 46)

verifica, a curiosidade acaba por aguçar o engenho. Eram vários os curiosos e inovadores que continuavam a fazer da rádio um *hobby* e uma paixão. Como tal, a forma de o fazer, de experimentar novas ideias ou materiais era, apenas, à rebeldia – de forma ilegal, que era o que este fenómeno representava, para todos os efeitos. As célebres rádios montadas em marquises ou em sótãos, no meio de caixas de ovos e emitindo para um raio de um quilómetro eram as características que mais simbolizavam uma corrente que misturava amadorismo e conceitos primários com dinamismo e originalidade. Em termos informativos, as rádios-piratas raramente ultrapassavam o âmbito local, isto quando a informação era uma realidade, o que nem sempre acontecia – muitas das vezes, os titulares das rádios-piratas apenas se cingiam à programação musical ou a reflexões e opiniões divagadoras e subjetivas sobre determinados temas.

Em traços muito resumidos, Rogério Santos explica como era entendido este novo fenómeno dizendo que,

«a partir de 1977, nasciam as primeiras rádios-pirata, estações ilegais mas produzindo uma nova estética. O rápido movimento inundou as ondas de frequência modulada e tornou difícil a sua audição, dada a frequente sobreposição de emissoras. A pioneira foi a Rádio Juventude, de Heitor Gonçalves, a que se seguiu a Rádio Imprevisto, de José João Farinha, esta em 1979 (Azevedo, 2001: 115). As rádios-pirata aperceberam-se, desde cedo, da sua força na opinião pública, reunindo em assembleia-geral em Junho de 1983. À falta de legislação, a Fiscalização Radioelétrica apreendia o material, em especial quando as estações provocavam interferências nas emissoras já legalizadas» (Santos, 2005, p. 139).

A relação entre as rádios piratas e a regionalização da RDP, verificada também pelos primeiros anos da década, não é muito frequente entre os diversos autores consultados. Ainda assim, acabam por confluír muito mais do que meramente na cronologia. Como explica Estrela Serrano (cit. *in* Santos, 2013a, pp. 149-150),

«a RDP não podia ficar indiferente ao triplo desafio que é o aparecimento destas rádios, as solicitações que lhe são constantemente apresentadas por autarquias locais que pretendem uma estação local da RDP, e a rentabilização e optimização dos seus próprios meios.»

Essa «regionalização da RDP», tratada por Sílvio Santos (2013a, pp. 148-153), não é certa em termos de datas, mas pareceu ter epicentro «no estatuto de 1984», no qual «a regionalização era já um dos grandes objetivos da empresa» (Santos, 2013a, p. 150). Ainda que, nesse ano, ainda não estivessem abertas as estações de âmbito local, «é criado um grupo de trabalho com o objetivo de preparar uma política coerente e exequível, no domínio da regionalização e localização» (*idem*).

Diretamente,

«o objetivo da RDP era desenvolver este processo descentralizador, e focar-se localmente. Naturalmente, a sua intenção regionalista não era alheia à possibilidade de um aumento de receitas publicitárias. Na verdade, o planeamento elaborado para a segunda metade da década tinha em conta essas receitas oriundas da criação de rádios locais, nas quais se incluía uma eventual Rádio Lisboa. Efetivamente, os objetivos da RDP eram agora mais ambiciosos, uma vez que o contexto era completamente diferente. O mercado estava cada vez mais povoado» (Santos, 2013a, p. 149).

É esta uma fase em que a RDP se divide em várias delegações em Portugal continental e onde o regionalismo atinge proporções assinaláveis, um dado que não pode, de todo, estar desligado das referidas rádios piratas, fenómeno a que esta tendência tentou dar resposta. De facto, segundo Luís Bonixe (2012a, p. 324), na perspetiva das rádios piratas, era «mais fácil criar uma estrutura, ganhar audiência do que obter a tão desejada licença para emitir», significado claro da força destas rádios e do entrave à sua liberdade.

Com tudo isso, o passo seguinte foi, precisamente, a legalização das estações de rádio para acabar com as “piratarías” que se iam verificando com a corrente em vigor, para que a situação não se alastrasse ainda mais e que pudesse complicar o mínimo controlo da situação. Além disso, o país estava numa fase de introdução ao novo panorama europeu, o que integrava novas obrigações, novas restrições e novos desafios, quer em termos políticos, quer no que toca à vertente social, numa tentativa de minimizar atrasos de ideologias e de práticas.

Nesta linha,

«em março de 1987, finalmente, é publicada a lei quadro do licenciamento de estações emisoras de radiodifusão, embora em meados de 1988 essa lei seja revogada, com a publicação da lei da rádio e do regulamento do licenciamento da atividade de radiodifusão. O mercado tenderia, agora, para uma estabilização. Mas em meia dúzia de anos, o setor tinha-se transformado completamente. A RDP e a RR responderam a essa mudança, enquanto a legalização das rádios livres tardava, usando as frequências que lhes haviam sido entregues» (Santos, 2013a, p. 153).

Por razões económicas e de estratégia, as emissões de proximidade da RDP deixaram de existir nos primeiros anos da década de 90.

2.2.4. A caminho da autossuficiência da rádio

A década de 90 trouxe nova realidade na perspetiva da RDP, pois com a entrada em cena das novas frequências legalizadas, a concorrência tornou-se, desde logo, muito mais acérrima. O facto não pareceu beliscar em demasia a própria empresa, a avaliar pelo que constou no Relatório e Contas de 1989 (cit. *in* Santos, 2013a, p. 161), onde constava que o serviço público seria, acima de tudo, «um projeto cultural que há-de estar acima e para além

da precaridade dos projetos meramente comerciais com os quais concorre na disputa não obsessiva das audiências». Porém, ainda que o ideal de serviço público descure os números estatísticos de audiência, esse acaba por ser apenas um parâmetro utópico, como explica Fernando Eurico, ao referir que

«as audiências devem ser sempre uma preocupação de qualquer redação, mesmo numa de serviço público. Ninguém trabalha de forma abstrata, para o vazio, apenas por fazer e para se cumprir um estatuto que até agora ainda ninguém definiu com exatidão» (Eurico, 2013, entrevista).

Esta não é uma decisão atual, como explica Sílvia Santos (2013a, p. 161), pois, já na última década do século passado, a RDP era uma empresa sem definição concreta daquilo que pretendia ser, interna e externamente. Também o panorama nacional, ao nível dos órgãos de comunicação social em geral, se ia alterando, sobretudo com a vertente televisiva a conhecer uma realidade distinta daquela que se verificava até então – a RTP deixou de ter a exclusividade e o monopólio do ramo e surgiram dois novos canais: a SIC em 1992 e a TVI poucos meses depois, em 1993. Ambos vão trazer uma nova realidade comunicacional e de entretenimento (mais a SIC na década de 90 e mais a TVI no novo século), o que obrigará os “clássicos” a fazerem reformulações no sentido de continuarem ativos na vertente das audiências, o que, no fundo, pouco ou nada se verificou.

Toda esta mudança, que adveio sobretudo da corrente de liberalização a nível europeu, acabou por definir finalmente um rumo para a RDP, em relação à dicotomia entre optar pelo caminho dos pressupostos do serviço público (mais em confluência com a sua essência original, ainda que isso nunca fosse totalmente possível de atingir) e o caminho comercial, baseado no enfoque para as audiências e para as receitas resultantes da publicidade nos canais da estação. A decisão recaiu na primeira opção, alicerçada na venda da Rádio Comercial, uma rádio criada em 1979 como canal direcionado para o consumo de massas e que liderava as audiências, sobretudo entre as faixas etárias mais jovens (Santos, 2013a, p. 165), como já foi referido anteriormente.

Esta é uma fase de mutação no mundo radiofónico, visto que a abertura à privatização implicava novas reformulações, numa nova conjuntura financeira e numa liberalização que antevia formas diferentes de as rádios poderem adquirir sustentabilidade. Esse processo de

«reorganização do espectro radiofónico e a respectiva legalização de algumas das centenas de rádios piratas que existiam ditou a adaptação a um modelo concorrencial que implicava a sobrevivência económica de cada estação emissora. Por esta altura, as rádios apresentavam uma programação generalista, organizada de acordo com o que se supunha ser o público da estação. Algumas rádios fecharam, outras alteraram o seu projecto inicial, num movimento de adaptação que obrigava à

profissionalização da estrutura e da própria comunicação radiofónica. Como em todos os campos da comunicação social, o mercado dita as regras, e as rádios tentam (sobre)viver dependentes das medidas de audiência, para angariar publicidade» (Cordeiro, p. 4).

Depois de um longo processo na saída de cena da Rádio Comercial da égide do serviço público, no qual se verificaram alguns processos morosos ao longo de algum tempo, como a situação contratual dos trabalhadores daquele canal ou a venda do mesmo, «a RDP abandona definitivamente a publicidade nas suas emissões no último dia de 1992» (Santos, 2013a, p. 171).

O novo administrador da empresa, Soares Louro, passa à fase da ação no novo objetivo de encurtar as despesas, optando por

«uma nova macroestrutura da empresa, que marca a partida para uma nova fase na RDP. Desde logo, o excesso de trabalhadores é enfrentado com um estabelecimento de condições especiais para a aposentação ou cessação de contratos. As grelhas de programas são, também, prontamente alteradas, porque importava diferenciar a RDP face aos canais comerciais. Nessa altura, as estações da RDP mudam (temporariamente) de nome, adotando a designação de RDP 1 e RDP 2 (...). As alterações são amplas: o setor do desporto passa para a alçada da direção de informação, é reestruturado o mapa de blocos informativos diários e surge a primeira editoria especializada (em economia). Como resposta da empresa à saída da RC da sua esfera, são implementadas oito horas de emissões distintas entre a OM e a FM da RDP 1, logo em junho de 1993» (Santos, 2013a, p. 175).

Depois de toda a reestruturação feita por Soares Louro, o seu sucessor, Arlindo de Carvalho (em 1994), deu continuidade ao processo, que se poderia dizer, de reerguer a RDP, noutro parâmetro em défice: as audiências. Com a saída de cena da Rádio Comercial, a empresa ressentiu-se bastante nos números globais de ouvintes, pois, como já referido, tratava-se do canal que maior número de público adquiria. Desta forma, o novo presidente do Conselho de Administração aproveitou ideia de Jaime Fernandes (Santos, 2013a, p. 190), que impulsionou a criação de um novo terceiro canal radiofónico – a Antena 3 – direcionado para a faixa etária mais jovem. Esta nova criação foi, portanto, o fator mais contributivo para que, logo em 1994, Arlindo de Carvalho apresentasse «resultados que mostram audiências praticamente três vezes maiores» (Santos, 2013a, p. 177).

Na continuação da década, outras foram as medidas tomadas, no sentido de apurar a rádio às circunstâncias da época, tal como «reestruturar o setor e desenvolver uma informação isenta e de referência» (Santos, 2013a, p. 179), ou a aposta «na modernização tecnológica, na estabilidade da sua orgânica e no fortalecimento das suas finanças» (Santos, 2013a, p. 180).

2.2.5. Novo milénio – fusão da comunicação pública

De partida para o novo milénio, e já com os processos de reestruturação implementados e em estado de consolidação, «a rádio pública termina o ano de 2000 com um resultado líquido próximo do milhão de contos» (Santos, 2013a, p. 197), sendo que «o seu quadro [de ativos] havia emagrecido para menos de metade» (*idem*). Com tudo isso, o governo «reconhecia o equilíbrio conseguido na gestão da RDP» (Santos, 2013a, p. 198). Contudo, a questão central nesta altura para o executivo governamental era a televisão pública, que apresentava resultados negativos no plano financeiro. A solução passou pela criação da *holding* Portugal Global,

«para gerir as participações do Estado em empresas de comunicação social. (...) À frente da holding ficaria o presidente da RTP, João Carlos Silva, o que implicou uma convivência, por vezes, pouco pacífica com a RDP e a Lusa. O objetivo da tutela era reestruturar as empresas, sobretudo a financeiramente problemática RTP, e gerar sinergias entre todos. No entanto, as empresas mantiveram, convenientemente, a sua autonomia e identidade e, dessa forma, mantiveram uma coabitação tolerável» (Santos, 2013a, p. 199).

A situação de pacificação tinha, porém, os dias contados. Os funcionários revoltaram-se contra o novo executivo governamental, que se insurgia contra os moldes financeiros que se verificavam na RTP e na RDP. Se, por um lado, a televisão apresentava números de défice preocupantes, por outro lado, a rádio respirava saúde financeira naquela fase, com lucros assinaláveis desde 1994 (Santos, 2013a, pp. 200-206). Desta forma, a ideia governamental para uma nova reestruturação passava por combater um suposto desperdício que se verificava na rádio pública, já que «os lucros na RDP eram inaceitáveis, uma vez que provinham de dinheiros públicos, as congéneres europeias da RDP tinham muito menos funcionários, e a relação entre os custos e as audiências obtidas era exagerada» (Santos, 2013a, p. 202), para além do decréscimo das próprias audiências, devido a estagnação dos conteúdos apresentados.

No meio de assinalável tensão e entre aprovações e vetos, a reestruturação «do audiovisual público» será posta em marcha pelas administrações da rádio e da televisão, imbuídas no objetivo de cooperação sob a forma de sinergias e que culminará na junção de ambas as empresas, posteriormente (Santos, 2013a, pp. 206-216), com matrizes direcionadas para a essência do serviço público e para um novo corte nas despesas, resultando em novos despedimentos ou “incentivos” financeiros para as rescisões.

Financeiramente falando, o novo figurino proporcionava que a televisão não estivesse

«dependente da publicidade para a sua exploração corrente. A diferença entre o custo de exploração da rádio e o valor obtido pela taxa seria canalizada para o novo operador de serviço público. O Estado cobriria os custos da reestruturação (incluindo a financeira), da fase transitória e de situações extraordinárias» (Santos, 2013a, pp. 209-210).

Numa rádio que passava a ter que prestar contas à recentemente criada Entidade Reguladora para a Comunicação Social (conhecida como a ERC), a antiga taxa de radiodifusão é atualizada em nome e em valor: «A contribuição para o audiovisual foi fixada em 1,60 euros mensais e tomou o lugar da taxa na fatura da eletricidade. Esta servirá para o pagamento do serviço público de rádio. E a parcela sobranse será, então, usada pelo serviço público de televisão.» (Santos, 2013a, p. 212). A verdade é que, com todo o processo posto em marcha entre o Estado e a RTP, «as contas de 2004 marcarão já essa inversão, registando-se um *cash flow* (fluxo de caixa) operacional positivo de 4,6 milhões de euros» (*idem*).

Por fim, o capítulo jurídico da rádio e da televisão sofrem, igualmente, mudanças de fundo, pois

«com a extinção da PG, torna-se efectivo todo o plano de reestruturação já descrito. A RDP SA mantém a sua existência jurídica, como entidade que explora as emissões do serviço público de rádio. A titularidade do contrato de concessão é transferida para a nova RTP SGPS, SA. Passa a existir apenas um CO, mas já sem poder de emissão de pareceres vinculativos. A Alta Autoridade para a Comunicação Social poderá vetar apenas as nomeações dos directores de programas e informação. A administração passa, então, a ser eleita pela assembleia-geral que é composta pelos acionistas, neste caso, o Estado. De forma genérica, a diferença entre a PG e a RTP é a capacidade que a nova *holding* tem de não se limiar à detenção das participações e de levar a cabo um papel ativo na gestão integrada das duas empresas» (*ibidem*).

Este caminho levou à realidade atual, com os seus constantes avanços e recuos.

2.3. O serviço público de hoje

Numa sociedade democratizada, onde a liberdade de expressão é um dos pressupostos básicos e fundamentais, não menos importante é a liberdade de imprensa.

Vasculhando a Constituição da República Portuguesa, o documento orientador do país e dos cidadãos que ressalva, no seu artigo 38º, a «Liberdade de imprensa e meios de comunicação social», verificamos um conjunto de pontos a nível individual e a nível coletivo, para aplicação da mesma.

Tratando-se, neste trabalho, da rádio pública, importa sublinhar o ponto 5 daquele artigo, a saber, «o Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de

rádio e de televisão». Ora, o facto de o serviço público estar assegurado na Constituição da República é, por si só, o garante da importância e também da segurança na existência de órgãos comunicativos de ordem pública.

Tendo por base a definição de «órgão público». Em que consiste o mesmo?

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora abre o documento dizendo que «A radiodifusão sonora e televisiva é o único ou principal fator de oferta cultural para muitos que não têm acesso a outros meios sendo, por isso, um bem cultural de primeira necessidade» (p. 2).

Respondendo diretamente à questão acima colocada, lê-se no mesmo ponto 1. que «um serviço público tem por objeto proporcionar à comunidade bens e serviços que se têm por essenciais e que é suposto não poderem ser prestados através da iniciativa privada e dos mecanismos do mercado» (p. 2).

Partindo do princípio que estão asseguradas as correspondências às «necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade» (p. 4), e contando com um papel informador e esclarecedor do radiodifusor de serviço público «com rigor e seriedade» (p. 5, ponto 9), importa realçar o papel do serviço público de rádio, constante no artº nº 49º da Lei da Rádio. O documento determina que as incumbências da concessionária consistem em:

«a concessionária do serviço público de rádio deve (...) apresentar uma programação de referência que promova a formação e a valorização cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso de todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade (nº 1do artº 49º da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro).

O mesmo documento determina que à concessionária cabe:

- Fornecer uma programação variada e abrangente, dirigida e acessível a todos, que promova a diversidade cultural;
- Promover e divulgar a criação artística nacional, o património histórico e cultural;
- Proporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada;
- A produção e transmissão de programas educativos e de entretenimento para os mais jovens;
- A transmissão de programas de carácter cultural, educativo e informativo para públicos específicos;
- Participar e garantir atividades de educação para os meios de comunicação social;
- Promover a emissão de música portuguesa;
- Emitir programas regulares vocacionados para a difusão da língua e cultura portuguesas;

- Garantir o exercício dos direitos de antena nos termos legais e assegurar a emissão das mensagens cuja difusão seja solicitada pelos órgãos do poder;
- Ceder tempo de emissão para divulgação de informações de interesse geral, nomeadamente em matéria de saúde, de proteção civil e de segurança pública;
- Manter e atualizar os arquivos e assegurar a manutenção, atualização e disponibilização, de dados representativos da evolução do meio radiofónico;
- Desenvolver a cooperação com operadores de rádio dos países de língua portuguesa e manter relações de cooperação e de intercâmbio com organizações (artº 49º da Lei n.º 54/2010).

Voltando ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora, a Missão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora está explicitada na sua cláusula 4ª. (p.8), onde se determina a necessidade de afirmação como uma «Rádio de Referência, inovadora e com elevados padrões de qualidade», uma «Rádio de liberdades públicas, garante do pluralismo, do rigor e da imparcialidade» informativa, uma rádio «acessível a toda a população», que «promova e divulgue (...) o conhecimento património histórico e cultural do País» e que seja de «expressão internacional».

Também no mesmo documento, na separação entre as três rádios públicas em Portugal (*Antena 1, Antena 2 e Antena 3*), obriga-se a Antena 1 a

«uma emissão, de carácter eminentemente pluritemático, com opções diversificadas e uma forte componente informativa e de entretenimento, destinada a servir a generalidade da população, atenta às realidades regionais (...) bem como às manifestações culturais, desportivas e outras, de grande interesse do público» (Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora, Cláusula 6ª, p.10).

Já foi sendo abordada a evolução do serviço público em Portugal. A presença política é absolutamente incontornável, servindo quer na limitação (das liberdades de imprensa e de expressão), quer na salvação, nomeadamente a financeira, pois foram variadíssimas as vezes em que a entidade estatal injetou fundos para custear as reformulações constantes que foram feitas ao longo dos tempos.

Atualmente, a taxa audiovisual é cobrada a 2,39 euros (com IVA) na fatura mensal de electricidade, ainda que se pondere uma alteração do valor para breve³. Mesmo assim, «o Estado assegura o financiamento do serviço público de rádio e zela pela sua adequada aplicação» (Lei da Rádio n.º 54/2010 de 24 de dezembro de 2010, artigo 51º), o que diz muito

³ In <http://www.ionline.pt/artigos/portugal-media-televisao/rtp-poiaries-maduro-garante-nao-vai-aumentar-taxa-audiovisual>

sobre a tal presença política inevitável no Serviço Público – ainda que a vertente financeira seja a única legislada.

Outra questão de realce está relacionada com a concessão do serviço público, que «é atribuída à Rádio e Televisão de Portugal, S. A., por períodos de 15 anos, nos termos de contrato a celebrar entre o Estado e a concessionária» (Lei da Rádio n.º 54/2010 de 24 de dezembro de 2010, artigo 50º, 2.)

3. O desporto nos média e os média do desporto em Portugal

3.1. Os órgãos de comunicação social e a inserção do desporto

Nos dias de hoje o desporto está presente em toda a imprensa generalista portuguesa. Qualquer um dos cinco diários (*Público*, *Diário de Notícias*, *i*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*) tem a sua secção dedicada à área desportiva, ou mesmo, por vezes, destacáveis dedicados exclusivamente ao desporto.

Deparamo-nos também, no cenário atual, com a particularidade de existirem três jornais desportivos diários em Portugal, a saber:

- *A Bola*, fundada em 1945 por nomes emblemáticos como Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis e Vicente de Melo, poder-se-á considerar a referência nacional. É o jornal desportivo em atividade formado há mais tempo e, segundo Correia (cit. in Martins, 2008, p. 40) «foi durante meio século líder incontestado da imprensa desportiva, referência incontornável (e por isso cognitado “a bíblia”)). Surgiu numa fase em que o desporto se afirmava fortemente numa sociedade mergulhada na ditadura salazarista e quando findava a Segunda Guerra Mundial. Foi um veículo anti-regime ativo e desenvolveu o jornalismo desportivo, também através desse fator. De acordo com Matos (cit. in Martins, 2008: 30) «talvez por estar menos sujeito à censura, soube dinamizar a sua ação, tornando-se mais interveniente e agressivo nas entrevistas e nos comentários, por exemplo, do que podia sê-lo no jornalismo de informação geral». Foi, ainda, um escape de divulgação das diferenças para as democracias entretanto implementadas na Europa. Nas entrelinhas das reportagens dos jogos das competições europeias, as referências aos estilos de vida e às inovações numa nova Europa *open-mind* eram constantes.

- O *Record* aparece 4 anos depois, em 1949, formado por Manuel Dias, Monteiro Poças e Fernando Ferreira. Apesar de se apresentar como um concorrente ao jornal *A Bola*,

deparou-se com várias lacunas estruturais que não lhe permitiam uma concorrência “ombro a ombro” com aquele que foi o jornal desportivo de referência até aos anos 80/90. Nesta altura, *O Record* sofreu uma remodelação estrutural profunda, na fase em que foi adquirido pelo grupo Cofina. Ombreia, nos dias de hoje, com *A Bola* pela liderança de vendas dos desportivos.

- O mais recente jornal desportivo, mas o pioneiro nas publicações diárias é *O Jogo*, criado em 1985 pelo *Jornal de Notícias*. É um jornal que, apesar de ser distribuído a nível nacional, está fortemente conotado com o norte do país e com os clubes da zona do Porto. Segundo Murta,

«dois factores criaram as condições para o lançamento de um jornal desportivo sediado no Norte: a) ao maior clube do Norte, o F.C. Porto, conhecia naquela época os seus maiores sucessos desportivos de sempre, o que mobilizava interesse e apoio; b) o desaparecimento do «Norte Desportivo» deixou esse mesmo Norte (...) sem um jornal desportivo» (cit. in Martins 2008: 42, 43).

Além dos jornais, rádios e televisões funcionam, também, com o jornalismo desportivo presente. Nas rádios generalistas é possível observar o desporto como parte ativa na informação. *Antena 1*, *TSF* e *Renascença* dedicam espaços na sua programação para as notícias desportivas. São também rádios que fazem o acompanhamento dos jogos dos “três grandes” do futebol português (Benfica, Sporting e Porto). A *Antena 1* reserva as suas tardes de domingo para a emissão de uma tarde desportiva em que são acompanhados, horas a fio, os jogos dos campeonatos profissionais de futebol (atualmente denominados como Liga ZON Sagres e Liga2 Cabovisão) e outros desportos (Ténis, Hoquei em Patins, Basquetebol, Andebol, Voleibol, Futsal, Atletismo) e onde são, ainda, realizadas reportagens (no caso, as rubricas *Futebol de Lés-a-lés* e *Portugueses Lá Fora*) e entrevistas. Mesmo outras rádios, como a *RFM*, a *Rádio Comercial* ou a *M80*, costumam inserir notícias desportivas nos seus blocos informativos hora-a-hora.

Em qualquer noticiário televisivo existem sempre uns minutos dedicados ao desporto, chegando, por vezes, as notícias relacionadas com o futebol a abrir os noticiários. Recordamos, a título de exemplo, o dia 6 de julho de 2009, quando as televisões abriram os seus noticiários com a apresentação de um jogador de futebol num clube (Cristiano Ronaldo no Real Madrid), algo que ocupou cerca de metade desses mesmos noticiários com posteriores comentários de analistas especializados na área. As televisões de informação no cabo (*SIC Notícias*, *RTP Informação*, *TVI 24*) têm, todas elas, o seu Jornal de Desporto, várias vezes ao longo do dia.

Destaque também para a *Sport TV*, canal de cabo com acesso limitado (funciona através de assinaturas), criado em 1998 pela *Controlinveste*, que é, na área do desporto, dos mais fortes (senão o mais) pilares atuais dos *media* nacionais. Dinamizou o futebol em Portugal, no que à calendarização diz respeito. Os jogos de uma jornada passaram a ocorrer, regra geral, durante 4 dias (de sexta a segunda), com a transmissão televisiva de metade deles (4 em 8) a ser feita pela estação. É a *Sport Tv* quem garante, através do negócio com a *Olivedesportos*, os direitos televisivos dos jogos dos campeonatos nacionais.

A mais recente criação é o da *Benfica TV*, canal que está anexado a um clube nacional, apesar do seu intuito passar por tentar concorrer diretamente com a *Sport TV*, tendo, para isso, garantido os direitos televisivos dos jogos caseiros do Benfica, para além dos direitos referentes ao campeonato inglês, ao brasileiro e ao grego.

Existem em Portugal, tal como acima descrito, muitos veículos em Portugal para a divulgação de informação desportiva, existindo portanto, público suficiente para a consumir, por vezes num consumo exacerbado e levado ao extremo. Assim sendo, são os *media* os causadores de todo esse consumo ou serão eles, por outro lado, vítimas de uma procura incessante de informação desportiva por parte de um numeroso público apaixonado e que considera o desporto (futebol) uma das suas maiores necessidades do quotidiano?

A resposta pode abranger as duas vertentes, embora a segunda pareça ser mais acentuada. Numa sociedade capitalista, onde as empresas vivem de números e de resultados práticos, os *media* oferecem aquilo que o público pretende consumir. Segundo Fernando Eurico (2013: Entrevista), jornalista da *Antena 1*, existe muita divulgação de informação desportiva porque «as pessoas consomem, logo os órgãos de comunicação social mantêm o rumo. O país é pequeno, mas por ironia da geologia assemelha-se a um campo de futebol e, como os portugueses consomem, as empresas de comunicação continuam».

3.2. Jornalismo generalista e jornalismo desportivo

O jornalismo enquanto profissão da área comunicacional, abrange muitas áreas díspares. É certo que um jornalista tem que dominar diversas matérias e um pouco de tudo mas, atualmente, a profissão apresenta várias ramificações e especialidades. Num noticiário televisivo ou radiofónico é recorrente a associação de jornalistas a áreas diferenciadas (política, economia, sociedade, desporto), dada a tendência para a especialização. Também nos jornais, que costumam separar-se, internamente, por secções, existe o destacamento dos jornalistas para as variadas áreas. Ora, o desporto é, tal como acontece na economia, por

exemplo (existem jornais específicos nos dois setores), uma área específica que canaliza muitos profissionais, na sua esmagadora maioria exclusivamente dedicados a esse setor. Assim, é correto falar-se de jornalismo desportivo? Neste assunto, Fernando Eurico é perentório.

«Rejeito a designação de jornalismo desportivo. Não há vários jornalismo no meu conceito. Apenas Jornalismo. Existem é jornalistas que se especializam e seguem de forma mais próxima e constante a cobertura de acontecimentos de uma determinada área de informação mas não devem ter esse rótulo. Em Portugal, os que não produzem informação de desporto gostam muito de colocar esse mesmo desporto numa parcela à parte, como se fosse menor e só aí trabalhassem os jornalistas menos exigentes, o que, convenhamos, é uma profunda inverdade» (Eurico, 2013, entrevista).

Eugénio Queirós, jornalista do *Record*, aceita a designação e eleva-a a outro patamar: «Nada difere o jornalismo desportivo de qualquer outro tipo de jornalismo, nomeadamente o generalista; a nossa responsabilidade até é maior, porque toda a gente percebe de futebol, logo, se cometemos um erro, esse será muito mais mediatizado»⁴.

Nirmal Shekar, jornalista indiano (*in* Rajan, 2005: 125), é claro na abordagem à designação, numa citação que serviu de ponto de partida para esta recensão: «existe o jornalismo e, depois, existe o jornalismo desportivo: tanto integrante como diferente dele»⁵. Manuel Santos Silva, citado pelo *blog* da Universidade Lusófona do Porto, dedicado ao jornalismo especializado, realça que «o jornalismo desportivo não é um parente pobre, uma ciência oculta, um “escape” para os menos capazes, nem é o jornalismo mais importante que existe».

São opiniões diferentes mas com fundamento. Não é descartável que o jornalismo é um todo, até porque os valores-notícia são um padrão geral para todos os jornalistas, assim como o código deontológico do jornalista é apenas um, que molda todo e qualquer profissional àquele rumo. Porém, existem as já faladas áreas ou setores que os órgãos de comunicação social optam por dividir. Como tal, e tendo em conta que existem, no nosso país, três jornais diários exclusivamente dedicados ao desporto e um canal de televisão puramente desportivo, é justo e pertinente distinguir os diferentes tipos de jornalismo praticado, no que toca à linguagem e ao estilo.

Também Nirmal Shekar vê diferenças no tratamento do jornalismo desportivo, em comparação com as outras áreas jornalísticas, quando afirma que «um estudante de jornalismo vai notar imediatamente que as páginas desportivas e as coberturas televisivas de

⁴ In http://jpr.icicom.up.pt/2006/04/que_jornalismo_desportivo_temos_hoje.html

⁵ Tradução o autor

acontecimentos desportivos são muito diferentes das outras áreas do jornalismo/media»⁶. No *blog* de jornalismo especializado da Universidade Lusófona do Porto, assinado por Lara Costa, é possível ler que,

«segundo Manuel Fernandes Silva (jornalista da RTP), para se ser um bom jornalista desportivo é necessário possuir/desenvolver duas características: 1º ser um bom jornalista, respeitando o código deontológico e tudo que esse acarreta; e 2º possuir alguns conhecimentos de desporto, salientando que “não é necessário perceber tanto de futebol como o José Mourinho, ou de basquetebol como o Michael Jordan”».⁷

A forma como o jornalismo desportivo é feito atualmente, leva Fernando Eurico a falar das notícias como um «*fast-food*», resultante de um jornalismo que «não tem sabor e se esquece facilmente». A Mandag Morgen, um organismo privado dinamarquês, elaborou um estudo internacional, em 37 países, tendo chegado à conclusão de que o jornalismo é controlado pelo «jogo comercial»⁸.

3.3. Os valores-notícia

Tomando como ponto de partida que existem, realmente, diferenças entre o jornalismo desportivo e as outras áreas do jornalismo e que lhe podemos dar essa independência, importa tocar um subtópico sobre uma temática envolvente do jornalismo que se demonstra igualmente pertinente. Situamo-nos nos valores-notícia que regem a atuação de um jornalista. Entre atualidade, novidade, interesse público, periodicidade ou a proximidade, são vários os critérios reguladores da atuação jornalística em qualquer temática.

No jornalismo desportivo em Portugal, mais concretamente no futebol, existe uma exploração pormenorizada de todos os detalhes envolventes da ação do desporto em causa, desde o mais abrangente, até à mais minuciosa situação: referências a certas atividades no treino (minutos de trabalho com bola, exemplificações de exercícios) ou a situações fúteis que acontecem ao redor de um jogo (um *stewart* que levou com uma bola na cabeça, um jogador

⁶ Tradução do autor

⁷ In <http://jornalismoespecializado.blogs.sapo.pt/37292.html>

⁸ O jornal *Público* apresenta, na sua edição *online* do dia 13/11/2005, uma notícia que examina os dados referentes a esse estudo. «Segundo o estudo, os artigos sobre desportos mais populares, estrelas e eventos internacionais ocupam a quase totalidade das páginas de desporto dos jornais diários, dando a clubes e organismos desportivos enormes retornos em publicidade, patrocínios, audiências televisivas e bilheteira. Para além disto, os investigadores concluíram que, também por estratégia comercial própria, os editores permitem que seja a indústria a designar a agenda dos media.» In http://www.publico.pt/Media/jornalismo-desportivo-acusado-de-ser-controlado-pelo-jogo-comercial_1238655

que tropeçou num repórter antes da marcação de um pontapé de canto). Fernando Eurico destaca que

«os três grandes só abrem os treinos durante 15 minutos aos jornalistas, quando não são à porta fechada e o que se vê nessa altura são exercícios físicos... Ora eu enquanto jornalista que tenho que ver, analisar e informar, faço o quê com isso? Nada ou quase nada. No fundo, o futebol e a informação que se dá tem a qualidade que os clubes querem» (Eurico, 2013, entrevista).

É um facto que há um número de páginas estipulado para cada clube num jornal desportivo e têm que ser preenchidas, contudo, o carácter fútil de algumas dessas notícias levanta várias questões. Uma delas pode prender-se mesmo com os valores-notícia: preenchem este tipo de notícias os valores que regem a profissão? Deveriam existir outros valores-notícia para o jornalismo desportivo, mais permeáveis? Ou deveriam, pelo contrário, limitar-se as notícias desportivas a conteúdos verdadeiramente dignos desse rótulo?

3.4. O domínio do futebol

Ponto assente: uma capa de um diário desportivo é preenchido com futebol, seja de forma direta ou indiretamente (entrevistas ou acontecimentos com dirigentes da área⁹).

Novamente o *blog* da Universidade Lusófona do Porto, dedicado ao jornalismo especializado, apresenta uma justificação para o facto:

«Os jornais desportivos, como salientou Hugo Gilberto (jornalista da RTP), funcionam como os primeiros psicólogos e terapeutas da sociedade. A pessoa que vai comprar A Bola, O Jogo ou o Record, sabe porque o vai e quer fazer. A manchete vai estar ligada a um determinado clube, o conteúdo vai impulsionar a emoções positivas. O amor a um clube toma um lugar demarcante na sociedade actual e é sempre bom saber que aquilo que amamos está exposto num pedestal, a ser defendido ou levado ao colo. Relaxa, acomoda e tira o *stress* matinal.»¹⁰

A relação entre a sociedade portuguesa e o futebol conheceu grande proximidade com a expansão desta modalidade na Europa. Na primeira metade do século XX, assistimos a um grande crescimento dos clubes nacionais, com estádios cheios e onde o amadorismo de grande parte dos praticantes permitia aos clubes sobreviverem, quase em exclusivo, das receitas de bilheteiras. Era nessa altura que se justificava o uso da famosa expressão “jogar por amor à camisola”, já que os salários dos praticantes estavam, regra geral, na média da sociedade.

⁹ Anexo: figs. 1 e 2

¹⁰ In <http://jornalismoespecializado.blogs.sapo.pt/5492.html>

Novos horizontes surgiram, sobretudo, com a queda do regime fascista implementado por Salazar. A abertura a um mundo mentalizado para o consumo de massas e para o exercício do capitalismo fizeram com que a publicidade surgisse em força no desporto. As transferências de jogadores tornaram-se cada vez mais avolumadas, embora os clubes nacionais fossem apenas vendedores a uma Europa muito mais desenvolvida e cujos grandes clubes respiravam uma situação financeira fora do alcance imaginário dos grandes clubes nacionais¹¹. Assim, o conceito financeiro do futebol conheceu uma nova faceta, debruçada sob pressupostos capitalistas que tornam a componente económica dos clubes como um bem vital para a sobrevivência e criando mesmo um campeonato dentro de outro campeonato.

O crescimento da importância da publicidade, o aparecimento da televisão como veículo ativo na difusão do futebol e com os consequentes direitos televisivos a gerarem grandes receitas, os salários cada vez mais astronómicos, o *merchandising* dos produtos dos clubes¹², foram todos fatores que fizeram com que o futebol ganhasse uma complexidade muito mais acentuada que o simples jogo dentro das quatro linhas. Atualmente, os estádios (que apresentam um conforto e uma modernidade assinaláveis, em parte resultante do Campeonato da Europa de 2004, que a isso obrigou) não têm a afluência e os índices de ocupação de há 20/30 anos atrás, mas a divulgação e o acompanhamento do futebol não parecem ter diminuído. Pelo contrário, com os três diários desportivos (desde 1995), com o auxílio da internet, com o surgimento de um canal exclusivo de desporto onde grande fatia da programação se destina ao futebol, com os inúmeros debates e análises semanais que encontramos em canais abertos ou no cabo, o futebol é tratado com um destaque exaustivo.

Existe, para que isso seja possível, uma audiência consumidora. Contudo, essa audiência não é tão vista nos estádios, atendendo a uma série de fatores (preço dos bilhetes, falta de segurança, conflitos entre adeptos causados por relações de ódio, acessibilidades, distâncias), mas apresenta-se ativa neste consumo dos produtos oferecidos pelos órgãos de comunicação social. Martins (2008, p. 89) conclui na sua análise que

«uma das principais conclusões que se observou após a análise das diferentes publicações assenta no facto dos diários desportivos impressos de Portugal, Espanha e Itália figurarem entre os mais

¹¹ Após o Europeu de 1984, no qual Portugal participou e ficou num honroso 3º lugar, Fernando Chalana, o “*pequeno genial*” do Benfica, realizou exibições de grande nível, o que lhe valeu o assédio de grandes clubes europeus. Na altura, o francês Bordéus ganhou a corrida pela aquisição do jogador, sendo que o dinheiro da transferência serviu para o Benfica concluir as obras da construção do Terceiro Anel.

¹² De referir o facto de os três maiores clubes portugueses estarem presentes no último top-10 dos clubes no mundo com mais associados: Benfica (170.645) é líder mundial da tabela, Porto é 5º(115.411) e Sporting é 6º (93.702)

importantes nos respectivos países. Desta forma, no panorama da imprensa de cada país, os diários desportivos analisados aparecem entre os mais lidos, com maior circulação total e elevada tiragem.»

O *blog* da Universidade Lusófona apresenta, também, dados que comprovam o futebol como líder de audiências televisivas anuais¹³. Os sites dos jornais desportivos são os *media* mais consultados na web. Os programas *Tempo Extra* (da *SIC Notícias*) e *Trio d'Ataque* (da *RTP Informação*) são os líderes de audiências no cabo. A *SportTv* conta com mais de 700 mil assinantes. Todos estes dados comprovam a importância que se dá ao futebol pela sociedade portuguesa.

O *blog* da Universidade Lusófona do Porto esmiúça o comportamento português quanto ao futebol onde consta que

«Desporto em Portugal: provado que está associado ao futebol. Não descuro as outras modalidades, algumas, claro, mas baseia-se num conteúdo futebolístico seja de que liga ou importância for. A questão é peremptória, mas fácil de responder: porquê? Toda a gente sabe falar de futebol, mesmo que dê algumas bacoradas “fora-das-quatro-linhas”. É, tradicionalmente, o desporto rei. Consome as audiências televisivas, move multidões. Dá dinheiro. Apesar de tudo, e de muitos esforços que sejam feitos, não é fácil transfigurar o habitual de uma pessoa.»¹⁴

Durante o período de estágio foi facilmente evidenciada a primazia do futebol, nos tempos dedicados ao desporto, na rádio, aspeto que este trabalho irá reforçar.

3.5. A hegemonia dos “três grandes”

Falar de futebol em Portugal é, essencialmente, falar de três clubes: Benfica, Sporting e Porto. As capas de jornais desportivos que não estejam relacionadas com estes clubes são raras e apenas acontecem em duas ocasiões: quando é tempo de competições de seleções nacionais, e a “equipa de todos nós” se exhibe em bom plano, o suficiente para roubar esse protagonismo, ou quando um português se destaca no estrangeiro (José Mourinho, Cristiano Ronaldo, Figo, o empresário Jorge Mendes ou o “recente” Paulo Futre). Em todas as restantes ocasiões, são os grandes do futebol português a dominar as manchetes dos desportivos.

Pedro Faleiro da Silva, personalidade ligada ao Sporting, diz que

«perante obrigações comerciais, no que aos objetivos de vendas dizem respeito, o futebol é 90% dos ditos jornais que cada vez têm menos espaço para as restantes modalidades. Dentro do futebol, outros 90% são exclusivamente dedicados aos três grandes ficando os outros com espaços marginais que lhes

¹³ Anexo: fig.3

¹⁴ in <http://jornalismoespecializado.blogs.sapo.pt/5492.html>

provoca necessários constrangimentos ao nível da visibilidade e da angariação de patrocinadores que lhes permita sobreviver num negócio altamente deficitário e competitivo.»¹⁵

Esta canalização exacerbada para os clubes de maior projeção tem uma justificação simples. Vai longe o tempo em que o adepto simpatizava com o clube da terra ou da cidade mais próxima. Hoje em dia, tirando casos excepcionais (V. Guimarães, Belenenses, Boavista e, mais recentemente, SC Braga), os adeptos de futebol, de qualquer zona do país, têm como primeiro clube um dos três grandes, porque estão, desde pequenos, limitados a essas três supostas escolhas, uma ideia enraizada pela sociedade, o que é possível atestar pelo número de sócios daqueles clubes. Só depois aparece uma possível simpatia por um clube da regional. Como tal, aponta-se para meio país adepto do Benfica, embora não existam dados oficiais. Surgem depois FC Porto e Sporting, igualmente com milhões de seguidores, sobrando uma mínima fatia daqueles que têm o seu clube “extra três grandes”.

Numa sociedade capitalista, como já foi referido, é oferecido ao consumidor o produto que este procura. Até pode haver uma basquetebolista portuguesa a vencer a *WNBA* (campeonato feminino de basquetebol americano) ou um atleta medalhado nos Jogos Olímpicos, mas as manchetes dos jornais, por exemplo, pouco fogem da rotina do destaque ao futebol e aos três clubes em concreto. Trata-se esta de uma questão que merece algum questionamento na esfera pública, mas que se cinge às perspetivas de vendas.

Fernando Eurico, da *Antena 1*, afirma que «não há forma de mudar» esta tendência, assegurando que, «tendo, por esta ordem (Benfica, Sporting e FC Porto) um impacto e uma importância na vida dos portugueses, é normal que isso se reflita no acompanhamento diário desses clubes».

Este acompanhamento é, contudo, muito limitado. Há uma enorme necessidade de “criar notícias” para preencher os espaços obrigatórios a que cada clube tem como predefinidos nos jornais, mas o jornalista desportivo encontra dificuldades como em mais nenhuma área do jornalismo. Eugénio Queirós particulariza esta vertente: «Se no resto dos ramos de informação é a notícia, normalmente, quem vai ter com o jornalista, no desporto é o jornalista que tem sempre que ir à procura da notícia».

3.6. A comunicação no futebol português

¹⁵ In <http://www.sportingapoio.com/%E2%80%9Cjornalista-em-desporto-ou-desporto-no-jornalismo%E2%80%9D-%E2%80%93-cronica-de-pedro-faleiro-da-silva-para-sportingapoio-com/>

Na Índia, Nirmal Shekar conta que «neste país, (...) os nossos jogadores de cricket ou de ténis são ídolos populares ao nível de Bryan Adams, Bonos e Michael Jacksons»¹⁶.

Em Portugal, assistimos a um fenómeno que extravasa o protagonismo de jogadores ou treinadores. Parece claro que a parcela do dirigismo tem um estatuto especial na esfera futebolística no país. O maior exemplo verifica-se, na atualidade, entre Luís Filipe Vieira, presidente do Benfica, e Pinto da Costa, homólogo no FC Porto. Ambos travam uma guerra que se iniciou no plano pessoal dos dois indivíduos, mas que acaba por arrastar os adeptos. A comunicação social é o veículo que transporta declarações de parte a parte, que divulga atos de vandalismo e violência indiretamente associados e que expõe questões que interessam às partes¹⁷. Rui Santos (2007, p. 211) alerta para esse aspeto ao referir que

«supostamente defendidos com o jargão dos “critérios editoriais”, os jornais desportivos, outrora combatentes da censura, são agora o seu maior bastião. Veja-se o que se passou e passa com o “Apito Dourado”. Nada ou quase nada, Porquê? Porque vão mexer nalguns protagonistas que nalguns casos são parceiros ou de tertúlia ou de colóquio. A promiscuidade é tanta que não têm condições de abordar o assunto, com isenção.»

Se, por um lado, os *media* se mostram veículos ativos na divulgação de constantes conteúdos de ataques pessoais ou institucionais, a atitude dos clubes e dos dirigentes nem sempre é a mais justa (se é que podemos falar de justiça) para com os *media*. Segundo Eugénio Queirós,

«nós, jornalistas desportivos, somos, muitas vezes, criticados pelos próprios dirigentes do futebol por só os procurarmos a eles, em detrimento dos jogadores, mas esquecem-se que são eles que nos proíbem de falar com os mesmos. Lá no fundo, são eles que procuram todo o protagonismo no nosso futebol e nós, jornalistas, não temos poder para mudar isso.»¹⁸

São, também, frequentes os *blackouts* em Portugal. A estratégia da comunicação usada para isolar o clube do mediatismo externo surge na perspetiva de tranquilizar aqueles que o compõem. Todavia, para Fernando Eurico,

«ao fazer isso, empurram os jornalistas para o campo especulativo e para a busca dessa informação nem sempre pelas melhores vias. Claro que estas restrições são más porque prejudicam os adeptos que querem boa e correcta informação dos seus emblemas e desvirtuam um pouco a atividade do jornalista.»

Além disso, o jornalista da *Antena 1* fala ainda dos treinos à porta fechada ou apenas abertos à comunicação social durante 15 minutos (quando os jogadores fazem exercícios de

¹⁶ Tradução da autoria de quem redige o texto

¹⁷ “Apito Dourado”, por exemplo, um dos mais mediáticos processos jurídicos do país e que se arrastou ao longo dos últimos anos.

¹⁸ In http://jpr.icicom.up.pt/2006/04/que_jornalismo_desportivo_temos_hoje.html

aquecimento), deixando a análise: «eu, enquanto jornalista que tenho que ver, analisar e informar, faço o quê com isso? Nada ou quase nada. No fundo, o futebol e a informação que se dá tem a qualidade que os clubes querem.»

Em jeito de conclusão para esta questão do dirigismo português, a opinião de Sílvio Vieira, da *Rádio Renascença*, é elucidativa: «A estratégia de comunicação em Portugal não é a melhor e são os dirigentes quem têm que mudar isso».

3.7. Imparcialidade ou o jornalista como adepto

É frequente, no mundo do jornalismo, o apelo à isenção e à honestidade. O próprio Código Deontológico do Jornalista refere a honestidade e o distanciamento entre notícia e opinião no ponto 1¹⁹. Existem, porém, situações onde o tema é mais complexo.

Coelho, na sua obra sobre a problemática *Vestir a Camisola*, refere que «a parcialidade manifestada pelo jornalista é vista como uma espécie de obrigação moral – de patriotismo» (Coelho, 2007, p. 29). Esta questão intrincada com que o jornalista se depara sempre que trata uma partida entre seleções (e a do seu país está presente) ou em competições europeias ou estão envolvidos clubes do seu país, cria um imbróglio. Por um lado, a questão profissional que deve acompanhar a atuação do jornalista. Por outro lado, a questão moral, que lhe cria um misto de sentimentos, já que a afetividade com os “seus” é, praticamente, indisfarçável. Para além disto, aos olhos do público, poderá ser mais saudável ter o jornalista a torcer pelas mesmas cores. Coelho diz ainda que

«palavras como ‘nós’ e ‘eles’, os ‘nossos’ são usadas sem qualquer problema e fazem parte de todo um conjunto de vocábulos que transmitem uma posição de favoritismo claro (o contrário seria duramente criticado pelos ouvintes, leitores, espectadores ‘nacionais’). O comentador torna-se mais um adepto entre muitos, já que o valor que se encontra em jogo é a nação» (Coelho, 2007, p. 29).

O mesmo autor remata, «tendo em conta a popularidade do futebol no nosso país, não admira que, para a imprensa desportiva, a selecção nacional de futebol seja encarada como um dos grandes símbolos da nacionalidade» (Coelho, 2007, p. 30).

A ideia generalizada do autor é sintetizada posteriormente: «o jornalismo trata de “vestir a camisola”, enquanto forma de lealdade e pertença a um coletivo» (*idem*).

¹⁹ 1.O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.

Este assunto não tem uma perspetiva unânime e consensual se considerarmos a ética jornalística. Porém, quer aos olhos do público, quer aos olhos dos jornalistas, é saudável assistir a tomada de posição por parte do profissional.

Ouvimos os exemplos dos relatos frenéticos do falecido Jorge Perestrelo nos jogos do Euro 2004 ou na passagem à final da extinta Taça UEFA, em 2005, pelo Sporting (o último jogo de Perestrelo), escutamos Paulo Catarro, da *RTP*, durante o Euro 2000, observamos capas dos desportivos apelando à vitória nacional²⁰ e, em todos os casos, surge a tentação de questionar a seriedade do profissional do jornalismo como ser independente, mas estas são situações que não têm o costume de criar forças contraditórias no público que consome.

4. O desporto na rádio pública

4.1. Abordagem histórica

Ao longo do presente trabalho foi referido que o desporto, desde muito cedo, entrou no mundo da rádio. Já foi abordada a evolução histórica da rádio e o figurino atual dos órgãos comunicativos em Portugal na vertente desportiva.

Ainda que com poucas referências históricas, sabe-se do acompanhamento de eventos desportivos desde os primórdios da rádio pública, não apenas no que diz respeito ao futebol, mas também a outras modalidades desportivas que sempre estiveram em voga no país, ávido seguidor de ciclismo, atletismo ou hóquei em patins.

A entrada em cena dos relatos futebolísticos não dista muito tempo em relação a criação da Emissora Nacional. Aliás, foi ainda na década de 30, altura do nascimento da Emissora Nacional, que o mesmo veio a acontecer pois

«à semelhança do que já acontecia em países como a Itália ou a Inglaterra, o futebol entra na rádio oficial ainda em 1938. A EN [Emissora Nacional] começa a transmitir os jogos de futebol aos domingos à tarde. A novidade era tal que, nos primeiros tempos, a Federação Portuguesa de Foot-Ball se sentiu ameaçada. A transmissão de um Sporting-Benfica, foi proibida com receio de que a emissão pudesse influenciar negativamente os resultados da bilheteira. O caso foi o ponto de partida para vários textos escritos na *Radio-Semanal* a partir de 22 de janeiro de 1938. A proibição da Federação iria manter-se até à intervenção do governo, em 1940» (Santos, 2013a, p. 35).

Este novo fenómeno, que caminhava a passos largos para a afirmação nacional e que colhia cada vez mais seguidores, abria também portas a uma realidade que estava

²⁰ Anexo: figs. 4, 5, 6

praticamente fechada para a sociedade portuguesa, mergulhada num regime ditatorial em plena Segunda Guerra Mundial: o além-fronteiras. Com as fronteiras cerradas, só em fuga ou em situações devidamente justificadas os cidadãos portugueses conseguiam o visto para sair do país.

Ora, nesse capítulo foi bastante importante a atividade futebolística, cada vez mais além-fronteiras devido às deslocações da seleção nacional e das principais equipas, inseridas nas competições europeias e nas digressões a outros continentes para encontros amigáveis.

«O desporto revela-se um campo de intervenção privilegiado para a rádio. Ainda em 1938, a EN envia pela primeira vez um repórter ao estrangeiro para acompanhar um evento desta natureza. Tratou-se do relato dos jogos de Portugal frente à Alemanha e à Suíça.» (*idem*)

O contacto com outras realidades, outras culturas e outras mentalidades – em países onde singrava a democracia e os estados liberais – traziam um novo sopro aos jornalistas, que se vincava posteriormente na divulgação feita na comunicação com o país.

Os contornos ao controlo da censura salazarista, verificadora daquilo que era comunicado, eram variados e surgiam normalmente de forma camuflada. O futebol foi um dos veículos de maior sucesso propagandista, já que a censura era mais leviana e, através de artimanhas literárias ou mesmo vocais, os enviados-especiais traziam ao público português, desconhecedor de outras realidades, alguns pormenores que deixavam implícitas as diferenças de cenários políticos, económicos, industriais e, sobretudo, sociais.

A atuação radiofónica nos relatos de futebol da época não tem comparação possível com o que se verifica atualmente, sobretudo em termos de meios técnicos e de disposição no estádio, até porque a abordagem de adeptos e de responsáveis pelos clubes em nada se coaduna.

Mais que referências bibliográficas, a visualização do famoso filme português «O Leão da Estrela» (1947), da autoria de Arthur Duarte, é bastante explícito neste capítulo. A ficção remete para uma história de um adepto sportinguista, encarnado pelo famoso António Silva, que viaja de Lisboa para o Porto com o objetivo de assistir ao embate entre o FC Porto e o Sporting. Durante a ação no estádio, no decorrer da partida, surgem imagens que importam para a perceção do desempenho narrativo da época em questão.

Começando pela disposição no estádio, o mítico Artur Agostinho, que surge no filme como representador da classe dos relatores em geral e da Emissora Nacional em particular, apresenta-se com a bancada por trás, demonstrativo de uma localização junto ao terreno de jogo. Quanto a recursos humanos, além do relator, outra personagem surge na figuração, representando o técnico de comunicações, ou seja, o autor de toda a componente técnica de

envio de sinal e de controlo da ligação. É visível também o tradicional telefone de mesa, utilizado ao intervalo para restabelecer a ligação. Relator e técnico estão sentados com duas espécies de caixas à sua frente, onde têm montado o sistema de transmissão e, ao mesmo tempo, da qual fazem uso como mesa.

A relação de proximidade física com os adeptos, bem mais difícil de acontecer nos dias de hoje, sobretudo pela insegurança a que os profissionais da comunicação social estão sujeitos, é bastante considerável. Também por aí se pode entender uma consideração muito mais respeitosa para com os jornalistas, em tempos de maior valorização da profissão por quem a via desde o exterior, quer o público em geral, que os agentes do desporto (jogadores, treinadores, presidentes, árbitros).

Outro aspeto de realce é o estilo narrativo verificado. Na realidade atual, existem muitas variáveis de estilo de relator para relator. Desde os cânticos de João Ricardo Pateiro, à velocidade de Alexandre Afonso, à emoção de Nuno Matos ou ao complemento informativo de Fernando Eurico, existem variados estilos entre os profissionais do ramo. Como tal, dizer que Artur Agostinho era diferente na forma como narrava o jogo é fútil.

Ainda assim, a questão muda de figura no que toca ao uso gramatical utilizado e mesmo à diferença emocional imprimida. O registo de Artur Agostinho, que se estendia aos outros profissionais da época, era bastante mais contínuo e homogéneo e o maior exemplo disso verifica-se na forma totalmente diferente como se abordava narrativamente o golo. Nos dias de hoje, para além do uso de uma faixa sonora simbolizadora da ação, o relator tem a tendência para enfatizar bastante mais o grito do golo, prolongando-o no tempo, quase como num teste ao limite do fôlego. O estilo aplica-se à realidade atual e é incontornável, ao contrário do verificado no filme em questão e na época que retratava. Por outras palavras, a dicotomia informação/espetáculo pendia bastante mais para a primeira vertente, ainda que não seja correto referir que o espetáculo não estava também presente – tal como, na atualidade, a vertente informativa se faça sentir com bastante acutilância (sobretudo pela inclusão do repórter de pista).

Artur Agostinho é, ele mesmo, um dos maiores símbolos de sempre dos relatos desportivos e da rivalidade entre clubes também. Ainda nos anos 30, ficaram famosos os duelos entre José Maria Nicolau (Benfica) e Alfredo Trindade (Sporting) no ciclismo²¹. Sem

²¹ «Nicolau e Trindade criaram, nos anos 30, uma sã rivalidade entre Benfica e Sporting, galvanizando multidões numa altura em que era escassa a informação que se recebia durante a Volta a Portugal em bicicleta. Pelas estradas, milhares e milhares de pessoas apinhavam-se para ver os corredores e, na baixa de Lisboa, o Rossio enchia-se à espera de informações de última hora», *in* http://www.record.xl.pt/Arquivo/interior.aspx?content_id=361668

precisão concreta e sustentada, mas provavelmente os relatos do futebol e do ciclismo ombreavam na altura pela liderança de importância, tal era o interesse populacional demonstrado por ambas as modalidades desportivas.

Para lá da fronteira não havia dúvidas: os relatos assumiam um papel muito importante e eram seguidos com grande afluência e entusiasmo. Em Angola, por exemplo, onde rádio pública portuguesa rivalizava na liderança das audiências com a rádio de Brazzaville, «a Emissora Nacional (que não se ouvia com a mesma qualidade em todo o território angolano) só suplantava a sua concorrente no campo dos relatos desportivos, o que, aliás, era tido como uma potencial arma de contraprogramação» (Santos, 2013a p. 52).

A evolução dos tempos trouxe a natural evolução da rádio. Não só no plano técnico, como nas questões de chefia ou de mentalidade. A rádio foi-se aperfeiçoando e proporcionou outro tipo de condições aos seus profissionais. Além disso, o 25 de abril proporcionou uma grande mudança em todas as áreas, embora a década de 70 se tenha tratado de um período bastante conturbado. Ainda assim, viveu-se nesta altura o período de maior fulgor do jornalismo da área de desporto, segundo Rui Santos (2007, p. 209), para quem «o jornalismo desportivo das décadas de 70 e 80, fruto das orientações editoriais de jornalistas que tinham cuidado muito especial com a ética e outros valores, são hoje o rosto de algum bom jornalismo que ainda resta».

No que toca aos anos 80, Sílvio Santos conta que, relativamente ao desporto na rádio pública, «a informação desportiva foi reforçada» (Santos, 2013a, p. 138), com a particularidade de a Antena 1 ter sido «a única rádio presente nos Jogos Olímpicos» (*idem*) de 1984 e de estar «sempre presente nos momentos marcantes do país, ao nível religioso, desportivo ou institucional: o futebol, o ciclismo, o automobilismo, os Jogos Olímpicos, as cerimónias de Fátima, (...). Estas eram âncoras da sua programação» (Santos, 2013a, p. 139).

O mesmo autor lembra também outra medida tomada na época que atestava a importância do desporto na rádio pública:

«dentro do espírito de fornecimento de um serviço transversal e complementar, a Antena 1 lança, em 1983, uma emissão alternativa ao predomínio desportivo no fim-de-semana. Ao domingo, enquanto os relatos de futebol estavam no ar, a OM do segundo canal passava quatro horas de música» (Santos, 2013a: 139-140).

Ou seja, mesmo quando a intenção passou a ser oferecer uma programação mais completa e diversificada, a primazia na Antena 1 era dada à informação desportiva, um dado bastante explícito da importância desse ramo na estação, sobretudo pelo vasto auditório que atingia numa época em que o futebol (por exemplo) na televisão era muito escasso.

Nessa década de 80, altura em que a nacionalização do meio radiofónico era ainda uma realidade, também a Rádio Comercial – pertencente à RDP, tal como a Antena 1, o Programa 2 ou a RDP Internacional – apostava no desporto. Ainda assim, a sua natureza mais «urbana, jovem e dinâmica» fazia com que esta se distanciasse da Antena 1, na medida em que «dava atenção ao desporto (...), no entanto, diferenciava-se, ao cobrir menos partidas de futebol nacional e estender a sua atenção a outros desportos, como o ténis, ou a outras provas, mesmo no estrangeiro» (Santos, 2013a p. 142).

Em 1992, em virtude das novas necessidades da empresa RDP, surge uma nova reformulação em várias áreas da estação, a qual tenta equilibrar a vertente financeira e dinamizar os conteúdos de programação e de logística, como já foi visto no ponto anterior. Uma das alterações verificadas aconteceu no ramo do desporto, cujo setor « passa para a alçada da direção de informação» (Santos, 2013a, p. 175).

4.2. O figurino atual do desporto na rádio com base na experiência de estágio

A Antena 1, na componente desportiva, é a rádio que maior cobertura desportiva abrange. Mais do que comprovativos escritos ou dados estatísticos, essa perceção é inequívoca simplesmente ao sintonizar a rádio pública nas emissões de domingo à tarde, nas quais o futebol tem a primazia, mas onde são também efetuadas entrevistas e rubricas que se focam nas mais variadas modalidades.

Nos serviços de exterior, e por aquilo que foi possível perceber durante o estágio, as saídas também acontecem sobretudo no futebol, embora as outras modalidades não sejam descuradas e também mereçam acompanhamento frequente: finais de taças, *final four*, jogos decisivos dos campeonatos, torneios e competições internacionais. Desde andebol, hóquei em patins, basquetebol, voleibol ou futsal, até ténis, atletismo, ciclismo ou mesmo orientação, são inúmeras as modalidades que surgem nos espaços informativos da rádio.

Percebendo a importância do futebol na esfera populacional do país, uma realidade incontornável e que, mesmo o serviço público, acaba por necessitar de seguir, segundo explica Fernando Eurico, coordenador do Desporto na Antena 1 – Porto,

«o futebol domina os jornais porque é o que o público mais procura diariamente. Ninguém trabalha sem objetivos de audiência. Mesmo o serviço público. E o futebol é o que as pessoas querem ouvir. Por isso "somos obrigados" a ir na onda. E mesmo entre o tratamento que se dá ao futebol existem diferenças...Já experimentamos abrir jornais com notícias sobre o campeão Boavista e o impacto foi fraquíssimo» (Eurico, 2013: Entrevista).

Os relatos contínuos que persistem ao longo do tempo são os do futebol, que, em jogos dos designados «grandes» (FC Porto, Benfica e Sporting) costumam ter um relator, um repórter de pista e um comentador, para além do pivô em estúdio, que coordena a emissão e, por vezes, apoia na análise dos lances mais duvidosos com o auxílio das imagens televisivas, e do técnico de som que está presente com a equipa no estádio. Em jogos de maior importância, sobretudo os *dérbies*, os grandes jogos das competições europeias ou os encontros decisivos da seleção nacional implicam dois relatores, dois repórteres de pista e dois técnicos de som, mantendo-se o comentador único.

As tardes desportivas habituais ao domingo na Antena 1 são, definitivamente, um dos símbolos (ou até mesmo o principal) da estação da área do desporto, segundo Fernando Eurico:

«é o único espaço do género em Portugal por isso sim é uma das bandeiras da estação. Precisamente porque o domingo é um dia em que existe um maior número de eventos desportivos e atinge públicos que nos são importantes como os emigrantes e os países de expressão portuguesa. Prestamos um serviço que outros não produzem. E assim alargamos o leque de cobertura, não se ancorando apenas nos principais emblemas. Não existindo a limitação de tempo que um jornal de 15 minutos impõe, durante várias horas temos espaço para tratar outros públicos e outros temas» (*idem*).

Nessas tardes desportivas, com uma maior distribuição entre os vários jogos em termos de tempo de antena, o jornalista ou o colaborador que é destacado para o encontro assume o papel de relator, repórter (recolhe as declarações das conferências de imprensa e atua noutros motivos de reportagem) e até técnico de som, já que é quem instala e trata o material sonoro que é levado à emissão. Os jogos do primeiro escalão de futebol profissional – designado atualmente como Liga ZON Sagres – merecem relato que costuma ser rotativo, podendo incidir nos jogos em que o marcador esteja mais equilibrado (uma decisão que é da responsabilidade do editor/pivô em serviço). Os jogos do segundo escalão também têm, por norma, presença de correspondente da Antena 1, salvo algumas exceções, acentuadas cada vez mais pela reestruturação que tem vindo a ser feita e que tem significado uma redução de ativos também na secção da informação de desporto. Além disso, são também divulgados os resultados dos jogos dos escalões nacionais inferiores – as II e III Divisões até ao final da época passada, o Campeonato Nacional de Seniores a partir desta nova temporada futebolística.

O futebol é a modalidade desportiva mais em voga, mas também as outras modalidades merecem tratamento e acompanhamento *in loco*, como já foi referido. Os relatos, aí, são bastante mais escassos, sendo que as atualizações constantes do desenvolvimento do

acontecimento costumam ser o verificado, com intervenções recorrentes (por vezes, os próprios espaços informativos da rádio fora da tarde de domingo têm intervenções nesses acontecimentos desportivos). Em todo o caso, pontualmente existem situações em que o relato, em modalidades que não o futebol, acontecem efetivamente: Jogos Olímpicos, competições internacionais de atletismo ou, num caso mais recente, a Volta a Portugal em bicicleta, que contou ainda este verão com a narração das chegadas nas várias etapas que compuseram a competição.

Os critérios seguidos pelos profissionais da área do desporto não estão especificados legislativamente, o que pressupõe um recurso ao bom senso editorial, quer na definição dos conteúdos noticiosos, quer na escolha de serviços de exteriores. Fernando Eurico explica que «a atualidade, a importância dos assuntos e o público que vai abranger» (*ibidem*) são os aspetos mais tidos em conta, reconhecendo que, «apesar de esta ser uma rádio de serviço público, não foge aos princípios que norteiam qualquer editor, embora tenhamos mais atenção que as estações comerciais no tratamento de alguns eventos, sobretudo ao nível das "modalidades desportivas"» (*ibidem*).

É certo que os critérios de seleção dos eventos a acompanhar dependem muito do que é considerado no momento por quem decide, mas não menos importante é a componente financeira. Na abordagem histórica feita ao longo deste trabalho foram explicitadas as inúmeras reestruturações e planos de contenção levados a cabo pela estação pública ao longo dos anos. Neste momento, o panorama é precisamente o de contenção e de corte nas despesas, numa fase em que até já foi ponderado o despedimento coletivo na RTP²². Este dado traz reflexos também na área do desporto, como dá conta Fernando Eurico, numa alusão ao que se verificava num passado não muito distante:

«se há 10, 15 anos fazíamos praticamente todos os eventos, agora, pelo menor número de efectivos e disponibilidade financeira, cada caso é pensado várias vezes. É refém pela situação conjuntural e por isso retém alguns acontecimentos que noutras circunstâncias seriam tratados. O serviço público estreitou» (*ibidem*).

Concretamente sobre as modalidades extrafutebol, convém recorrer primeiramente ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora. Este debruça-se, no ponto 5. da Cláusula 7^a (Ações a Desenvolver em Matéria de Programação), sobre a tarefa de a Concessionária «promover a divulgação de iniciativas e atividades desenvolvidas na área do desporto, profissional ou amador, quer em Portugal quer no estrangeiro, dando especial

²² In <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=677787&tm=6&layout=122&visual=61> (consultado em 03-09-2013)

atenção às provas e competições que envolvam equipas ou atletas nacionais». Questionado sobre se existem responsabilidades acrescidas à área que coordena, Fernando Eurico respondeu afirmativamente, referindo que é feito o «acompanhamento e tratamento de representações nacionais em grandes competições como Campeonatos do Mundo, Europeus e Jogos Olímpicos» (Eurico, 2013, entrevista), mas ressalvando os limites que estão inerentes aos eventos que merecem acompanhamento:

«no entanto, isto também obedece a um crivo pela importância e impacto dos eventos. Poderemos fazer uma reportagem sobre um europeu de Pesca em Alto Mar mas os Mundiais de Atletismo terão sempre um tratamento muito maior pela importância e impacto que produz. Serviço público não é fazer tudo. Isso é impossível humana e tecnicamente. O limite está sempre na escolha dos eventos e na importância que eles têm» (*idem*).

Relativamente à concorrência existente no setor, e com base no que foi percecionado durante o estágio, a Rádio Renascença assume o papel de principal “rival”, surgindo depois a TSF. Como já foi referido, existe sempre uma atenção inevitável às audiências. A Rádio Renascença lidera nos tempos dos jornais de desporto, ainda que a Antena 1 tenha vindo a reduzir essa diferença para menos de três pontos percentuais (detalhe absorvido pela informação recolhida, mas sem dados oficiais). Sobre as práticas de cada uma, é evidente uma diferenciação entre o setor público e os dois privados em questão.

Se um jornal de desporto na Antena 1, que dura entre 15 a 20 minutos, contém, por norma, abordagens a outras modalidades (como será detalhado na análise empírica), os jornais das rádios concorrentes, que rondam os 13-15 minutos, globalmente só se cingem ao futebol e aos três “grandes” e seleção nacional, sendo muito raras as referências a uma outra modalidade. Aí, a realidade é outra: desde logo, os títulos são dados num breve sumário que antecede o espaço publicitário, passando depois ao desenvolvimento do jornal. Na Antena 1 isso não acontece, devido à ausência de publicidade no canal, o que resulta num jornal mais fluido.

Voltando à questão dos relatos, importa entrar na discussão informação/entretenimento. Se nos noticiários, o carácter informativo, alicerçado no código deontológico que rege a conduta jornalística, é uma exigência lógica, o mesmo já não parece tão vertical quando o assunto são os relatos contínuos e em direto. As novas tecnologias e as redes sociais têm feito célebres os relatos dos golos e já é muito raro o jogo grande em Portugal que não tenha, dentro de 24 horas, a faixa sonora do momento protagonizado pelo relator. Nuno Matos, jornalista da Antena 1, tem ganho protagonismo com os seus relatos comentados e com uma grande dose de emoção transmitida nos momentos de golo. Também

João Ricardo Pateiro ganhou fama desde há duas épocas, alturas em que introduziu músicas com letras próprias destinadas a determinados jogadores, quando estes concretizam golos. São dois casos particulares de acrescento de entretenimento, mas que se distanciam do carácter informativo. Noutra prisma, foi percecionado durante o estágio, sobretudo por parte do relator Fernando Eurico e do repórter Teófilo Fernando, a procura exaustiva de informação complementar de tudo o que rodeia o jogo, desde os dados pessoais dos jogadores, o seu trajeto de carreira, curiosidades que tenham surgido sobre a partida, dados estatísticos das duas equipas e da competição em causa, dados sobre a equipa de arbitragem, informação sobre a história dos clubes ou dos estádios e todo um trabalho prévio de preparação para o evento. Saber estar e agir no relato não é tarefa fácil, mas também nada indica que existam normas a cumprir, para além do que é considerado por cada um como enquadrável e dentro dos limites razoáveis. A este respeito, Fernando Eurico vinca o seu ponto de vista ao dizer

«na essência, um relato de futebol é uma notícia em constante atualização mas todos sabemos e entendemos que não pode ser transmitida como uma notícia normal, porque é feita num estádio com 50 mil ou mais espectadores e que se desenrola a uma velocidade anormal. Se o jornalista não a acompanha, para lá de se desatualizar constantemente fazendo a ritmo vocal normal, é engolido pelo ruído ambiente. Daí que a roupagem que dá na apresentação da notícia tenha que ser diferente e num registo que puxe para o entretenimento. Desde que saiba os limites não me parece desajustado mas esse é o grande desafio que se coloca a cada um de nós. Saber os limites» (Eurico, 2013: Entrevista).

Na verdadeira ação dos relatos, já depois de todo o trabalho prévio, verifica-se toda uma envolvência que surge quase de forma automática entre os profissionais. Isso foi possível concluir após aos inúmeros²³ acompanhamentos a jogos que integrei durante o estágio, todos por opção própria e alguns durante o fim-de-semana (dias de folgas). As emissões especiais para esses jogos comportam muito mais do que os 90 minutos de jogo e têm toda uma envolvência anterior e posterior à partida de futebol, desde antevisões com dados estatísticos, análises do comentador ou declarações de intervenientes, até às posteriores *flash-interview*, conferências de imprensa, zonas mistas e avaliação por parte do comentador.

No que respeita às edições das sínteses e noticiários, a sua essência baseia-se no trabalho em estúdio. Ao longo do período de estágio, o auxílio nas edições teve, da minha parte, assiduidade total. De segunda a sexta-feira, salvo exceções como quando existem jogos a meio da semana, que obrigam a emissões de desporto, a Antena 1 conta com sínteses

²³ Concretamente: Paços de Ferreira vs Académica (campeonato), Paços de Ferreira vs Nacional (campeonato), Vitória SC vs Benfica (campeonato), Beira-Mar vs Benfica (campeonato), FC Porto vs Vitória FC (Taça da Liga), SC Braga vs Benfica (Taça da Liga), SC Braga vs Sporting (campeonato), FC Porto vs SC Braga (campeonato) e FC Porto vs Málaga (Liga dos Campeões)

matinais (7h30, 8h30 e 9h30), o jornal de desporto das 12h30, sínteses vespertinas (16h30, 17h30 e 19h30), o jornal de desporto das 18h30 e, por fim, o jornal de desporto das 22h30. Existem três editores por dia (que vão variando pelos vários profissionais, habitualmente com turnos semanais): o primeiro é o responsável pelas sínteses matinais e pelo jornal das 12h30, entrando às 6h; o segundo, com entrada ao serviço pela hora de almoço, tem o encargo das duas sínteses que antecedem o jornal das 18h30, que também é da sua responsabilidade; o terceiro encarrega-se da síntese das 19h30 (que só existe dois dias por semana, por razões de programação) e do jornal das 22h30. O auxílio que se impunha enquanto estagiário era ao supervisor de estágio, Fernando Eurico, se bem que, novamente por opção, acabou por ser dado a quase todas as edições, com entrada ao serviço às 10h e saída às 23h. Com essa vivência intensiva tornou-se possível uma grande perceção das diferenças entre os profissionais da estação e, depois da rápida aprendizagem de todo o funcionamento técnico e dos hábitos comportamentais, o passo seguinte foi uma procura incessante pelo auto dinamismo e pela autossuficiência, características reconhecidas pelos colegas (profissionais). Além da busca de motivos para peças, reportagens ou entrevistas, e da realização das mesmas – tendo como única condicionante o facto de não poder emprestar a voz no ar, os trabalhos individuais passaram também por várias ocasiões de saídas isoladas ao exterior²⁴, por sugestão dos profissionais, mas sobretudo por autoproposta para cumprir os serviços e ser autodidático.

O auxílio dos outros órgãos de comunicação social é, também, muito importante para se entender o que é e o que não é notícia, mas ainda mais para conferir um conhecimento mais abrangente e atualizado.

4.2.1. Potenciais e as limitações na Antena 1

O serviço público tem ao seu dispor inúmeros recursos técnicos, um dado totalmente visível durante o estágio, tendo, como pontos de comparação, as experiências anteriores (a nível local) e a ocupação profissional entretanto atingida, num órgão de comunicação social que trata o futebol português.

Desde logo, as instalações da RTP Porto são amplas e adequadas em vários pontos, como o imóvel, a localização, o estacionamento ou os espaços verdes. A empresa possui

²⁴ Concretamente: várias conferências de imprensa do FC Porto, conferências de Rio Ave, Boavista, Gil Vicente, SC Braga, Liga de Clubes; ida à Gala d'“O Gaiense”, que concentrou inúmeros jogadores, treinadores e dirigentes de nomeada; ida à Gala dos 100 anos da AF Porto, que também concentrou inúmeros jogadores, treinadores e dirigentes de nomeada; eventos sociais de clubes (idas a escolas ou hospitais)

segurança privada e todo um cuidado e controlo digital sobre entradas e saídas do serviço. Além disso, a frota automóvel disponível é gerida por dois funcionários e nunca se verificou, durante o estágio, falta de recursos nessa vertente. As instalações, que albergam cerca de 300 funcionários do grupo RTP, além da Sport TV, que também tem a sua redação dentro daquelas instalações, têm também um bar e uma cantina (explorados por uma empresa privada) com preços absolutamente acessíveis.

A redação é ampla, com boas condições estéticas, muito boa iluminação, estúdios de gravação acessíveis e com a qualidade necessária para emissões de grande qualidade sonora (a existência de seis técnicos de som a isso ajudava, inevitavelmente). O programa técnico usado para o tratamento de sons, desde as entrevistas até ao que sai no ar, chama-se *Dalet Plus* e é de fácil aprendizagem para quem já lida com outros programas – o que acontecerá com qualquer estagiário, em resultado dos ensinamentos práticos que são dados a nível académico.

Com engenheiros informáticos dentro a empresa, qualquer problema nessa vertente é abordado desde logo, através de um sistema de comunicações interno bastante eficaz. O programa de trabalho geral, designado ENPS, que contém tudo o que a sinergia tem em agenda, para além de proporcionar um fácil acesso ao que vai saindo nas agências de notícias.

Existem ainda, no caso da Antena 1, vários funcionários que lidam com as questões burocráticas, quer no seio interno da empresa (horas de serviço, exteriores, faturação individual, viagens para fora do país e tudo o que isso acarreta), quer no externo, com outras empresas.

A decifração das limitações que a empresa possa ter foram manifestamente poucas, pese embora o facto de a conjuntura não ser muito favorável em termos de estabilidade para os trabalhadores da RTP no seu todo, eles que têm o lugar ameaçado com o novo plano de reestruturação da empresa, que prevê centenas de despedimentos e outras medidas de contenção de custos. Desde o início do estágio até ao seu término (e mesmo depois disso) foram vários os trabalhadores que cederam ao plano de rescisão previsto pela empresa, sobretudo aqueles que se aproximam da idade da reforma e que têm uma significativa indemnização pelos largos anos de casa.

No desporto, a falta de recursos humanos é, porventura, a única limitação assinalável, não pelo número de profissionais, mas pela discrepância que existe na sua quantidade entre Porto e Lisboa. Exclusivamente falando do futebol, já visto como o desporto de maior amplitude, é curioso perceber que 22 das 38 equipas profissionais em Portugal se situam acima do Mondego, sendo que quatro delas pertencem à Madeira e uma aos Açores (onde existem delegações da RTP com recursos para cobrirem esses emblemas), sobrando 11

equipas, entre Lisboa, Setúbal e Algarve, ou seja metade das situadas a norte. Os colaboradores situados em Aveiro e em Leiria foram, entretanto, dispensados devido à escassez de serviços na região. É certo que existe a RTP Coimbra, que garante a cobertura das equipas mais próximas, mas também existe a delegação em Faro, que cobre as três equipas algarvias. Contas feitas, na área do desporto da Antena 1, existem dez elementos na RTP Lisboa e quatro apenas na RTP Porto (que abrange mais equipas, recorde-se), mesmo existindo três colaboradores da área a norte.

Este dado teve, do ponto de vista de um estagiário ávido por se embrenhar e trabalhar o melhor possível pelo serviço, um lado positivo, que resultou na rápida autonomia adquirida para trabalhos que não se resumissem ao estúdio. Porém, como referido, a discrepância é grande, sobretudo numa altura em que uma das ponderações é a continuidade da RTP Porto nos moldes (recursos humanos) atuais.

Feito o enquadramento teórico relativo ao trabalho na rádio no que concerne ao desporto, torna-se pertinente averiguar e estudar o trabalho da rádio a esse nível, o que será feito na segunda parte deste trabalho.

PARTE II – ABORDAGEM EMPÍRICA

1. Da experiência de estágio à temática do relatório

O início do estágio, no dia 7 de janeiro, aconteceu por entre grande entusiasmo, devido ao que foi explicado à partida para este relatório. Grande parte da vivência até aqui tinha como uma das referências da profissão a Antena 1, sendo que existia um grande desejo de tentar perceber por dentro aquilo a que não se dava resposta no exterior.

O objetivo que toldou o pensamento desde o primeiro dia passou por conseguir chegar ao fim do próprio estágio e ter a perceção, por parte dos profissionais que ali trabalham, que por lá não tinha passado apenas mais um estagiário, como tantos outros.

Desde o primeiro dia, o empenho foi absolutamente total e de superação pessoal. Foram três meses com profissionais que eram idolatrados, portanto nada como aprender com aqueles que considerava os melhores. Aliás, no primeiro dia, e sendo perceptível a vontade de mostrar trabalho e serviço, surgiu desde logo a incumbência de entrevistar dois presidentes de clubes profissionais de futebol, um exemplo claro da aposta sem rodeios, ainda que acompanhado de perto. A ambientação ao meio em redor foi muito rápida e eficaz, exemplificado com o facto de, ao segundo dia, já ser perfeitamente autónomo ao lidar com os programas técnicos.

As entrevistas, os cortes de faixas sonoras e o constante acompanhamento da atualidade foram as premissas mais em evidência ao longo do estágio, tarefas que foram desempenhadas em todos os dias de trabalho e, muitas delas, em tarefas opcionais e de iniciativa própria durante os dias de folga. Uma das grandes tentativas de auto-suficiência passou pela vertente de conseguir detetar, sem que isso me fosse pedido, o que era e o que não era notícia, o que poderia ou não significar uma boa reportagem, um som que pudesse encaixar numa emissão desportiva ou numa peça mais leve, perceções estas que não conseguiria ter sem o percurso académico dos últimos cinco anos, que sensibilizaram afincadamente os instintos jornalísticos. Para além disso, a componente académica também foi válida na forma de abordar as situações, tendo em mente os pressupostos éticos e morais que foram alvo de estudo durante a Licenciatura em Jornalismo e já neste Mestrado, que consolidou e aprofundou tudo o que tinha sido absorvido durante a execução académica anterior.

Com o decorrer do estágio, o objetivo foi sendo cumprido, pelo feedback que era dado por Fernando Eurico. Ao Coordenador de Desporto da Antena 1 – Porto, as minhas dúvidas eram sempre colocadas e a abertura para responder a qualquer assunto foi sempre total, pelo

que consegui perceber, de forma intuitiva, muitos dos processos e mecanismos que regiam os parâmetros do funcionamento da estação em geral e da informação desportiva em particular. As conversas eram frequentes e foram ajudando a esclarecer as dúvidas, dúvidas essas que confluíam entre o «eu-ouvinte» e o «eu-jornalista», tentando abordar as problemáticas tendo em mente os vários pontos de vista.

Sob esta perspetiva, um dos temas que, como seguidor de desporto (mas incidindo mais na modalidade do futebol), surgiu como questão foi precisamente essa divergência de acompanhamento e de importância generalizada que era dada ao futebol e às restantes modalidades. Se uma tarde desportiva tinha tanto futebol, porque não haveria de ter mais incidência sobre outras modalidades? Porque é que o serviço público, ao não ter fins lucrativos ou publicitários, se expunha tanto aos vícios existentes nos órgãos privados, que têm uma determinada linha de ação que vai de encontro às vendas como fim atingível? Porque é que o serviço público, com os meios que dispõe, não tem autonomia suficiente para equilibrar mais a balança da importância dada a cada modalidade? É o futebol uma modalidade que difere assim tanto das restantes? Se sim, em quê?

Foram estas algumas das perguntas que foram surgindo à medida que o entrosamento com a rádio ia sendo criado e, ao fim de algumas semanas, a decisão sobre o tema a abordar no relatório estava tomado. Seria, a partir de então, alvo de uma atenção particular ao longo do resto do estágio, no qual se percebeu que, ao existir liberdade de decisão aos editores sem qualquer restrição (legislativa), existiam também diferentes formas de editar e diferentes prioridades, normais num meio que não deixa de ser eclético nos caminhos tomados e nos rumos a seguir. Desta forma, tornou-se evidente que existem editores que dão mais importância às modalidades do que outros, que existem editores que dão mais valor à qualidade e enriquecimento do som e que existem diferentes formas de trabalhar. Sem nunca particularizar, aquilo que transparecia no global dos editores é que teria que haver, por norma, uma notícia sobre modalidades «extrafutebol» e a sensação transmitida (captada pela tal sensibilidade jornalística) era a de que a notícia teria que existir por uma questão de aparência. Não que aqui exista um sentido negativo, mas a ideia que prevalecia era a de que o serviço público tem a obrigação de ter outras modalidades que não o futebol, portanto que seja cumprido esse parâmetro – isto na globalidade das edições, já que haviam outras em que a lógica de tornar um acontecimento «extrafutebol» numa notícia era tanta que o automatismo levava ao seu procedimento (chegaram a registar-se noticiários com “apenas” metade de notícias sobre futebol).

Neste seguimento, a análise empírica do relatório teve estas questões como base.

2. Metodologia e itinerários de pesquisa

Após a conclusão da primeira parte deste trabalho, destinada à fundamentação teórica, que permitiu enquadrar e alargar conhecimentos sobre o assunto em análise, impõe-se, perante a experiência de estágio e toda a dinâmica encontrada, em articulação com as motivações pessoais, orientar o trabalho de campo para que o mesmo possa ir de encontro aos objetivos do presente relatório.

De forma articulada com o que foi explanado na parte teórica, procurou-se averiguar a informação sobre desporto que é feita numa rádio nacional, Antena 1, o local de realização do presente estágio. Para a análise empírica que se segue foram delimitadas duas semanas (de segunda a sexta) de recolha de dados de toda a informação de desporto que passou na Antena 1. Não foram recolhidos dados ao fim de semana uma vez que, nesses dias, a programação da rádio não incluía blocos noticiosos.

O período de análise ocorreu nas semanas de 4 a 8 e de 11 a 15 de fevereiro, após cerca de um mês de estágio em que já foi possível adquirir conhecimentos gerais relativos ao funcionamento da rádio e já me encontrava integrado na equipa de trabalho bem como na sua forma de funcionamento.

Ao longo desse período, por audição direta ou diferida de todos os blocos noticiosos, foram recolhidos e registados os dados relativos a tudo o que esteve inserido nas sínteses e nos jornais de desporto²⁵ da Antena 1 - Porto.

Além da explicação qualitativa da notícia em toda a sua composição, que foi esquematizada numa primeira fase com vários pormenores para além dos que aqui serão apresentados (localização da redação da emissão, o nome do jornalista que edita, o tema da notícia, o local exato da ação principal da notícia, o nome concreto do interveniente quando existiam declarações), importou também parametrizar algumas especificidades que melhor ajudassem a perceber a essência da informação dada, na perspetiva de poder antecipar com números aquilo que poderia ser suposto em teoria.

Assim, foram criados vários tópicos com subtópicos. O primeiro refere-se à modalidade desportiva em causa – sendo que se criou um tópico alternativo quando o assunto era referente a temas institucionais, como eleições (estas foram as semanas que seguiram a demissão dos corpos sociais do Sporting Clube de Portugal e as semanas que antecederam as

²⁵ Relembrando: Sínteses – 7h30, 8h30, 9h30, 16h30, 17h30, 19h30; Jornais de Desporto: 12h30, 18h30, 22h30

eleições para o Comité Olímpico Português e para o Comité Paraolímpico Português). Os três tipos de eventos eleitorais não foram incluídos da mesma forma neste tópico das modalidades para efeitos de contagem percentual. Se, no caso Olímpico e Paraolímpico foi criado um subtópico com esses mesmos nomes, na situação eleitoral do Sporting, as notícias seguiram no subtópico do Futebol, com a justificação de que a ampla cobertura dada à situação adveio da situação futebolística do clube, presente quase na totalidade dos depoimentos e declarações sobre o exercício eleitoral.

O segundo tópico alude à especificidade técnica da ação noticiosa. No caso de se tratar de uma notícia lida apenas através do editor, a opção correspondente na análise empírica é a de «Apenas Texto»; caso tenha o recurso a faixas sonoras com declarações dos protagonistas, o correspondente é o de «RM»; nas situações em que se trata de diretos feitos no exterior, corresponde o «Direto»; por fim, na possibilidade de se tratar de uma peça jornalística exclusiva do jornalista (independentemente de conter faixas sonoras), a atribuição é a de «Peça». O objetivo é perceber o que costuma imperar nas emissões noticiosas, partindo do princípio que a essência radiofónica é o recurso ao som e que a informação dada apenas por texto é pobre no meio e relembra aquilo que imperou até aos anos 60, como foi possível verificar na abordagem histórica.

De seguida, surge o tópico relacionado com a amplitude que o conteúdo noticioso tem em termos geográficos. Os seja, importa aqui saber se se trata de um acontecimento «Nacional», «Europeu» ou «Mundial», com o intuito de perceber qual a primazia dada em termos de dimensão geográfica à competição em que se insere a notícia em questão.

Por fim, a especificação foi também feita ao nível dos intervenientes diretos na notícia, ou seja, em todas as notícias que extravasavam a simples leitura textual do editor, a personagem que intervinha e a sua posição no meio, com os seguintes parâmetros: «Atleta», «Treinador», «Dirigente», «Empresário», «Outros», «Casos Inaplicáveis». Neste último, os casos inaplicáveis à implicação de um interveniente direto na notícia são aqueles em que apenas o editor/pivô dá a notícia apenas por texto (seria impossível designar um interveniente por não há qualquer ação direta presente na prestação sonora) ou quando existem casos como diretos, em que o jornalista é o único elemento sonoro ativo na notícia, ou peças que não contam com qualquer recurso a faixas sonoras que não as da figura jornalística que a assina. No caso do parâmetro «Outros» inseriram-se antigos atletas, antigos treinadores, antigos dirigentes de clubes, chefes de claqué de adeptos (uma situação) e conhecidos adeptos de clubes, em suma, várias personalidades externas mas que eram recorrentemente abordadas

para tecer opiniões sobre eventos como jogos (antevisão ou rescaldo), sobre temas pontuais ou, nestas semanas em concreto, sobre as eleições mencionadas.

Realça-se uma nota para a ausência da síntese das 19h30 às segundas, quintas e sextas, por questões fixas de programação. Esta síntese só acontece, por norma, às terças e quartas. No caso do dia 6 de fevereiro, devido ao encontro Portugal vs Equador, jogo de futebol disputado em Guimarães, não existiu a síntese das 19h30 nem o jornal de desporto das 22h30. No caso do dia 12 de fevereiro, não existiu síntese das 19h30 por alterações na grelha de programação para esse dia. No dia 14 de fevereiro decorreu o jogo Bayer Leverkusen vs Benfica para a Liga Europa, com início às 18 horas, pelo que não houve o jornal de desporto das 18h30. Uma última nota para o dia 15 de fevereiro, no qual se realizou, às 20h15, o jogo Beira-Mar vs FC Porto, pelo que não se realizou o jornal de desporto das 22h30. Em todos estes casos, existiram emissões especiais de desporto, com o acompanhamento integral dos jogos em questão.

3. Apresentação e análise dos dados

Tendo em conta que muitos dos dados de base recolhidos para o presente relatório se integram no meu trabalho enquanto estagiário e elemento ativo na produção dos conteúdos noticiosos em estudo, o tratamento e análise da informação recolhida acaba por incluir outros dados inerentes ao próprio trabalho e pesquisas, na medida em que enquanto investigados fui também interveniente nesse trabalho.

No período em estudo, em termos gerais, foram analisados 79 blocos noticiários da Antena 1 - Porto (40 na semana de 4 a 8 de Fevereiro e 39 na de semana de 11 a 15 de fevereiro), entre sínteses e jornais de desporto, e 576 notícias, que inclui todos os que foram transmitidos durante o espaço temporal indicado.

3.1. Modalidades

Partindo do total de 576 conteúdos noticiosos, 484 tiveram o futebol como modalidade, o que representa 84,02% do total, significando que sobrou apenas 15,98%, distribuídos pelas restantes modalidades – onde se insere o pormenor das notícias sobre o exercício eleitoral do Comité Olímpico Português (COP) e do Comité Paraolímpico Português (CPP). Não deixa de ser interessante perceber que existem, dentro do «extrafutebol», 21

modalidades diferentes, um número assinalável e que, em termos de variedade e dinamismo, acaba por constituir uma média superior a duas novas modalidades por dia (já que o estudo se refere a dez dias de produção).

No período em estudo, o número de notícias dedicadas ao futebol, desde logo sobressaiu um aspeto que vai de encontro ao que foi abordado na componente teórica deste relatório: o futebol domina de forma clara e incontornável.

De seguida, é possível perceber graficamente o quanto destoa o futebol em relação às outras 21 modalidades que foram tratadas durante o período de tempo em voga.

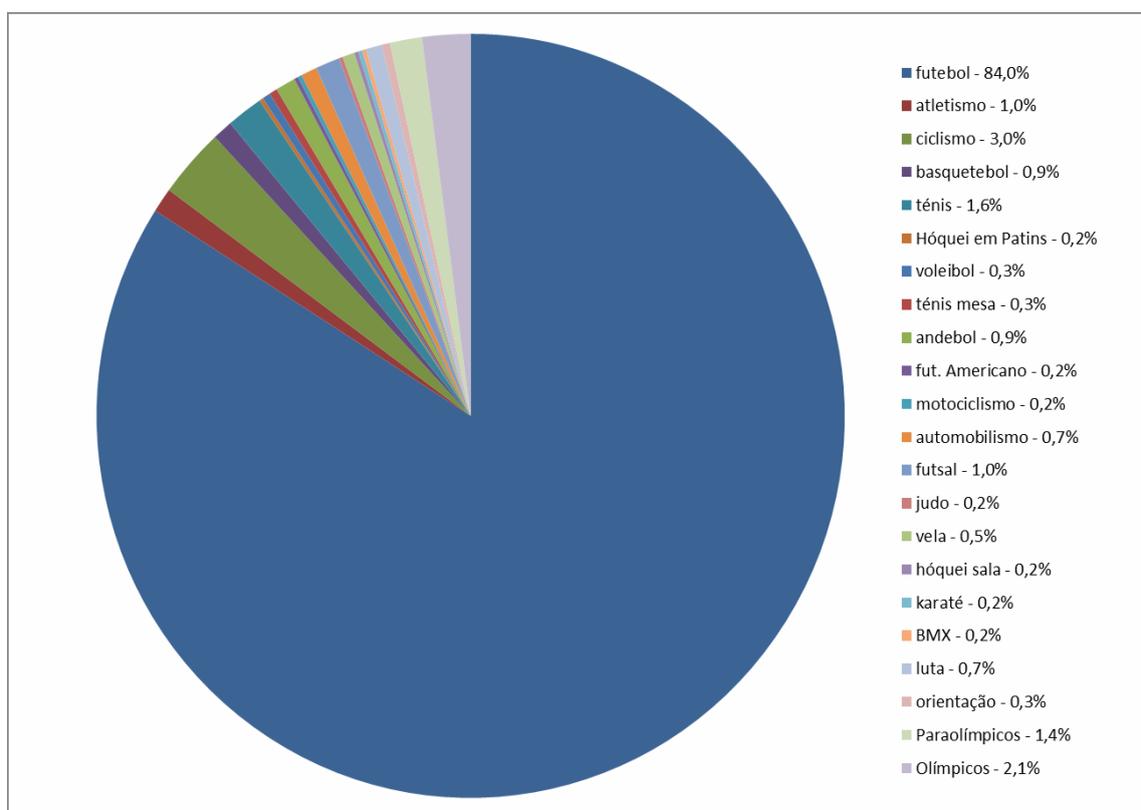


Gráfico 1 – Diferenciação das Modalidades no período compreendido

Dentro das modalidades, importa desde logo uma nova ressalva para os Olímpicos e para os Paraolímpicos, já explicado pelo facto de terem sido inseridos numa realidade de eleições. Com efeito, das 92 notícias consideradas no «extrafutebol», 16 (17,39%) pertencem a essa realidade institucional: 12 (13,04%) relativas às eleições no COP e quatro (4,35%) relativas às do CPP.

Outro aspeto que aparece como relevante é o facto de o número de notícias das modalidades «extrafutebol» entre uma e outra semana ser pratica globalmente similar: 47 na primeira semana, 45 na segunda semana. Independentemente dos eventos desenvolvidos nesse

período de tempo e da ação jornalística presente (ou ausente) do acontecimento, o número deve significar uma certa regularidade percentual entre as modalidades abordadas. Mais especificamente, em 92 notícias «extrafutebol», 17 foram de Ciclismo (muito por causa da Volta ao Algarve, com cobertura de enviado especial), 12 foram do COP (eleições), nove de Ténis, oito de Paraolímpicos (quatro do CPP e quatro sobre o caso de Pistorius), seis de Atletismo e Futsal, cinco de Basquetebol e de Andebol, quatro de Automobilismo e de Luta (saída dos Jogos Olímpicos), três de Vela, duas de Voleibol, de Ténis de Mesa, de Orientação, e uma de Hóquei em Patins, de Futebol Americano, de Motociclismo, de Hóquei de Sala, de Judo (medalha de bronze de Telma Monteiro no *Gran Slam Paris*), de Karaté e de BMX.

3.2. A especificidade técnica utilizada

Continuando a análise geral às 576 notícias divulgadas, outros dados surgem na retina, com base nos parâmetros especificados na metodologia do presente trabalho.

A especificidade técnica é um aspeto que surge com muita pertinência para conseguir encaixar alguma da importância que é atribuída à notícia. Não é justo considerar, em rádio, que determinada notícia possa ter o efeito semelhante sendo dada apenas através de texto ou implicando um direto a partir do local, uma peça detalhada e enriquecida ou uma faixa sonora com declarações de um interveniente.

Em 576 notícias, 18 tiveram o Direto como especificidade. Um aspeto relevante é que 100% dos diretos aconteceram em notícias relacionadas com futebol.

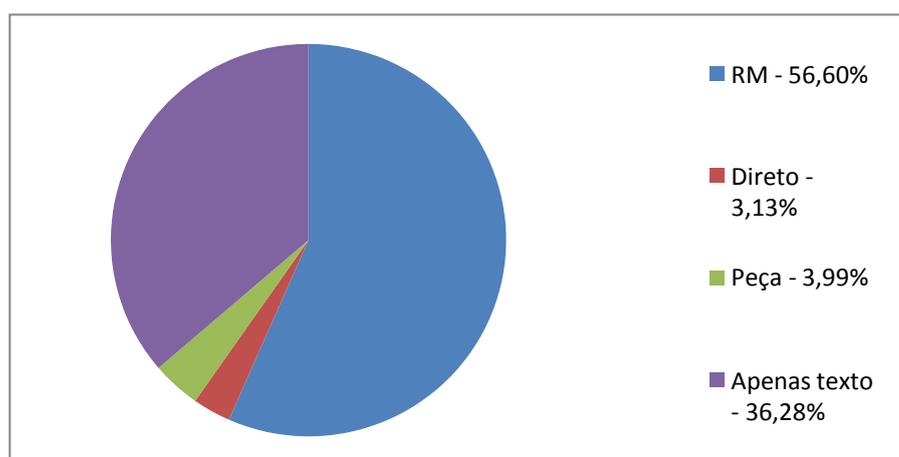


Gráfico 2 – Especificidade técnica existente na notícia

Nas mesmas 576 notícias, 23 surgiram sob a forma de Peça. Nesta particularidade, 17 (73,91%) estiveram relacionadas com acontecimentos futebolísticos, sendo que seis (26,09%) dessas peças foram relacionadas com as restantes modalidades: cinco sobre a Volta ao Algarve em bicicleta e uma sobre as eleições para o COP.

Na totalidade das 576 notícias, 326 tiveram o recurso a faixas sonoras (RM), uma tendência que, como explica o Gráfico 2, significa 56,60% do total. Entre RM's captados no terreno por parte do jornalista e os que resultam da ação de estúdio (com o contacto telefónico a predominar, mas com o recurso à plataforma *online* a ser também uma realidade visível, na procura de declarações noutros órgãos de comunicação social, sobretudo estrangeiros), esta especificidade é a mais utilizada na elaboração de notícias da rádio pública. No campo dos RM, e dos 326 que totalizaram a análise, 303 (92,94%) relacionaram-se com o futebol e 23 (7,06%) verificaram-se nas restantes modalidades.

Além disso, em 209 notícias houve o recurso a texto impresso, lido pelo editor, neste caso, 146 (69,86%) relacionaram-se com o futebol e 63 (30,14%) com as restantes modalidades.

Analisando os números e as respetivas percentagens, transparece que as notícias dadas apenas através de texto (30,14%) são mais frequentes nas modalidades «extrafutebol», em comparação com as percentagens dos RM (7,06%), das peças (26,09%) e dos diretos (0%).

3.3. Dimensão geográfica

Passando ao parâmetro da abrangência geográfica das modalidades em estudo, importa perceber é qual a extensão inerente à notícia. Tratando-se de serviço público, que faz por acompanhar os principais atores desportivos do país, a questão primordial é saber se a relevância tem mais contornos a nível nacional ou internacional.

Nesta análise, importa também levar em linha de conta a indicação de Fernando Eurico, que corrobora o papel “especial” e de maior responsabilidade do serviço público para o «acompanhamento e tratamento de representações nacionais em grandes competições como Campeonatos do Mundo, Europeus e Jogos Olímpicos» (Eurico, 2013, entrevista).

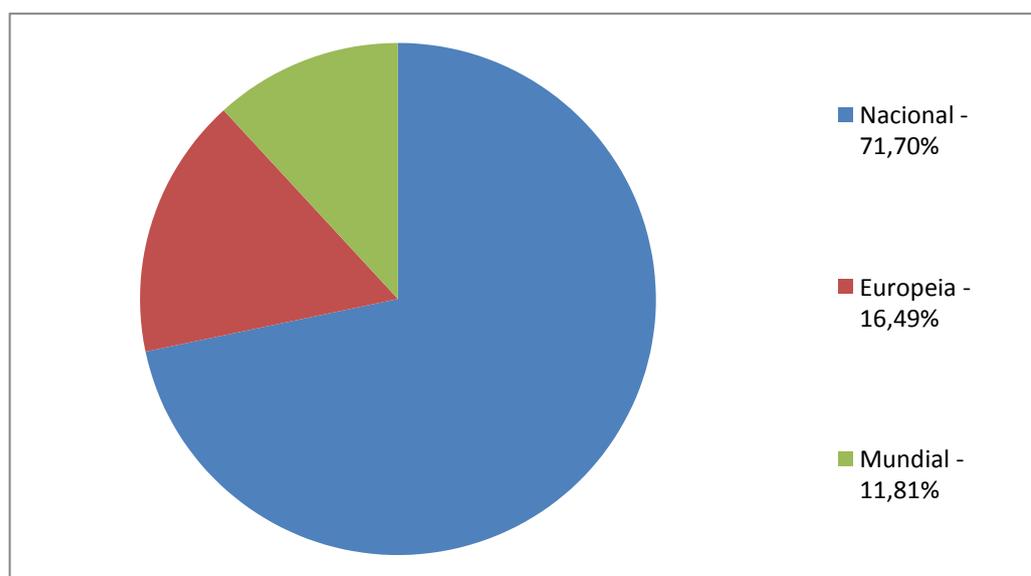


Gráfico 3 – Dimensão Geográfica das notícias analisadas

Tendo por base os dados apresentados no Gráfico 3, os assuntos de âmbito nacional predominam relativamente aos internacionais, pois, em 576 notícias, 413 foram de dimensão nacional, num total de 71,70%. Ressalve-se que, nestes dados, está incluído o encontro Portugal vs Equador, devido ao facto de se tratar de um jogo de carácter particular que decorreu em Portugal e que implicou a esmagadora maioria das notícias dentro da esfera nacional. Mesmo no que se refere à seleção equatoriana, as notícias efetuadas aconteceram em solo português, com a deslocação de um dos colaboradores da rádio ao hotel onde se concentrava a equipa. Com efeito, essa situação resultou em algumas entrevistas a intervenientes diretos (jogadores e dirigentes) que foram aproveitadas para as emissões noticiosas da rádio. Além disso, outras situações envolventes do jogo, como a polémica em torno de um adepto com Cristiano Ronaldo, o aniversário do próprio ou uma entrevista ao único equatoriano²⁶ a jogar em Portugal na altura foram também assuntos que mereceram amplo destaque nos vários blocos noticiosos. Desta forma, tornou-se pertinente a inclusão de todas as notícias relacionadas com o jogo na abrangência Nacional.

3.3.1. Relação da dimensão com as modalidades

Das 413 notícias de dimensão nacional, 376 (91,04%) relacionaram-se com a modalidade de futebol, restando 37 (8,96%) notícias para as outras modalidades, olhando os dados apresentados no Gráfico 4.

²⁶ Moisés, médio do Trofense na época 2012/2013

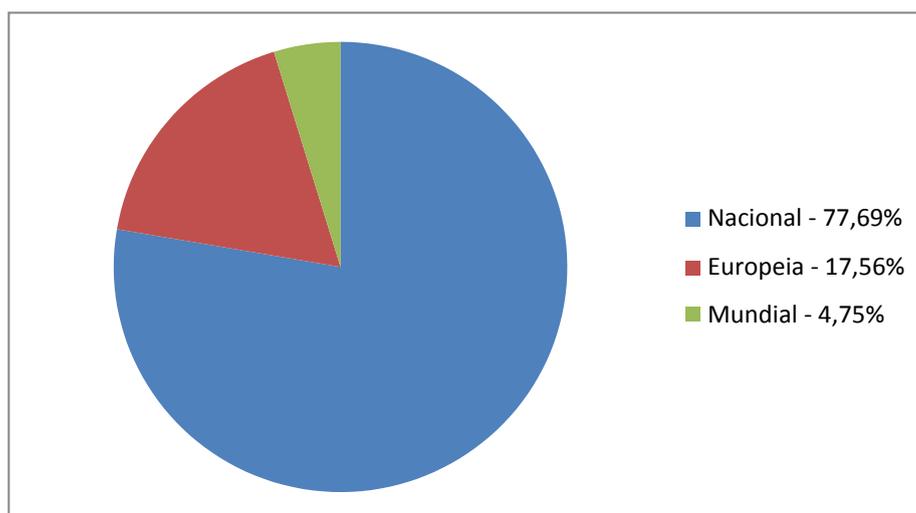


Gráfico 4 – Abrangência geográfica dada às 484 notícias de futebol

Na dimensão europeia incluem-se 95 notícias, sendo que 85 (89,47%) delas se incluem no ramo do futebol e 10 (10,53%) nas restantes modalidades.

Por fim, na dimensão mundial, o número total de notícias foi de 68, divididas em 23 (33,82%) no futebol e 45 (66,18%) nas restantes modalidades.

Mesmo que, neste último parâmetro, se verifique que o futebol continua a ser a modalidade dominante, assiste-se a uma evidência que passa por não se verificar uma maioria absoluta percentual dessa modalidade, um dado que leva a afirmar que, nas modalidades «extrafutebol», a importância é dada em muito maior escala aos eventos internacionais que surgem em agenda, independentemente de estes poderem implicar a participação de atletas portugueses (a maioria dos casos implica, efetivamente, participação nacional).

Outro exercício que também pode ser feito com base nos mesmos números tem a ver com as percentagens dentro dos parâmetros futebol e «extrafutebol». Se, no primeiro, num total de 484 notícias, 376 (77,69%) foram de âmbito nacional, 85 (17,56%) de abrangência europeia e 23 (4,75%) de dimensão mundial, no segundo, no total das 92 notícias «extrafutebol», 38 (34,78%) foram de âmbito nacional, 10 (10,87%) de dimensão europeia e 44 (47,82%) no prisma mundial.

Estes números aperfeiçoam duas linhas de conclusão muito evidentes.

Por um lado, o futebol, como modalidade predominante, é, inevitavelmente, uma modalidade que pende para o âmbito nacional em larga escala. O facto de se tratar de um desporto que move massivamente os portugueses proporciona que a população, que vive muito a rivalidade interna entre os três clubes dominantes do panorama nacional, tenda para

um interesse muito mais acentuado pelo âmbito local. Mesmo numa altura em que o desenvolvimento dos meios de comunicação social se acentuou, sobretudo com a chegada do *online*, que tornou os pressupostos da imediaticidade invariavelmente maiores e que proporcionou uma facilidade incomparavelmente maior e chegar a quase todos os campeonatos europeus ou mundiais, alicerçado noutros pormenores de relevo (José Mourinho e Cristiano Ronaldo no futebol espanhol, por exemplo), o interesse nacional pelo futebol é muito focalizado no produto dentro de portas. Este lado explica, em parte, o porquê da existência de tanta oferta de informação desportiva²⁷ em Portugal e o porquê do predomínio do futebol.

A abordagem apresentada na primeira parte deste trabalho, nomeadamente no campo «O desporto nos media e os media do desporto em Portugal» recebem aqui uma nova sustentabilidade prática, para além do que já foi dado a conhecer pelos vários depoimentos de quem vive por dentro o meio. Recuperando as declarações de Fernando Eurico, é ainda mais interessante perceber a linha de pensamento exercida pelo Coordenador de Desporto da Antena 1 quando refere que

«os treinos, normalmente, ou são à porta fechada ou têm os primeiros 15 minutos abertos à comunicação social, onde os jogadores andam a correr à volta do campo. Eu, enquanto jornalista que tenho que ver, analisar e informar, faço o quê com isso? Nada ou quase nada» (Eurico, 2013, entrevista).

Esta questão retórica acaba por levantar uma outra: a qualidade da informação perde qualidade com esta ausência de conteúdo? O próprio admite que sim, afirmando que «a informação que se dá tem a qualidade que os clubes querem» (*idem*). Uma das minhas preocupações no período de estágio foi, precisamente, perceber até que ponto não seria legítima uma tentativa de mudança, ainda que muito lenta, nos mecanismos em que se baseia esta visão focada no predomínio inevitável de uma modalidade.

Porém, a explicação foi sendo dada de forma rápida e eficaz: as audiências têm muito valor para o serviço público. Mais do que o depoimento de Fernando Eurico na entrevista em anexo, essa é uma realidade inquestionável e que se percebe facilmente na convivência interna da rádio. Pouco importa que a legislação referente ao serviço público de radiodifusão não faça referência à necessidade de atingir determinados números de audiência, porque isso é claro na forma como tudo é decidido, até de forma espontânea. Sobretudo numa altura de crise económica e de reestruturação da empresa, essa é uma posição que, mesmo apenas pela

²⁷ Desportiva por ser designada como tal, embora, para além do exemplo prático que está a ser analisado, exista uma certeza teórica de que a oferta informativa do ramo de desporto se baseie essencialmente no futebol.

análise histórica que é feita a momentos semelhantes, se incute com mais força nesta fase. Daquilo que foi possível concluir, o facto de os funcionários não terem o seu lugar assegurado faz com que os mesmos procurem demonstrar ao Conselho de Administração (que decide como e por onde cortar nas despesas) que o seu trabalho é útil. Mais do que uma avaliação detalhada da qualidade apresentada no trabalho, o mesmo CA acaba por considerar as audiências como a face mais visível do progresso ou da decadência da qualidade profissional.

Ainda neste âmbito, as indicações colhidas foram as de que os horários semanais dos blocos noticiosos de desporto são as que registam, regra geral, os melhores números de audiência. Desta forma, se os números são satisfatórios, alterar o figurino de amplo destaque ao futebol por a qualidade informativa ser precária perde a sua força, aos olhos de quem decide com recurso às audiências.

Neste seguimento, entra-se num ciclo vicioso de questões que originam novas questões e que acabam por se interligar: Porque é que o futebol domina se a informação não tem qualidade? Porque é que a informação necessita de qualidade se a informação despida de conteúdo, mas que seja sobre a modalidade dominante, é a que tem maior aceitação? Para quê contrariar a maioria se é essa que permite um maior número de audiências? Porque se fala em audiências no serviço público? Porque é que o próprio serviço público é dominado, na informação desportiva, pelo futebol?

Trata-se de um conjunto de questões às quais tanto se pode denunciar como compreender: a conduta governamental, por exigir números ao serviço público quando a sua função é outra, mas tendo em conta a necessidade de prestar contas em Assembleia da República e aos eleitores que a rádio (e a RTP) em geral é uma mais-valia para o país; a conduta do CA do serviço público, por interesse excessivo nos valores das audiências, mas por estar inserido numa conjuntura económica que ameaça a privatização; a conduta dos profissionais, que, muitas das vezes, se despem da orientação (utópica?) que deve reger o jornalista para atingirem aquilo que é exigido pela entidade superior, já que veem o seu emprego seriamente ameaçado caso não respondam individual ou coletivamente às metas definidas; a conduta dos clubes, por defenderem que o ideal é «fechar» a informação no seu espaço interno, não permitindo muitas fugas jornalísticas e optando por blindar os pormenores que rodeiam o grupo; a conduta até mesmo dos empresários/dirigentes do mundo do futebol, que tentam concretizar os seus planos financeiros e mercadejáveis, mas que acabam por prestar declarações que, por vezes, contêm segundos interesses na valorização daquilo que representam e que lhes pode significar lucro; a conduta do público, por ser apaixonado por futebol e se importar verdadeiramente com todos os detalhes, mesmo que isso implique um

conteúdo informativo empobrecido, mas por demonstrar também uma variável dessa paixão que se sobrepõe à razão – em suma, poder-se-á falar num problema de mentalidades ou numa falta de conhecimento cultural generalizado.

Todos eles são argumentos válidos e todos os intervenientes têm a sua quota-parte de razão no raciocínio que elegem com vista aos objetivos próprios almejam. Só que qualquer um acaba por estar a prejudicar a essência de um serviço público que «garante a observância dos princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade e da indivisibilidade da programação, do pluralismo e do rigor, isenção e independência da informação, bem como do princípio da inovação» (n.º 2 do artigo 48.º da Lei da Rádio n.º 54/2010, de 24 de dezembro).

Por outro lado, as notícias «extrafutebol» implicam uma dimensão necessariamente mais acentuada no âmbito nacional. A junção dos parâmetros «Europeia» e «Mundial» significa um total de 59,78% (contra apenas 22,31% do somatório das notícias de futebol), valor que realça bem a disparidade que existe entre a modalidade-rainha e as restantes.

Há um ponto que deve ser salientado: o profissionalismo. Uma grande parte das modalidades em Portugal não é mais do que amadora ou semiprofissional. Este dado pode ser atenuado pelo facto de existir sempre um suporte federativo nas diversas modalidades que pode conferir uma maior seriedade, quer a praticantes, quer ao público. Existe também o Estatuto do Atleta de Alta Competição²⁸, que permite algumas atenuantes e regalias para aqueles que atinjam o estatuto, o que está sempre dependente de alguns critérios, mas que passam muito pela «obtenção de êxito no plano internacional, para o que terão em conta as classificações obtidas nas provas desportivas internacionais e a posição do praticante nas listas de classificação desportiva elaboradas pela respectiva federação internacional» (Artigo 3.º do Estatuto do Atleta de Alta Competição, do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de maio, alterado pelo DL 123/96, de 10 de agosto).

Mesmo considerando alguns casos como profissionais, o que envolve a componente monetária do futebol com as restantes modalidades em Portugal não é, por norma, comparável. Um orçamento de uma equipa profissional de futebol assume dimensões (sempre

²⁸ «Considera-se de alta competição a prática desportiva que, inserida no âmbito do desporto--rendimento, corresponde à evidência de talentos e de vocações de mérito desportivo excepcional, aferindo-se os resultados desportivos por padrões internacionais, sendo a respectiva carreira orientada para o êxito na ordem desportiva internacional. – O subsistema de alta competição abarca todo o percurso desportivo dos praticantes, desde a detecção e selecção de talentos durante a fase de formação e o seu acompanhamento até à fase terminal da respectiva carreira. – Consideram-se praticantes em regime de alta competição aqueles a quem seja conferido o estatuto de alta competição e aqueles que sejam integrados no percurso de alta competição.» (Artigo 2.º do Estatuto do Atleta de Alta Competição, presente no Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, alterado pelo DL 123/96, de 10/8)

em milhões) superiores aos orçamentos habituais dos atletas em modalidades individuais (ténis, atletismo) ou das equipas das modalidades coletivas (basquetebol, hóquei em patins, andebol). Tendo em conta as divergências financeiras, há uma ponta de explicação para a diferenciação de importância entre a modalidade reinante e as restantes.

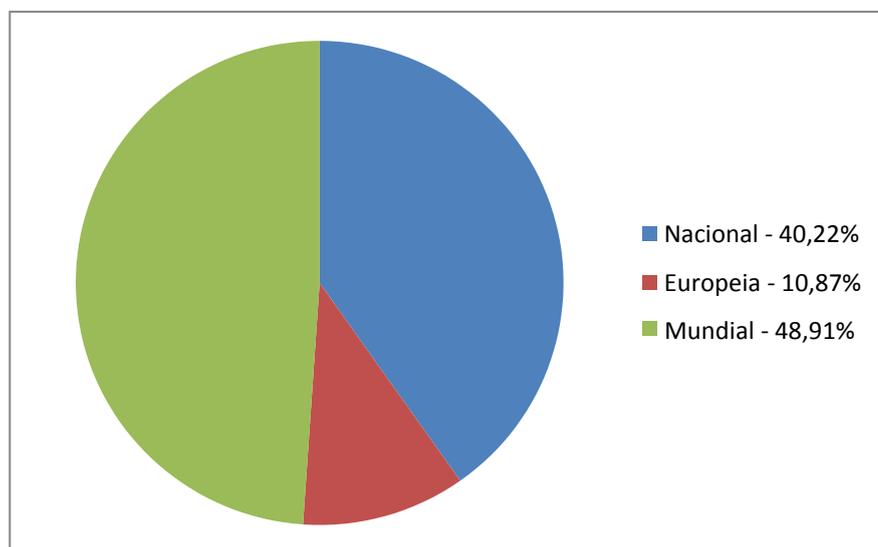


Gráfico 5 – Abrangência geográfica dada às 92 notícias «extrafutebol»

Contudo, existe a questão desportiva propriamente dita e, aí, é evidente que os êxitos nacionais das modalidades «extrafutebol» são acentuadamente menos destacados. Atendendo ao Gráfico 5, isso fica ainda mais patente, pois as notícias sobre «extrafutebol» dentro do âmbito nacional atingem apenas os 40,22%, contra os 77,69% das notícias de futebol, no que à abrangência geográfica comparativa diz respeito.

Assim, é inteligível a crescente importância que se dá às competições internacionais (europeia e mundial). Fernando Eurico explica que

«os ouvintes mudaram... Já ninguém está dependente de um rádio de pilhas para obter informação. Têm múltiplas formas de chegar lá. São mais exigentes, aproximam-se mais dos acontecimentos, têm outras preferências. Hoje um torneio de Ténis, a final da NBA ou um GP de Fórmula 1 concorrem com essas provas que fizeram história noutros tempos em Portugal.» (Eurico, 2013, entrevista)

Esta declaração obriga a uma outra reflexão e que tem que ver com as provas internacionais onde não se incluem ligações diretas (atletas, treinadores) a Portugal.

Neste ponto, convém recordar a Cláusula 6ª do Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora, que pede à *Antena 1* uma atenção especial «às manifestações (...) desportivas (...) de grande interesse do público», e a alínea c) do nº 2 do Artigo 49º da Lei da Rádio n.º 54/2010, de 24 de dezembro, onde é incumbido à concessionária do serviço

público que proporcione «uma informação isenta, rigorosa, plural e contextualizada, que garanta a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e internacionais». Nem num caso legislativo, nem no outro, é exigida qualquer ligação direta a Portugal, ainda que o serviço público seja português. Como tal, ganha legitimidade qualquer alusão a provas internacionais “despidas” de portugueses, desde que essas vão de encontro ao interesse massificado do público. Fernando Eurico prossegue com a explicação do panorama atual no que diz respeito à importância das modalidades do serviço público, referindo que «a rádio é dinâmica. Não pode ficar agarrada ao que foi. Tem que se aproximar do que há e do que as pessoas gostam» (Eurico, 2013, entrevista), sublinhando que «o Hóquei em Patins perdeu importância e espectadores, a Volta a Portugal tem cada vez menos força e impacto, no atletismo igual» (*idem*). Não deixa de ser curioso e um aspeto que vai ao encontro ao que se verifica no Gráfico 5, que o entrevistado, questionado sobre a razão para a quebra significativa da importância dos relatos «extrafutebol» na rádio pública, argumente que «a Rádio Pública, faz esses relatos sempre que se justifica dentro dos nossos critérios» (*ibidem*) exemplificando com «o Europeu de Hóquei em Patins em Paredes, Jogos Olímpicos em Londres, ou Volta a Portugal em bicicleta» (*ibidem*), provas que, em todos os casos, implicam atletas nacionais e, em maior número, estrangeiros.

As competições internas (nacionais) têm que estar consideradas num plano mais reduzido, forçosamente. No período de estágio foi possível verificar que a segunda-feira implicava um maior cuidado na divulgação de resultados das modalidades coletivas a nível nacional, mas a importância dada era mínima, não se verificando (salvo situação excepcional) um recurso a um complemento sonoro de um interveniente direto numa determinada modalidade. A situação mudava de figura quando se tratava de um feito ao nível internacional: por exemplo, logo na segunda síntese matinal do primeiro dia de análise, o facto de a judoca Telma Monteiro ter conquistado a medalha de bronze no *Grand Slam* de Paris proporcionou a utilização de um RM da atleta, mas, no mesmo bloco noticioso, a notícia de que o Benfica e o Sporting se tinham sagrado campeões nacionais de atletismo em juniores, nas categorias de masculino e feminino, não significou mais do que a notícia dada apenas através de texto.

3.3.2. Relação da dimensão com a modalidade e a especificidade técnica

Voltando a recorrer à totalidade das notícias «extrafutebol» apresentadas no Gráfico 1, existem outros pontos que importam tratar na relação entre os três primeiros gráficos apresentados.

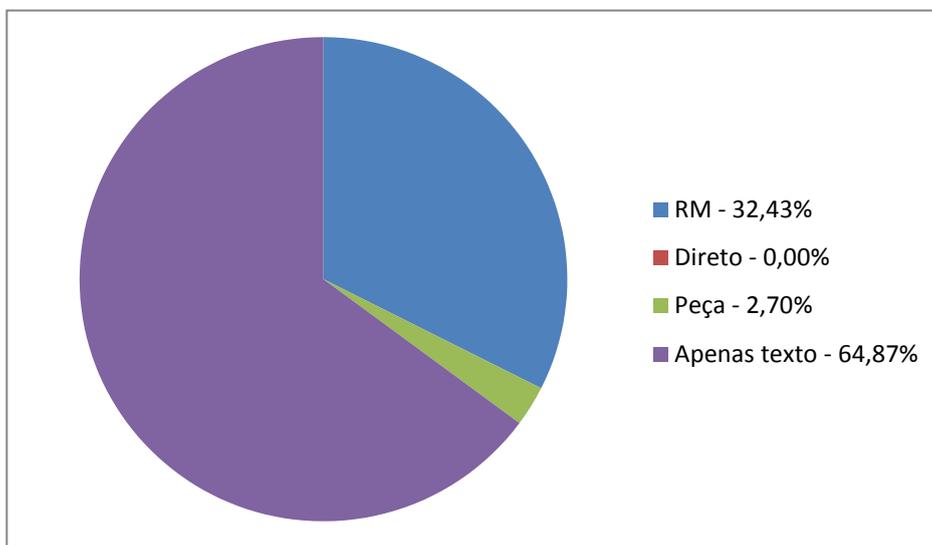


Gráfico 6 – Especificidade técnica nas notícias «extrafutebol» do Nacional

Concretamente, em 92 notícias «extrafutebol», 37 (tal como surge no Gráfico 5) foram de dimensão nacional. Destas, importa especificar que, com base no Gráfico 6, 26 dessas 37 notícias foram dadas por texto, 11 com recurso a RM, uma através de peça e nenhuma com recurso a direto.

Nessas mesmas 92 notícias «extrafutebol», 10 (tal como surge no Gráfico 5) foram de dimensão europeia, sendo que, nesse conjunto, representado no gráfico 7, nove foram dadas através de texto e uma delas com recurso a RM, sendo que nenhuma por peça ou direto.

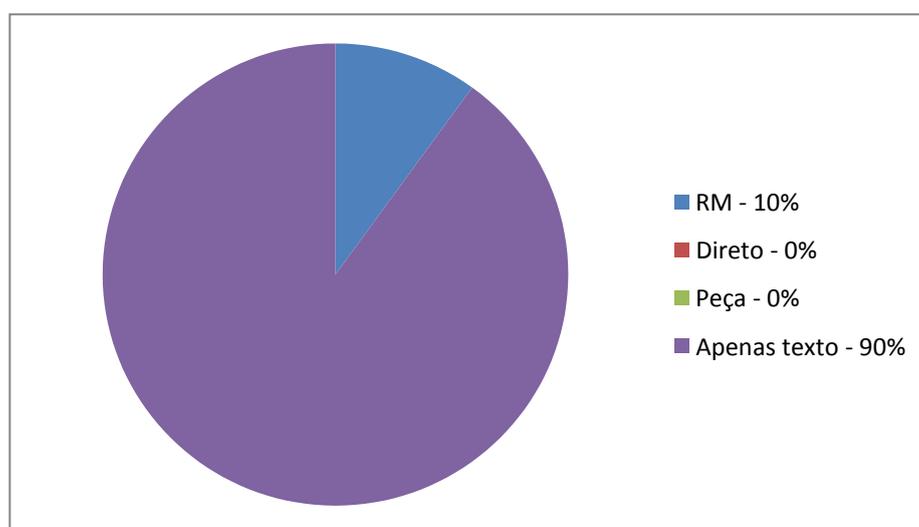


Gráfico 7 – Especificidade técnica nas notícias «extrafutebol» da Europa

Ainda, em 92 notícias «extrafutebol», 45 (retomando o Gráfico 5) foram de dimensão mundial. Nesta componente, representada no gráfico 8, 30 (66,67%) foram divulgadas através da leitura de texto, 10 (22,22%) com recurso a RM, quatro (11,11%) na montagem de peças e nenhuma direto.

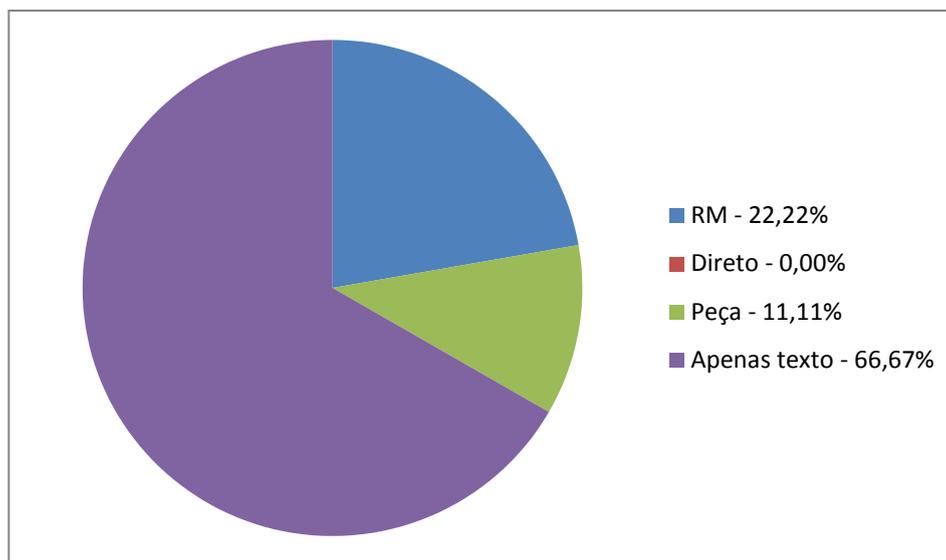


Gráfico 8 – Especificidade técnica nas notícias «extrafutebol» da Mundial

Estes dados voltam a elevar a importância assumida no serviço público para as competições de carácter internacional, embora retenha também a informação estatística que a percentagem de notícias dadas apenas por texto no âmbito «Mundial» (Gráfico 8) supera a percentagem correspondente ao «Nacional» (Gráfico 6), o que significará também uma maior proximidade e acesso aos comunicadores.

Se a comparação for feita com o futebol, nestes moldes da relação entre a Dimensão Geográfica e a Especificidade Técnica, os resultados são bastante diferentes.

Em 484 notícias sobre futebol, 376 foram de dimensão nacional, sendo esse o total que está representado no Gráfico 9. Nesse apontamento, e com base na análise quantitativa de dados, 258 notícias tiveram o auxílio de uma ou várias faixas sonoras de intervenientes diretos (RM), 91 notícias derivaram apenas da leitura textual do editor, 14 partiram de diretos e registaram-se 13 peças jornalísticas.

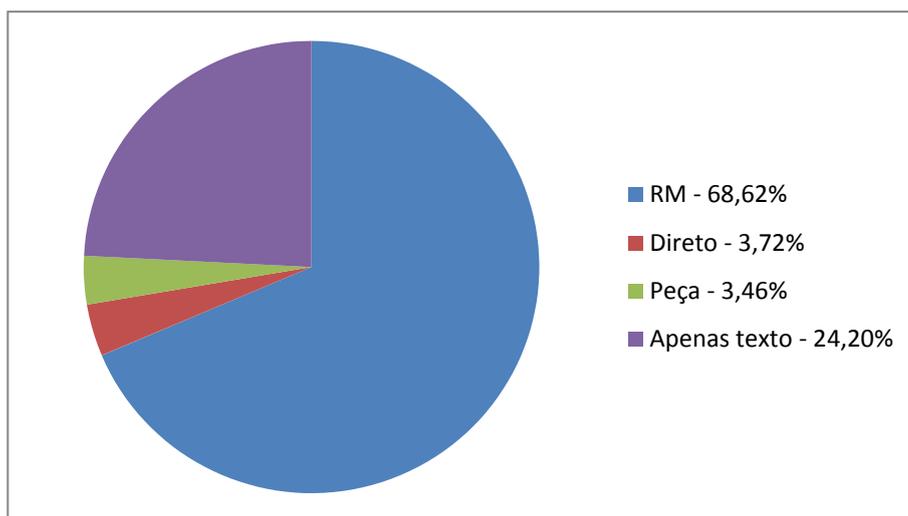


Gráfico 9 – Especificidade técnica nas notícias de futebol na Nacional

No que concerne ao âmbito europeu, e agora atendendo às 85 notícias que totalizaram a área do futebol, verificaram-se 40 notícias auxiliadas por RM, 37 dadas através da leitura de texto, quatro diretos e quatro peças.

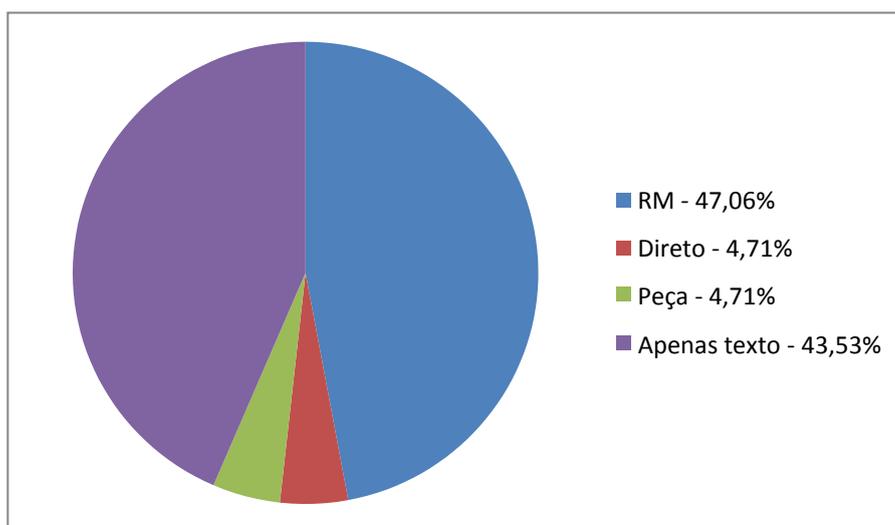


Gráfico 10 – Especificidade técnica nas notícias de futebol na Europeia

Finalmente, a relação entre a especificidade técnica utilizada nas notícias de futebol na esfera mundial apontam para 18 notícias dadas a partir de texto e cinco com o auxílio de RM.

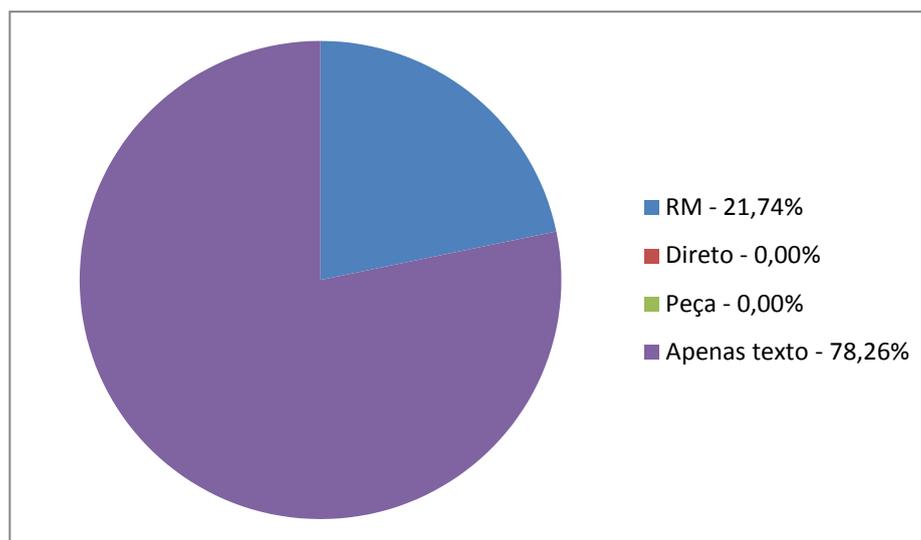


Gráfico 11 – Especificidade técnica nas notícias de Futebol na Mundial

À semelhança da evolução verificada nos gráficos 6, 7 e 8, referentes às modalidades «extrafutebol», também os gráficos 9, 10 e 11, relacionados apenas com o futebol, mostram uma tendência para a quebra do auxílio sonoro direto e do crescimento do recurso à notícia dada apenas por texto à medida que a amplitude geográfica aumenta. Por outras palavras, o uso de auxílios sonoros é inversamente proporcional à dimensão geográfica. Neste caso, o uso de RM, diretos ou peças é mais significativo no âmbito nacional (gráficos 6 e 9), uma situação que, como já referido anteriormente, terá justificação direta na questão da proximidade, um dado também adquirido durante o estágio – é muito mais fácil chegar ao contacto com um interveniente nacional do que com um interveniente internacional, quer por razões de acessibilidade, quer por questões financeiras (ainda que as restrições existam apenas nos meios de comunicação que a empresa dispõe aos seus funcionários, nunca nos telefonemas efetuados a partir de estúdio).

Outro ponto que se evidencia claramente entre os Gráficos 6, 7 e 8 e os Gráficos 9, 10 e 11 é que o recurso ao auxílio direto sonoro é bem mais significativo nas notícias de futebol, em relação às que englobam as restantes modalidades, sendo que existem variáveis que justificam esta situação. Primeiro que tudo, a importância que é dada ao futebol, como tem vindo a ser realçado, é muito mais significativa, o que implica uma maior escarpelização dos temas e, também, um próprio fomento ao debate (com a procura de opiniões diferentes). Depois, e novamente com base na experiência recolhida durante o estágio, pela facilidade ou dificuldade em chegar ao contacto com o interveniente desejado. É certo que a relevância que se dá ao tema conta muito (e a procura de contactos é feita pela prioridade atribuída pelo editor às notícias), mas não menos certo é que a rede de contactos na área do futebol é

incomparavelmente maior. Se a intenção for falar com o treinador da equipa A e o número não estiver na agenda de contactos da redação, existem desde logo vários contactos de dirigentes, empresários ou amigos que poderão ser consultados; caso essa situação não tenha sucesso. O passo ainda pode ser a consulta do clube anterior do técnico, através de antigos dirigentes ou antigos jogadores, ou, ainda, a solicitação a colegas de profissão (no caso particular da Antena 1, o facto de existirem vários colaboradores espalhados por várias zonas do país facilita muito na procura de contactos num âmbito mais local). Por fim, a consulta a outros treinadores também pode ser uma solução, caso as anteriores falhem.

Outro aspeto que conta para o auxílio direto sonoro mais frequente no futebol é que, em relação às restantes modalidades, os intervenientes, sendo a maioria do âmbito mundial, são mais inacessíveis (a probabilidade de se conseguir falar com um atleta da NBA ou da Fórmula 1 é praticamente nula). Mesmo no campo nacional, o acesso aos contactos, por serem meios de menor dimensão demográfica (menos praticantes e menos dirigentes), é conseguido essencialmente apenas pelos órgãos federativos, o que nem sempre é possível pela pouca disponibilidade temporal que alguns dispõem em termos de secretariado.

3.4. Os Intervenientes

O gráfico 12 apresenta alguns dados referentes à função dos intervenientes diretos na notícia.

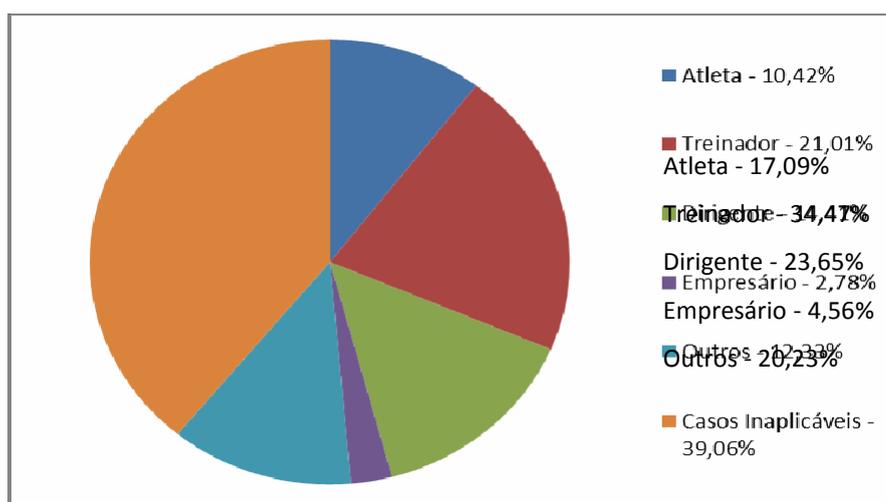


Gráfico 12 – Intervenientes diretos na notícia

Aqui importa recordar que os Casos Inaplicáveis aludem a todas as notícias dadas apenas através de texto e de algumas peças ou diretos que não contemplavam qualquer outro

interveniente que não fosse o jornalista que assina (logicamente um interveniente passivo). Importa também referir que estes casos correspondem a 225 (39,06%) da totalidade das notícias (576), um número assinalável e que refere que só 60,94% das notícias têm auxílio sonoro direto, podendo este valor ser considerado curto, se for atendida a essência da rádio, que passa pelo som e que, no ramo informativo, precisa tanto desse recurso como o jornal precisa dos caracteres ou como a televisão precisa da imagem. Claro que não se trata de «tempos mortos²⁹», mas não deixa de ser um número considerável de espaço temporal que envolve exclusivamente o jornalista.

No seguimento da análise do mesmo gráfico, o tipo de interveniente mais solicitado é o «treinador», que surgiu em 121 ocasiões. Segue-se o «dirigente», com 83 notícias como Interveniente, a categoria «outros» com 71, o «atleta» com 60 e o «empresário», com 16.

Surge como um dos aspetos de maior realce o facto de a percentagem de notícias com a intervenção de atletas ser baixa. Na verdade, os atletas costumam ser a face mais visível do desporto, ou, pelo menos, são aqueles que costumam ser considerados como os que têm a participação mais direta na prática da modalidade em causa. Com a análise ao gráfico 12, parece que esse dado não é verificado ao nível da rádio pública.

Se os treinadores surgem num lugar que se compreende pela importância comunicacional que têm por se tratar da figura que representa a equipa, os dirigentes ocupam um lugar que pode levantar alguma estranheza pela sua preponderância adquirida no meio dos órgãos de comunicação social. Este ponto tem duas ramificações: por um lado, significa a importância que é dada a tudo o que envolve o desporto, não apenas dentro do campo, da pista ou do pavilhão, mas em toda a conjuntura que rodeia a atividade, tal como o lado financeiro, o lado negocial ou os jogos de bastidores (e a troca de opiniões divergentes no espaço público); por outro lado, significa precisamente que o desporto, na verdadeira ascensão da palavra, é apenas uma parte de toda a envolvência que o rodeia, podendo nem sequer ser considerado, em vários casos, como o mais importante, tal é o destaque que se dá às transferências, aos salários ou às equipas de arbitragem. Estes aspetos vão de encontro ao referido na componente teórica deste trabalho.

Um último dado que importa referir e que não deixa de ser surpreendente é que, nas 121 notícias que tiveram treinadores como intervenientes, nenhuma delas foi em casos de notícias «extrafutebol». Este dado é interessante para se perceber não só que o treinador de futebol tem um mediatismo bastante acentuado, mas também que, no capítulo das restantes

²⁹ Períodos na rádio em que não há propagação de som, apenas silêncio

modalidades (coletivas ou individuais) o papel do treinador é muito mais reservado ao nível da componente mediática.

Em suma, os dados apresentados parecem ir de encontro, em vários aspetos, ao que foi debatido no enquadramento teórico e o percecionado na experiência de estágio, nomeadamente ao nível da primazia do futebol relativamente a outras modalidades bem como a forma como a informação chega ao destinatário.

CONCLUSÃO

O relatório de estágio surgiu na sequência de três meses que, do ponto de vista profissional, foram absolutamente fulcrais. A temática escolhida para o relatório resultou de várias questões formuladas ao longo da mentalização como profissional e como apaixonado pela rádio e pelo enriquecimento que o som pode significar.

Neste prisma, e antes de seguir para os aspetos conclusivos da análise empírica feita neste relatório, importa frisar que, durante os três meses de estágio, para além do que foi feito e detalhado em vários pontos (de onde se destacou o espírito de entrega, a dedicação e a procura da autonomia), uma das preocupações principais centrou-se precisamente em tentar contrariar os dados que se refletiram no estudo de caso. Nesse sentido, e fomentando novamente o espírito crítico, a atualização constante e o poder empreendedor, a tendência foi a de alertar alguns temas «extrafutebol» que poderiam significar notícia, abrilhantando também as edições com uma melhor sonoridade. Sobre este último, muito contribuíram os ensinamentos de Fernando Eurico, que repetidamente frisava que «a rádio é som». Posto isso, a título de exemplo, na véspera da coordenação especial em estúdio do Newcastle vs Benfica, para a Liga Europa, uma tarefa que foi tomada de forma autónoma foi a de recrutar e compilar vários sons dispersos dos adeptos de ambos os emblemas e fazer uma montagem sonora que abrisse a própria emissão, uma iniciativa que mereceu elogios e reconhecimento e uma iniciativa que advém, não só do que ia sendo transmitido pelo supervisor do estágio, mas também em consequência de vários trabalhos feitos no âmbito académico – na especificidade do meio radiofónico – que contribuíram decisivamente para a sensibilidade auditiva e sonora.

Ainda sobre o meio académico, este estágio curricular de três meses, tendo sido um período que, chegado ao fim, se revelou bastante curto, tal a satisfação e o gozo que existiam ao desempenhar tais funções, foi o culminar de quatro anos (entre Licenciatura e Mestrado) de aprendizagem fulcral para desempenhar, na prática, os princípios e as práticas de jornalismo. Este culminar de confluência entre a teoria e a prática tornou-me, sem sombra de dúvida, e já aplicável, um profissional apto a desempenhar as minhas funções, na certeza de que poderei acrescentar qualidade ao setor jornalístico, não desfazendo os excelentes profissionais que compõem as redações portuguesas.

Abordando novamente, e agora com contornos finais, os dados apresentados na análise empírica, são possíveis várias conclusões.

No estudo de caso apresentado, auxiliado por grafismos que evidenciavam as tendências, os resultados são claros e suportados por dados estatísticos, embora sem a pretensão de qualquer generalização pelas limitações do mesmo.

Desde logo, e indo de encontro ao comentado ainda na abordagem teórica, o futebol é a modalidade que domina, de forma clara (84%), o panorama desportivo nacional. A amplitude que assume em termos financeiros é totalmente diferente da que existe nas restantes modalidades em Portugal e, com as que se podem comparar em termos financeiros (competições como a Fórmula 1, NBA, Torneios do *Grand Slam* em ténis, NHL, NFL), a amplitude geográfica não permite uma maior proximidade com os intervenientes.

O futebol assume também uma maior importância na informação do serviço público, explicitada nos recursos aos auxílios diretos sonoros (RM, Direto e Peça) que são verificados percentualmente na área do futebol, em comparação com as restantes modalidades.

Atendendo aos dados levantados pelas percentagens referentes às modalidades, pode surgir a tentação de considerar o ciclismo como a segunda modalidade de maior importância na esfera desportiva nacional. Contudo, como já referido, o período em análise coincidiu com a Volta ao Algarve em Bicicleta, que teve enviado-especial permanente por parte da Antena 1, o que implicou um lógico tratamento mais aprofundado do evento.

Relativamente às especificidades técnicas, há um número considerável de notícias que são dadas através de texto. Este dado parece subentender alguma pobreza na perspetiva do meio radiofónico, sendo certo que a introdução de uma faixa auditiva com uma declaração de um determinado interveniente tem infinitamente mais valor e mais credibilidade aos ouvidos do público do que a mesma declaração lida pelo jornalista que edita o bloco noticiário. Neste caso, convém dar conta de uma ressalva verificada durante o período de estágio e que se baseia no facto de nem sempre ser fácil chegar ao contacto direto com o interveniente em causa, para além dos casos (inúmeros nos dias de hoje) que se referiam a comunicados dos clubes, em que a alternativa à leitura por parte do jornalista não existe (por vezes, nestes casos, os profissionais da Antena 1 procuravam um interveniente com ligações diretas ou indiretas, para que este se debruçasse sobre o tema).

Além disso, nas especificidades técnicas salta à vista o parco recurso a diretos ou a peças e a muito trabalho de estúdio. Atendendo às potencialidades destacadas da Antena 1, estes índices poderiam ter outro tipo de aproveitamento. Durante o estágio foi possível verificar que, em alguns casos, um serviço no exterior (como uma conferência de imprensa ou uma presença de um interveniente num evento social) significava a ocupação da totalidade do dia de trabalho, quando a tarefa se concluíra em poucas horas.

Em relação à dimensão geográfica das notícias, ficou explícito que o futebol, como modalidade de maior expressão, tem mais preponderância ao nível nacional do que internacional. A sua amplitude é menor porque o meio nacional é bastante desenvolvido, podendo proporcionar ao público o (em alguns casos) entretenimento dentro de portas. Neste caso, e voltando a frisar o grande número de órgãos de comunicação social que se dedicam, em parte ou na totalidade, ao desporto acaba por ser uma causa e uma consequência desse facto.

No que diz respeito aos intervenientes, ficou explícito o destaque reduzido que é dado aos atletas, aqueles que são os principais partícipes da prática desportiva, desprovida de toda a envolvência. Não menos explícita é essa ressalva sobre a envolvência que rodeia o desporto. Todos os intervenientes são considerados como tal, embora a função que cada um desempenha devesse significar um maior ou menor mediatismo. No caso dos dirigentes, essa situação vinca-se claramente, atendendo a que a sua posição é distante do terreno desportivo, um aspeto que confirma aquilo que foi tratado na abordagem teórica do presente relatório.

Finalizando, o aspeto que mais influência teve e tem no serviço público de radiodifusão são precisamente os números. Os pressupostos básicos do serviço público podem ter muitas diretrizes que apontam à atuação dos profissionais no sentido primordial de garantir mais qualidade ao serviço público. Porém, nada disso é verificado na prática, sobretudo numa fase financeiramente crítica como é a atual, na qual os profissionais da rádio não conseguem ter qualquer segurança a nível profissional.

Mais do que os números, que indicam uma tendência, a convivência direta durante o período de estágio tornou possível perceber e enfrentar essa realidade na primeira pessoa. Tratou-se não apenas de uma experiência singular e que perdurará na memória pessoal e profissional, mas, essencialmente, de uma lição de vida.

BIBLIOGRAFIA

- BONIXE**, Luís, “Rádios locais e cidadania – uma perspetiva sobre novas formas de participação dos ouvintes” (pp. 46-51), 2012a, *in* “Aprender”, Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, Nº 32, junho de 2012
- BONIXE**, Luís, “As rádios locais em Portugal – da génese do movimento à legalização”, Aprovado em 02/10/2012, *in* Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 9 Nº 2 – julho a dezembro de 2012b
- COELHO**, João Nuno e **TIESLER**, Nina Clara, “O paradoxo do futebol português: a omnipresença do futebol e a ausência de espectadores dos estádios”, *in* “Análise Social”, vol. XLI (179), 2006, pp. 519-551
- CORDEIRO**, Paula, “A Rádio em Portugal - Consensos, Dialogismos e Interactividade: da palavra analógica ao ouvido digital”, defendida em 2003 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, resumo da investigação desenvolvida para uma dissertação de mestrado Ciências da Comunicação
- MARTINS**, Hugo Miguel Lopes, “Imprensa Desportiva: Uma Análise Comparativa entre Portugal, Espanha e Itália”, 2008, dissertação de mestrado
- MEDITSCH**, Eduardo, “O ensino do radiojornalismo em tempos de internet”, 2001, Comunicação ao Núcleo de Mídia Sonora, *in* <http://www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-ensino-do-radiojornalismo.pdf>
- MESQUITA**, Mário, “O Quarto Equívoco – O poder dos *media* na sociedade contemporânea”, fevereiro de 2004, 2ª Edição Revista, Minerva Coimbra
- ROWE**, David, “Sports Journalism: Still the ‘toy department’ of the news media?”, 2007, SAGE Publications, *in* <http://jou.sagepub.com>
- SHEKAR**, Nirmal, “Sports Journalism: going against the grain”, *in* N. Rajan (ed.) Practising Journalism: Values, Constraints, Implications, New Delhi, Thousand Oaks, London: SAGE Publications, 2005
- SOUSA**, Jorge Pedro, “Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”, 2008, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo

SANTOS, Rogério, “Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade”, *in* “Comunicação e Sociedade”, vol. 7, 2005, pp. 137-152

SANTOS, Rui, “Estádio de Choque”, 2007, 2ª Edição, A Esfera dos Livros

SANTOS, Sílvio Correia, “Da rádio estatal ao modelo integrado: compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal”, junho de 2013a, Imprensa da Universidade de Coimbra

SANTOS, Sílvio Correia, “Os Media de Serviço Público”, 2013b, Livros Labcom

Legislação

Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de maio, alterado pelo DL 123/96, de 10 de agosto – Estatuto do Atleta de Alta Competição

Contrato de Concessão do Serviço Público de Radiodifusão Sonora, datado de 30 de junho de 1999

Lei n.º 54/2010 de 24 de dezembro, aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de fevereiro

Sítios na Web:

-Jornalismo Porto Rádio, por Tiago Dias, *in*

http://jpr.icicom.up.pt/2006/04/que_jornalismo_desportivo_temos_hoje.html

-*Blog* de Jornalismo Especializado, Universidade Lusófona Porto, assinado por Lara Costa, *in*

<http://jornalismoespecializado.blogs.sapo.pt/37292.html>

-Crónica de Pedro Faleiro da Silva, *in*

<http://www.sportingapoio.com/%E2%80%9Cjornalista-em-desporto-ou-desporto-no-jornalismo%E2%80%9D-%E2%80%93-cronica-de-pedro-faleiro-da-silva-para-sportingapoio-com/>

- Rivalidade Nicolau e Trindade, *in*

http://www.record.xl.pt/Arquivo/interior.aspx?content_id=361668

ANEXOS

Anexo 1

Entrevista a Fernando Eurico – Coordenador de Desporto da Antena 1-Porto e orientador do estágio

1- Na qualidade de coordenador do Desporto da Antena 1-Porto, quais os critérios que existem na escolha das notícias a tratar?

A atualidade, a importância dos assuntos e o público que vai abranger. Esse é o critério principal para a feitura de um jornal de desporto. Apesar de esta ser uma rádio de serviço público, não foge aos princípios que norteiam qualquer editor, embora tenhamos mais atenção que as estações comerciais no tratamento de alguns eventos, sobretudo ao nível das "modalidades desportivas".

2-Existe algum tipo de padrão a seguir pelos editores dos noticiários, ou a liberdade é total?

É evidente que a estação tem uma matriz que procura ser seguida por todos os editores para não se desvirtuar o pensamento global. Pretendemos que quem nos ouça perceba logo que é a Antena 1 independentemente de ser A ou B a dar a voz, pela forma como tratamos as notícias e como são abordadas em antena . Mas dentro do espaço da edição todo e qualquer editor tem uma " certa liberdade" para procurar e tratar os temas que entende importantes para esse espaço.

3-O futebol é, sem sombra de dúvidas, a modalidade mais tratada na comunicação social. Porque é que isso acontece? São os órgãos de comunicação que o exponenciam ou é o público que "obriga" a comunicação social a ter tratamento tão exaustivo do futebol?

O futebol domina os jornais porque é o que o público mais procura diariamente. Ninguém trabalha sem objetivos de audiência. Mesmo o serviço público. E o futebol é o que as pessoas querem ouvir. A verdade é que as pessoas consomem mais o futebol, logo os órgãos de comunicação social mantêm o rumo. O país é pequeno, mas por ironia da geologia assemelha-se a um campo de futebol e, como os portugueses consomem, as empresas de comunicação continuam. Por isso "somos obrigados" a ir na onda. E mesmo entre o

tratamento que se dá ao futebol existem diferenças... Já experimentamos abrir jornais com notícias sobre o campeão Boavista e o impacto foi fraquíssimo.

4-Na qualidade de serviço público, a Antena 1 tem outro tipo de obrigações relativamente à concorrência no que diz respeito à amplitude de modalidades tratadas. Até onde vai esse limite?

Tem. Acompanhamento e tratamento de representações nacionais em grandes competições como Campeonatos do Mundo, Europeus e Jogos Olímpicos. No entanto, isto também obedece a um crivo pela importância e impacto dos eventos. Poderemos fazer uma reportagem sobre um europeu de Pesca em Alto Mar mas os Mundiais de Atletismo terão sempre um tratamento muito maior pela importância e impacto que produz. Serviço público não é fazer tudo. Isso é impossível humana e tecnicamente. O limite está sempre na escolha dos eventos e na importância que eles têm.

5-Em que parâmetro está o serviço público em Portugal no seu global? É refém ou... retém?

Nesta altura, o serviço público está ainda mais apertado pela conjuntura. Se há 10, 15 anos fazíamos praticamente todos os eventos, agora, pelo menor número de efectivos e disponibilidade financeira, cada caso é pensado várias vezes. É refém pela situação conjuntural e por isso retém alguns acontecimentos que noutras circunstâncias seriam tratados. O serviço público estreitou.

6-Sendo a rádio de serviço público, as audiências não deviam fazer parte das preocupações editoriais, mas a verdade é que fazem, e exemplo disso foi a publicidade que circulou após os meses de abril e maio, com o atingir de uma audiência histórica. Isto é um sinal dos tempos? E esses números de audiência pretendidos têm influência no critério e seleção de notícias, sabendo que os jornais de desporto são um dos pontos altos da emissão da rádio?

As audiências devem ser sempre uma preocupação de qualquer redação, mesmo numa de serviço público. Ninguém trabalha de forma abstrata, para o vazio, apenas por fazer e para se cumprir um estatuto que até agora ainda ninguém definiu com exatidão. No país, ainda se procura saber o que se quer e o que é afinal isto do serviço público. Seja como for, um jornalista não pode despir-se daquilo a que moralmente está obrigado. Não pode deixar de "agitar sensibilidades" ou "explorar um qualquer ângulo da notícia", porque a notícia está

dada e a missão do serviço público cumprido. Por isso, sim, há preocupação na seleção das notícias e no tratamento que é dado nos jornais de desporto.

7-O que é feito dos míticos relatos de ciclismo, de hóquei em patins ou de atletismo? Porque desapareceram?

Pelo que expliquei no ponto 5. Mas há outras explicações. Os ouvintes mudaram... Já ninguém está dependente de um rádio de pilhas para obter informação. Têm múltiplas formas de chegar lá. São mais exigentes, aproximam-se mais dos acontecimentos, têm outras preferências. Hoje um torneio de Ténis, a final da NBA ou um GP de Fórmula 1 concorrem com essas provas que fizeram história noutros tempos em Portugal.

A rádio é dinâmica. Não pode ficar agarrada ao que foi. Tem que se aproximar do que há e do que as pessoas gostam. Se fizeres um estudo, ainda que superficial, percebes que o Hóquei em Patins perdeu importância e espectadores, a Volta a Portugal tem cada vez menos força e impacto, no atletismo igual.

No entanto a Rádio Pública, faz esses relatos sempre que se justifica dentro dos nossos critérios. Lembro o Europeu de Hóquei em Patins em Paredes, Jogos Olímpicos em Londres, ou Volta a Portugal em bicicleta.

8-A Antena 1 é a única rádio que acompanha todos os jogos dos campeonatos profissionais de futebol e tem, nas suas tardes de domingo, acompanhamento de outras modalidades, apesar de, mais uma vez, o futebol prevalecer. O que significam as emissões de domingo à tarde? Porque se mantêm numa altura de contenção de custos? É a principal bandeira do desporto da Antena 1?

É o único espaço do género em Portugal por isso sim é uma das bandeiras da estação. Precisamente porque o domingo é um dia em que existe um maior número de eventos desportivos e atinge públicos que nos são importantes como os emigrantes e os países de expressão portuguesa. Prestamos um serviço que outros não produzem. E assim alargamos o leque de cobertura, não se ancorando apenas nos principais emblemas. Não existindo a limitação de tempo que um jornal de 15 minutos impõe, durante várias horas temos espaço para tratar outros públicos e outros temas. A contenção existe. Já esta época e na próxima, o crivo de seleção será mais apertado e jogos que não produzam impacto desportivo não serão acompanhados.

9- É vital para os meios de comunicação desportivos, hoje em dia, a cobertura que se faz aos “três grandes”? Porquê? Há forma de mudar o rumo da situação a médio/longo prazo?

Não há forma de mudar. Em Portugal o Jornalismo de Desporto é feito entre os diversos OCS tipo "macaquinho de imitação", ou seja se a RTP dá, A SIC tem que dar e a TVI também. O mesmo sucede com as rádios e jornais. E porquê? Porque basta ler, ouvir e ver que em Portugal diariamente é o Desporto que faz girar o país e a população que quer ser informada. Basta consultar regularmente as audiências televisivas para se perceber que, nos 20 programas mais vistos de cada mês, em média 15 são jogos de futebol, entre todos os jornais que vão para as bancas, 2 dos 3 jornais de desporto são os que mais tiragem têm. A Sport TV canal de desporto tem nesta altura 750 mil assinantes, tudo isto num país com 10 milhões de habitantes! Nas rádios nacionais a informação de desporto varre a programação diária. Há jornais de informação específicos e emissões especiais que se abrem para um jogo de futebol. Tudo isto significa que, tendo, por esta ordem (Benfica, Sporting e FC Porto) um impacto e uma importância na vida dos portugueses, é normal que isso se reflita no acompanhamento diário desses clubes. Quando há um clássico, o país para literalmente! Tirando eleições ou uma catástrofe natural, mais nada mexe com este país. Se fores ao estrangeiro e te perguntarem de onde vens e disseres Portugal ninguém diz Sócrates ou Serra de Sintra... Mas dizem Ronaldo ou Mourinho. Por isso digo que é vital que os OCS insistam no tratamento privilegiado dos grandes. No dia em que se abrir um Telejornal ou se der uma primeira página ao Paços de Ferreira verás que as audiências serão muito reduzidas e sem audiências não há reflexo e retorno do trabalho produzido.

10-Ao longo dos meus três meses de estágio, apenas por uma vez a edição foi aberta por uma notícia de uma modalidade extrafutebol e aconteceu não por um resultado, mas por um caso mediático a nível mundial: a confissão do ciclista Armstrong. Porque é que a tendência é o futebol aparecer primeiro e as 'outras modalidades' no fim?

Precisamente porque não têm impacto. Não porque o jornalista/editor não queira mas porque percebe que a abertura de um jornal deve conter sempre a notícia mais forte e a que atinja o maior número de pessoas. Portugal é um país sem cultura desportiva. Está arreigado a hábitos difíceis de mudar. Vive em torno de Benfica, Sporting e Porto e, de vez em quando, da seleção nacional. No entanto, Armstrong é um ciclista de nível mundial, se fosse o António Cardoso não abriria. E provavelmente nesse dia o conteúdo global do jornal podia não ser tão

importante como noutros e a opção foi essa. No entanto é redutor dizer-se que só se abriu com uma modalidade uma vez em 3 meses. Nos primeiros meses do ano as " modalidades" são reduzidas. Entre Junho e Setembro é o pico da actividade e algumas acabarão por abrir ou estar nos primeiros lugares da grelha de edição. No entanto a tendência é essa mesmo, deixar as modalidades na parte final, devido ao que repetidamente digo: o impacto diferente que produz.

11-Relativamente à ação jornalística dos profissionais da área do desporto, quais as principais dificuldades da atualidade? E em relação ao futebol, é mais fácil ou mais difícil fazer jornalismo?

É mais complicado e o esforço muito maior. Os clubes fecham informação, criaram os diretores de comunicação que para mim são mais diretores de propaganda e por isso torna-se complicado gerir todas estas fronteiras e limites. Basicamente é isso, o acesso à informação. Basta perceber que na maioria das vezes os protagonistas são presidentes, diretores, empresários de futebol e poucos treinadores e jogadores. A política de comunicação dos clubes dificulta a nossa ação e esse é o maior problema nos tempos que correm, o que, aliado à corrida contra o tempo, obriga a um jornalismo *fast-food*.

Outro aspeto que priva a nossa livre ação é que os treinos, normalmente, ou são à porta fechada ou têm os primeiros 15 minutos abertos à comunicação social, onde os jogadores andam a correr à volta do campo. Eu, enquanto jornalista que tenho que ver, analisar e informar, faço o quê com isso? Nada ou quase nada. No fundo, o futebol e a informação que se dá tem a qualidade que os clubes querem.

Depois, ainda existem os *black-outs*, em que os clubes se fecham em copas. Ao fazer isso, empurram os jornalistas para o campo especulativo e para a busca dessa informação nem sempre pelas melhores vias. Claro que estas restrições são más porque prejudicam os adeptos que querem boa e correta informação dos seus emblemas e desvirtuam um pouco a atividade do jornalista.

12-É um crítico da designação "jornalista desportivo" por não ver diferenças na essência da ação de fazer jornalismo. Não é, ainda assim, uma área com outro tipo de cuidados a ter, nomeadamente no tratamento com os intervenientes?

Exatamente o mesmo que com um político. Rejeito a designação de jornalismo desportivo. Não há vários jornalismo no meu conceito. Apenas Jornalismo. Existem é jornalistas que se especializam e seguem de forma mais próxima e constante a cobertura de

acontecimentos de uma determinada área de informação mas não devem ter esse rótulo. Em Portugal, os que não produzem informação de desporto gostam muito de colocar esse mesmo desporto numa parcela à parte, como se fosse menor e só aí trabalhassem os jornalistas menos exigentes, o que, convenhamos, é uma profunda inverdade.

Costuma distinguir-se jornalismo desportivo porque, erradamente, alguns lhe querem conferir menor importância, quando na realidade é exatamente ao contrário. Porque acham que é mais fácil fazer, porque entendem ser mais ligeiro. Errado! Para mim não existem dois jornalisismos nem dois cuidados a ter. A proximidade, as fontes, as fronteiras são exatamente as mesmas entre quem faz futebol ou congressos do PSD.

13-Afinal, um relato é informação ou é entretenimento? Como é gerido isso na Antena 1? Como se explica, sobretudo na época que terminou, o 'fenómeno Nuno Matos'? Coaduna-se com o conceito de Serviço Público?

Na essência, um relato de futebol é uma notícia em constante atualização mas todos sabemos e entendemos que não pode ser transmitida como uma notícia normal, porque é feita num estádio com 50 mil ou mais espectadores e que se desenrola a uma velocidade anormal. Se o jornalista não a acompanha, para lá de se desatualizar constantemente fazendo a ritmo vocal normal, é engolido pelo ruído ambiente. Daí que a roupagem que dá na apresentação da notícia tenha que ser diferente e num registo que puxe para o entretenimento. Desde que saiba os limites não me parece desajustado mas esse é o grande desafio que se coloca a cada um de nós. Saber os limites. E nem todos sabem. Na Antena 1, que me lembre, nunca houve muito essa preocupação e discussão. Cada um tem o seu estilo e isso tem sido preservado pelas chefias. Talvez por isso tenhamos críticas e elogios.

O que defendo é que não se pode gritar um golo que decide um campeonato ou uma final europeia da mesma maneira que se grita um jogo normal de campeonato. Não se pode é exagerar sempre a cada jogo e relatar cada golo como se fosse o mais importante do mundo. Isso não!

14-Em pleno século XXI emerge o jornalismo digital. Até que ponto se pode considerar que é uma mais-valia ou que é concorrência?

Todas as formas de comunicar são bem-vindas. A mobilidade, as necessidades de informação são cada vez maiores e as alternativas são boas na minha perspetiva. Mas não são concorrenciais. A rádio, por ter voz, por ser mais pessoal, por ter maior proximidade com o ouvinte, por tratar de forma diferente as notícias tem sempre o seu espaço garantido.

15-Para finalizar com uma pergunta do foro mais pessoal, se lhe fosse oferecida a possibilidade de criar uma rádio pessoal que se baseasse em Desporto, qual seria a linha de ação?

Não andaria muito longe da que aqui expressei ainda que sem as amarras que o serviço público ainda coloca. Procuraria recuperar as reportagens, as peças, os diretos, os sons, que a rádio aos poucos vai esquecendo. A necessidade e a velocidade de produção de informação estão a fazer esquecer momentos importantes da rádio.

Anexo 2 - Imagens ilustrativas



Figura 1



Figura 2

Ano	Evento	Estação transmissora
2005	Final Taça UEFA: Sporting vs CSKA	RTP
2006	Mundial 2006: Portugal vs França	SIC
2007	Liga dos Campeões: Chelsea vs FC Porto	RTP
2008	Euro 2008: Portugal vs Alemanha	TVI
2009	Liga dos Campeões: FC Porto vs Manchester	RTP
2010	Mundial 2010: Espanha vs Portugal	RTP

Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6